

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FERNANDA FRANCHINI

SÃO PAULO | 2015

Entre Vargas e Mussolini:
A nacionalização do Instituto Médio
Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri”



FERNANDA FRANCHINI

Entre Vargas e Mussolini:

**A nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro
“Dante Alighieri”**

(versão corrigida)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História da Educação e
Historiografia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Diana Gonçalves
Vidal

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FRANCHINI, Fernanda.

Entre Vargas e Mussolini: a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri” / Fernanda Franchini / Orientadora Diana Gonçalves Vidal – São Paulo, 2015.

Dissertação – (Mestrado) Universidade de São Paulo, 2015.

VERSÃO CORRIGIDA

FRANCHINI, Fernanda. Entre Vargas e Mussolini: a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri”.

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: História da Educação e Historiografia.

Aprovado em: 30/10/2015

Banca examinadora:

Profa. Dra. Diana Gonçalves Vidal – Orientadora
Universidade de São Paulo / Faculdade de Educação

Prof. Dr. João Fábio Bertonha
Universidade Estadual de Maringá/Centro de Ciências Humanas
Letras e Artes

Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese
Universidade de Caxias do Sul/ Centro de Ciências Humanas e
da Educação

**Às minhas avós, Norma e Tereza,
as muitas histórias por elas contadas.**

AGRADECIMENTOS

Em todos os caminhos percorridos, nunca andamos sós. Por isso, tenho muitos agradecimentos a fazer diante da realização deste percurso:

Em primeiro lugar, agradeço a orientação da professora Diana Gonçalves Vidal, por conta de suas leituras atentas, recomendações, palavras de apoio e incentivo. Foram muitos os ensinamentos desde os anos de graduação até o mestrado. Tenho profunda admiração por sua dedicação ao trabalho!

Agradeço também à professora Maria Luiza Tucci Carneiro, que me apresentou os acervos da polícia política e me orientou em minha primeira pesquisa de iniciação científica. Foi com ela também que fui pela primeira vez a um arquivo, nos meus primeiros anos como estudante de História.

Para o contato com as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa, tenho que mencionar a importância do trabalho dos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Biblioteca Mário de Andrade, Centro de Apoio à Pesquisa “Sérgio Buarque de Holanda” e Biblioteca Florestan Fernandes. Agradeço especialmente ao Marcelo Figueiredo de Meneses, responsável por orientar meu trabalho no Arquivo Histórico do Colégio Dante Alighieri, e à Adriana Zanini, do Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.

Relembro o breve – mas muito importante – encontro com as professoras Patrizia Salvetti e Beatrice Pisa, em Roma. Agradeço também os e-mails trocados com o pesquisador e ex-professor do Colégio Dante Alighieri, Alessandro Dell’Aira.

Aos professores Terciane Angela Luchese e João Fábio Bertonha, sempre muito atenciosos, as valiosas informações sobre documentos e sugestões bibliográficas para o andamento do trabalho.

Não posso deixar de mencionar ainda os nomes dos amigos e pesquisadores do NIEPHE: as professoras Maurilane de Souza Biccias, Maria Ângela Borges Salvadori e

Ana Luiza Jesus da Costa, a Angélica Borges, Anderson Caleffi, Daniela Abreu, Érica Maldonado, Fabiana Garcia Munhoz, Felipe Moraes, Fernanda Lopes, Fernanda M. Resende, Marlene Borges, Miriam Fernandes, Patrícia Coelho da Costa, Sandra Caldeira, Surya Pombo e Wiara Rosa.

Agradeço às amigas Ariadne Ecar, Rafaela Rabelo e Fernanda Moraes o carinho e as muitas leituras, estudos e conversas partilhadas. À Renata Simões Duarte, a amizade e o incentivo a este trabalho desde o início.

Às amigas de tanto tempo Aline Miklos, Ellen Eliza Pereira, Stella Oliveira e Mariana Oliveira Santos, que sempre souberam me ouvir e foram parceiras importantes na minha caminhada como estudante.

Aos meus irmãos, Renata e Marcelo, de quem aguardo sempre o próximo abraço. Sei que sempre podemos contar um com o outro!

À minha mãe Sonia e ao meu pai Pedro, agradeço os esforços de uma vida toda. Dedicarei sempre a vocês todas as minhas realizações! Agradeço, principalmente, terem-me ensinado que, com amor e perseverança, tudo pode dar certo.

Ao meu querido Jorge, tenho que agradecer muito o companheirismo e a paciência. Convido-o a continuarmos juntos nos próximos caminhos que virão!

Por fim, faz-se necessário destacar que esta pesquisa contou com o auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por três meses de realização, e continuou até 28 de fevereiro de 2015 com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP – Processo N°. 2012/19173-0).

RESUMO

FRANCHINI, Fernanda. Entre Vargas e Mussolini: a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri”. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2015.

Durante o Estado Novo, muitas instituições escolares e professores foram intensamente vigiados. Como a educação escolar se constituía como um dos mais importantes pilares do projeto de construção de uma nacionalidade brasileira, tudo que pudesse romper com esse ideal deveria ser contido. Este trabalho versa sobre o processo de intervenção para a nacionalização e de acusação de disseminação do credo político fascista proferido a professores, funcionários e diretores do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri”, localizado nos arredores da Avenida Paulista em São Paulo, que ocorreu após a declaração de apoio do governo brasileiro aos Aliados no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Para isso, são consideradas as primeiras fases da história da instituição que antecedem o período de intervenção, as cerimônias e os símbolos cultivados pela comunidade escolar, as acusações e táticas de defesa contidas nos prontuários policiais e, por último, as ações relativas aos livros que compunham a biblioteca. Ao longo dos capítulos, são abordadas as formas de identificação do projeto educativo da instituição, destacando o momento em que passaram a se contrapor duas propostas nacionais: de um lado, a Itália de Mussolini e a propaganda fascista; e, de outro, a política de Vargas na tentativa de construção da nacionalidade brasileira.

Palavras-chave: DEOPS; nacionalização; fascismo; Vargas; Mussolini; polícia; intervenção.

ABSTRACT

FRANCHINI, Fernanda. *Between Vargas and Mussolini: the nationalization of the Instituto Médio Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri”*. Dissertation (Master’s Degree). College of Education, University of Sao Paulo, 2015.

During the New State (Estado Novo), many educational institutions and teachers were intensely surveilled. Once school education constituted one of the most important pillars of the project of construction of a Brazilian nationality, everything that could be able to break this ideal should be refrained. The following work describes the process of intervention for the nationalization as well as the accusation of fascism dissemination suffered by the teachers, the employees and the principals of the Instituto Médio Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri”, institution located in the surroundings of Paulista Avenue, in the city of Sao Paulo. Such things happened after the statement of support made by the Brazilian Government to the Allies throughout the Second World War. The discussion held in the present work is based on the first phases of the history of the institution – which precede the intervention period – the ceremonies and the symbols cultivated by the scholar community, the accusations and the defense tactics present in the police reports, and finally the actions related to the books that composed the library. Throughout the chapters, the ways of identification of the educational project are addressed, highlighting the moment the two national proposals started to oppose one another: on the one hand the Italy of Mussolini and the fascist propaganda, and on the other, Vargas policies, in an attempt to build the Brazilian nationality.

Key-words: DEOPS; fascism; intervention; Mussolini; nationalization; police; Vargas.

RIASSUNTO

FRANCHINI, Fernanda. Tra Vargas e Mussolini: la nazionalizzazione dell'Istituto Medio Italo - Brasiliano "Dante Alighieri". Dissertazione (Master). Facoltà di Educazione, Università di San Paolo, 2015.

Durante lo *Estado Novo* ("Stato Nuovo"), molte istituzioni scolastiche, insieme ai professori, sono state strettamente sorvegliate. Siccome l'istruzione scolastica rappresentava uno dei più importanti pilastri del progetto di costruzione della nazionalità brasiliana, occorre arginare tutto ciò che ne potesse rappresentare una minaccia. Così, la presente dissertazione si propone ad esaminare il processo di intervento nazionalizzante e le accuse di profusione fascista proferita ai professori, funzionari e direttori presso l'Istituto Medio Italo - Brasiliano "Dante Alighieri", localizzato prossimo all'*Avenida Paulista*, a San Paolo, che hanno seguito alla dichiarazione di appoggio del governo brasiliano agli Alleati durante la Seconda Guerra Mondiale. A tal fine, si prendono in considerazione le prime fasi della storia dell'istituzione che hanno preceduto il periodo dell'intervento, altresì le cerimonie ed simboli coltivati dalla comunità scolastica, le accuse e tattiche di difesa contenute nei prontuari della polizia, ed infine, le azioni relative ai libri che facevano parte della biblioteca. Vengono esaminati altrettanto i processi di identificazione del progetto educativo, mettendo in risalto il momento in cui sono entrate in contrapposizione due proposte nazionali: da un lato, l'Italia di Mussolini e la propaganda fascista, dall'altro, la politica di Vargas e il tentativo di costruzione della nazionalità brasiliana.

Parole-chiave: DEOPS; fascismo; intervento; Mussolini; nazionalizzazione; polizia; Vargas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Fotografia da fachada do IMDA em 1913.....	39
Ilustração 2 - Desenho da fachada do IMDA projetado pelo Engº. Giulio Michelli.....	39
Ilustração 3 - Capa e contracapa do livreto-propaganda do IMDA de 1934.....	54
Ilustração 4 - Informações contidas no livreto-propaganda de 1934 a respeito dos cursos oferecidos no IMDA.....	55
Ilustração 5 - Página do jornal <i>Correio Paulistano</i> (25/12/1936).....	57
Ilustração 6 - Fotograma da imagem de apresentação do filme “ <i>Cinquant’anni di colonizzazione Italiana in Brasile</i> ”.....	62
Ilustração 7 - Fotograma com imagem da inauguração das obras dos estúdios do Istituto Nazionale LUCE em Roma (Cinecittà).....	65
Ilustração 8 - Fotograma com imagem de jovens perfilados segundo a hierarquia da ONB na 9ª Leva Fascista, em Roma (1935).....	69
Ilustração 9 - Fotograma de imagem dos alunos uniformizados segundo a hierarquia prevista pelo ONB (1937).....	70
Ilustração 10 - Fotografia da Juventude Fascista na 16º Leva Fascista, em Roma (1942).	70
Ilustração 11 - Fotograma com imagem da faixa com o slogan “ <i>Credere, Obbedire e Combattere</i> ” afixada na arquibancada do IMDA.....	71
Ilustração 12 – Fotograma com a tomada de cima dos jovens participantes da 9ª Leva Fascista, em Roma (1935)..	72
Ilustração 13 - Fotograma com imagem dos estudantes e desfile das autoridades italianas no IMDA (1937).....	72
Ilustração 14 - Fotograma com imagem de Mussolini tomada em plano americano e com a câmera em contra-plongée. 6ª Leva Fascista, em Roma (1932).....	73

Ilustração 15 - Fotograma com imagem da esquerda para direita: o diretor do IMDA (Attilio Venturi), o cônsul-geral Giuseppe Castruccio e um oficial italiano camisa negra. Filmados em plano americano e com a câmera em <i>contra-plongée</i>	74
Ilustração 16 - “Um aspecto da formação da juventude fascista, no domingo, no pátio do Instituto Medio Dante Alighieri”.....	78
Ilustração 17 - Cerimônia realizada em homenagem ao Rei da Itália.....	80
Ilustração 18 - “O altar improvisado no pátio do Instituto Médio para a celebração da Missa do Rei (Foto Pesce)”.....	81
Ilustração 19 - Fotografia da comemoração da Independência do Brasil no pátio do IMDA.....	82
Ilustração 20 - “O cônsul-geral, com. Castruccio, em meio aos alunos do IMDA, festejando o aniversário do Soberano”.....	84
Ilustração 21 - Comemoração realizada no pátio do IMDA.....	85
Ilustração 22 - Recorte do jornal <i>Correio Paulistano</i>	87
Ilustração 23 -Recorte do Jornal <i>Correio Paulistano</i>	88
Ilustração 24 - Capa do livreto-propaganda de 1943 com fotografia da fachada do prédio e da placa “Colégio Visconde de São Leopoldo”.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados estatísticos sobre a matrícula dos alunos em 1918..... 41

Tabela 2 - Informações sobre os professores fichados no DEOPS/SP constantes do inquérito sobre o IMDA 109

Tabela 3 - Editoras e assuntos dos títulos listados no Livro de Tombo N. 1 (1960) da biblioteca do Colégio Dante Alighieri..... 127

Tabela 4 - Informações sobre os livros da biblioteca do Colégio Visconde de São Leopoldo em abril de 1944..... 133

Tabela 5 - Relação dos livros doados à Biblioteca Pública de São Paulo pelo Colégio Visconde de São Leopoldo 133

LISTA DE SIGLAS

AHCDA – Arquivo Histórico do Colégio Dante Alighieri

ASDA – *Archivio Storico della Società Dante Alighieri*

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DIES - *Direzione Generale degli Italiani all'Estero e Scuole*

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

IMDA – *Istituto Medio Italo-Brasiliano Dante Alighieri* / Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri

SDA – *Società Dante Alighieri/Sociedade Dante Alighieri*

OGIE - *Organizzazione Giovanile degli Italiani all'Estero*

ONB - *Opera Nazionale Balilla*

OND - *Opera Nazionale Dopolavoro*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO I - POLÍTICAS NACIONAIS E IDEOLOGIAS NO IMDA (1907-1942) 33	
1.1 A coletividade italiana e a fundação do IMDA	33
1.2 O IMDA da italianidade ao fascismo	40
1.3 A nacionalização do IMDA: do primário ao secundário.....	47
CAPÍTULO II - CERIMÔNIAS E SÍMBOLOS NACIONAIS: PARA DIVULGAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA ESCOLAR ITALO-BRASILEIRA (1936-1942) ...	61
2.1 Um aspecto da cultura política do IMDA.....	61
2.2 O cinema e o fascismo.....	63
2.3 Símbolos e rituais filmados no IMDA.....	68
2.4 Outros aspectos: alargando as possibilidades de análise	75
2.5 Por uma educação estética brasileira	89
CAPÍTULO III - ASPECTOS DA (DES)NACIONALIZAÇÃO: A INTERVENÇÃO FEDERAL PELOS PRONTUÁRIOS DA POLÍCIA POLÍTICA (1942-1943)	93
3.1 A polícia política no IMDA.....	94
3.2 São Paulo diante da repressão policial no Estado Novo e na Segunda Guerra Mundial.....	96
3.3 Os diretores do IMDA: a difusão do fascismo e a ação da polícia política.....	103
3.4 Professores fichados: entre acusações e defesas.....	109
3.5 Desfechos da intervenção	118
CAPÍTULO IV - UM INTERVENTOR NA BIBLIOTECA: OS LIVROS SOB SUSPEITA	123
4.1. A biblioteca na constituição da identidade italiana do IMDA.....	123
4.2. O perigo das ideias em circulação	128
4.3. Os livros confiscados na biblioteca do IMDA.....	131
4.4. Censura na escola: por uma educação nacional e pelo combate às ideologias..	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
ARQUIVOS CONSULTADOS	145
ANEXOS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

INTRODUÇÃO

O início desta pesquisa remonta à experiência que tive como pesquisadora no Projeto Integrado entre Universidade de São Paulo e Arquivo do Estado de São Paulo (PROIN), no qual trabalhei catalogando fotografias dos prontuários policiais do Acervo referente ao Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS-SP). Desenvolvi uma pesquisa de Iniciação Científica a respeito da fotografia como prova dos crimes políticos, contando com a orientação da professora Maria Luiza Tucci Carneiro (FFLCH-USP) e co-orientação do professor Boris Kossoy (ECA-USP)¹. Nesse período, eu estava finalizando a graduação em História (2007).

No ano seguinte, iniciei o curso de Pedagogia e, motivada pelas disciplinas de História da Educação, resolvi voltar ao acervo do DEOPS, com outros questionamentos. Realizei uma pesquisa de Iniciação Científica, orientada pela professora Diana Vidal². O intuito foi mapear prontuários referentes a escolas e professores fichados entre os anos de 1930 e 1945, mesmo recorte temporal com que eu havia trabalhado no primeiro projeto. Dentre os volumes de documentos encontrados, chamaram-me a atenção as ações referentes às “escolas estrangeiras” e os principais discursos acusatórios relativos aos professores. Primeiro, encontrei documentos sobre denominadas “escolas comunistas”, que em geral eram instituições localizadas nos bairros operários, especialmente as “israelitas”, isso devido à associação generalizada que se fazia entre judaísmo e comunismo. Segundo, percebi que, com as determinações do contexto de alinhamento do governo brasileiro com os Aliados, na Segunda Guerra Mundial, foi possível verificar também prontuários referentes aos professores e instituições que foram vigiados por serem acusados de “súditos do Eixo”.

Com esses levantamentos, passei a me concentrar nos documentos relativos à intervenção para a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri” (IMDA) e nas acusações de disseminação do fascismo atribuídas aos professores e diretores da instituição. O contato com esses documentos baseou a elaboração do projeto desta dissertação.

¹ “A fotografia como prova do crime político: O DEOPS em tempos de Vargas (1930-1945)”. Bolsa-auxílio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

² “A Escola e o Ensino sob a suspeição do DEOPS no tempo de Vargas (1930-1945)”. Bolsa-auxílio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

O IMDA iniciou as atividades em 1912³, na cidade de São Paulo, por meio da comunhão de esforços entre o imigrante italiano Rodolfo Crespi, proprietário de um complexo industrial, outros nomes da indústria e do comércio, em geral, também italianos ou filhos de italianos, e diplomatas e representantes do governo italiano e da Sociedade Dante Alighieri⁴.

Situado nos arredores da Avenida Paulista, a partir de 1913⁵, foi-se constituindo como uma das mais tradicionais escolas da cidade, responsável principalmente pela formação de gerações de imigrantes italianos, membros de famílias de classe média e elite, como filhos de industriais, comerciantes, advogados, médicos, proprietários de fazendas, provenientes de todo o Estado. No período da Primeira Guerra, a instituição manteve uma política de bolsas de estudos aos filhos dos combatentes no conflito. Além disso, suas divisas auxiliavam no patrocínio de outras escolas ítalo-brasileiras, localizadas nos bairros operários, como a Maria Pia di Savoia e a Príncipe di Napoli.

A instituição oferecia uma formação que permitia aos alunos continuar seus estudos em escolas e universidades italianas e, para isso, seguia os programas de ensino italiano, e os alunos eram submetidos a avaliações via consulado da Itália.

Ao mesmo tempo que mantinha e valorizava suas relações com a Itália, adequava-se também ao crescimento da cidade de São Paulo. Em 1921, foram criados o curso seriado e um curso técnico comercial, apresentando uma segunda opção de formação, desta vez mais adequada ao mercado de trabalho paulistano. Em 1935, o programa foi equiparado ao do Colégio Pedro II, possibilitando, assim, que os alunos formados no Dante ingressassem nas universidades brasileiras.

A instituição conciliava a manutenção de laços estreitos com a Itália e a adequação ao ensino brasileiro. Até o ano de 1942, a identidade ítalo-brasileira não se configurava como um problema a ponto de levar ao questionamento e à desarticulação do projeto educativo do IMDA. A declaração de guerra do governo brasileiro ao Eixo, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi o estopim para os novos rumos que a instituição deveria tomar, passando a partir de então a ter que se nacionalizar sob vigilância e repressão da polícia política. Professores e diretores foram fichados sob a incriminação de disseminarem o fascismo.

³ Em 9 de julho de 1911, em Assembleia Geral presidida pelo cônsul-geral, foi criada a Sociedade para a fundação do IMDA, por isso, o Colégio Dante Alighieri comemorou seu centenário em 2011.

⁴ A Sociedade Dante Alighieri foi fundada em 1889, em Roma, com o intuito de difusão da língua e da cultura italiana no mundo, através da circulação de livros, desenvolvimento de comitês, organização de associações e escolas.

⁵ O primeiro edifício construído foi chamado de Leonardo da Vinci.

Este trabalho detém-se sobre a cidade de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, com destaque para os antecedentes e as delineações da declaração do governo brasileiro de apoio aos Aliados, o que levou a uma mudança de postura em relação aos italianos e descendentes identificados como próximos ao regime de Mussolini. Foi nesse contexto que ocorreu a intervenção policial no espaço da instituição escolar ítalo-brasileira, o IMDA.

Com respeito à vida política das gerações de italianos em São Paulo e suas filiações ideológicas, abrangendo o período do Estado Novo, destacam-se as pesquisas de João Fábio Bertonha (2001; 2010) e de Viviane Terezinha dos Santos (2008). Bertonha tratou das influências da política externa nacionalista (e, posteriormente, fascista) no contexto internacional no Brasil e, principalmente, em São Paulo, tanto para os grupos de imigrantes italianos e seus descendentes, como também na política e sociedade brasileiras. O pesquisador abordou as particularidades em termos de classe, geração e região para explicar as filiações, ou mesmo as simpatias, pelo regime fascista e constatou que o fascismo em São Paulo, apesar de buscar ampliar seu controle sobre a comunidade italiana como um todo, tentando alcançar inclusive os operários, conseguiu mais adeptos nas classes médias e elite de imigrantes italianos e descendentes⁶. O trabalho de Viviane T. dos Santos versou sobre o papel do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) na repressão policial aos grupos de imigrantes italianos no Estado de São Paulo, desde os definidos como representantes das correntes esquerdistas, a partir de 1942, para barrar a disseminação do fascismo, identificando suspeitos ligados à Itália de Mussolini.

Segundo Bertonha (2001, p. 142), as escolas tinham um papel essencial na ação propagandística fascista nas comunidades italianas e o IMDA, por ter sido “uma iniciativa educacional de sucesso do governo italiano” no Brasil, não deixou de ser alvo de atenção redobrada do regime fascista, a partir da atuação de representantes, identificados pela polícia política brasileira como disseminadores de tal ideologia política e pela “conservação ao modelo fascista de educação”. Santos (2008, p. 277) também destaca em seu trabalho que a ação da polícia política em conter o avanço do fascismo não deixou de lado a vigilância e repressão ao Instituto e seus professores e diretores, denunciados como um “foco de irradiação fascista” pelos antifascistas.

⁶ O despertar para um sentimento nacionalista em relação à Itália foi ficando mais intenso entre os italianos e descendentes no Brasil desde a Primeira Guerra Mundial e atingiu também, principalmente, a classe média e elite, que “dispunham de mais recursos financeiros e intelectuais para manter um contato mais estreito com a Pátria de origem e um maior interesse nesse contato” (BERTONHA, 2010, p. 75).

As instituições escolares despontaram como um dos alvos principais da intervenção policial, por serem vistas como um lugar privilegiado da expansão da língua e da cultura estrangeira e da interação de imigrantes e descendentes que foram responsabilizados pela disseminação de ideologias políticas consideradas exóticas ao Brasil.

No campo da historiografia da educação, há inúmeras referências aos contextos, discursos e políticas em defesa da educação nacional. Trata-se de um tema caro aos historiadores da educação, pois se articula às conjunturas da educação escolar arquitetada e discutida no âmbito da política brasileira desde os contextos do final do Império e instalação da República, contribuindo assim para os rumos da educação brasileira até os dias de hoje.

Com relação aos imigrantes, nos discursos contidos na plataforma da candidatura de Vargas, antes mesmo da entrada no poder em 1930, já estava pautado que a educação deveria ser “um instrumento de nacionalização das populações de origem estrangeira” (HORTA, 1994, p. 1) para que, assim, a educação despontasse efetivamente como fator de embasamento da cultura nacional.

Foram muitas as estratégias criadas pelos imigrantes e seus descendentes para a escolarização dos filhos em todo o país, desde o século XIX, permitidas – e até mesmo incentivadas – pelos dirigentes governamentais. Ao longo do século XX, contudo, as propostas de nacionalização da educação escolar ganharam cada vez mais destaque, atingindo o extremo da repressão às escolas étnicas no final dos anos 1930 e início dos anos 1940.

As disposições legais atingiram, sobretudo, as escolas das colônias de imigrantes do Estado do Rio Grande do Sul, como pode ser evidenciado pelos trabalhos de pesquisa de Lúcio Kreutz (2003; 2005; 2011), que versam sobre a escolarização, principalmente dos alemães, e os de Terciane Ângela Luchese (2007; 2014), sobre a dos italianos. Ambos indicam, em suas análises, o cumprimento das leis destinadas à nacionalização do ensino que levaram ao término das escolas étnicas⁷.

Em São Paulo, durante as primeiras décadas do século XX, a maioria das escolas comunitárias do interior do Estado também não resistiu a todas as exigências impostas pela legislação brasileira e não teve condições financeiras. Essas escolas acabaram

⁷ A expressão “escolas étnicas” denomina as “escolas elementares de imigrantes, de 1824 a 1939, quando foram fechadas por legislação nacionalista de ensino” (KREUTZ, 2005, p. 154).

sendo fechadas ou se transformando em instituições públicas (BEZERRA, 2014; PRADO, 2014).

Na capital, o controle a cargo da polícia política recaía sobre variadas instituições. Há prontuários que versam tanto sobre escolas públicas quanto privadas⁸, indicando a preocupação da polícia em conter atitudes e posturas, contidas nesses espaços dedicados às “mentes em formação”, que contrariassem de alguma forma a ordem política e social idealizada. Muitas “escolas estrangeiras” identificadas como “comunistas” foram fichadas e fechadas, e seus professores, forçados a deixar seus cargos. No volume de prontuários com este título, são encontrados documentos relativos às escolas principalmente dos bairros operários da cidade e, especialmente, as denominadas “escolas israelitas”, em uma aberta divulgação do “binômio judeu-comunista”⁹.

No Estado Novo, as lideranças políticas buscavam cada vez mais afirmar uma nação unida, forte e autônoma, e, com isso, era preciso difundir uma cultura uniforme para todos, através da expansão da escolarização. Coubera ao Ministério da Educação normatizar e controlar conteúdos relativos à educação escolar em âmbito nacional e a escola passou a ter como missão ser um dos mais importantes espaços para promoção dos sentimentos de nacionalidade, onde fossem exaltados os símbolos e rituais patrióticos, apregoadado o culto às autoridades, divulgada a história mítica dos heróis e das instituições nacionais e valorizada a língua portuguesa.

Com a imposição de um regime pautado no autoritarismo e na postura populista do líder, as ações políticas e culturais para dar unidade à nação foram intensificadas (CHAUÍ, 2012, p. 37). O esforço para a inculcação de uma crença comum a todos os cidadãos dava ao Estado e aos grupos dirigentes mais força de atuação, pois permitiria sufocar a existência de diferentes ambições sociais e ideologias¹⁰.

Em 1937, iniciou o período mais intenso do projeto político para impedir a atuação política dos estrangeiros no Brasil, com a promulgação de uma série de decretos-leis que limitavam a atuação dos imigrantes nas questões políticas do país. Em

⁸ Durante a Iniciação Científica (sob orientação da professora Diana Gonçalves Vidal e com bolsa-auxílio CNPq), fiz um mapeamento de tipos de acusações contidas nos prontuários relativos tanto às escolas públicas quanto privadas.

⁹ Ver os trabalhos de Maria Luiza Tucci Carneiro (1988) e de Taciana Wiazovski (2008).

¹⁰ Nesse período, duas perspectivas político-sociais se entrelaçavam pelo mundo ocidental, acentuava-se a polarização ideológica e eram reforçados os discursos e as ações políticas em prol da valorização de identidades nacionais europeias, mesmo para além dos territórios.

1939, ficou determinada por lei a proibição da existência das escolas estrangeiras. De acordo com Giralda Seyferth (1999, p. 225),

As medidas efetivadas entre 1937 e 1945 vinham sendo preconizadas desde o século XIX, mas só um Estado autoritário poderia criar uma legislação impositiva de assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação.

Com a declaração de associação do governo brasileiro aos Aliados, não faltavam mais justificativas para a intervenção também nas tradicionais “escolas estrangeiras” dedicadas à classe média e à elite paulistana. As chamadas “escolas do eixo” passaram a ser alvo de ações de intervenção comandadas pela polícia política, com o aval do Ministério da Educação, sob a justificativa de que elas precisavam ser nacionalizadas. Acusados de serem responsáveis pela disseminação das ideologias estrangeiras, seus professores, diretores e outros foram afastados de suas funções.

Enquanto o governo brasileiro intensificava a política nacionalizadora, na Itália reforçava-se cada vez mais o discurso da internacionalização, que incluía imigrantes e seus descendentes como membros da grande nação italiana. Desse modo, instituições culturais e escolares pelo mundo passaram a servir como pontos de irradiação do fascismo. Como a SDA mantinha relações estreitas com muitas instituições de ensino italianas pelo mundo¹¹, o regime ansiava utilizar-se de tais redes para dissipar o credo político. Aos sujeitos presentes nas instituições de ensino italianas, mesmo no exterior, impunha a incumbência de terem que partilhar dos contextos políticos e das práticas de ensino divulgadas na Itália¹².

No período que antecedeu o início da Segunda Guerra Mundial, Vargas conservou uma postura de neutralidade em relação ao conflito, não declarando apoio oficial nem ao Eixo, quanto mais aos Aliados. A instalação do Estado Novo de base autoritária era identificada especialmente com o fascismo de Benito Mussolini, e as relações Brasil-Itália não eram impedidas pelo Governo Federal e nem vistas como negativas no que tange à consolidação da nacionalidade brasileira.

¹¹ A Sociedade Dante Alighieri foi responsável por subsidiar o projeto de fundação do Instituto Médio Dante Alighieri e por meio dela chegavam livros e eram nomeados diretores e professores.

¹² Duas referências para o estudo sobre a Sociedade Dante Alighieri são as historiadoras Patrizia Salvetti (1995) e Beatrice Pisa (1995).

As primeiras ações no sentido de controle das ideologias dirigiam-se a conter as agitações sociais no âmbito dos trabalhadores e contra o perigo internacional do comunismo¹³. No entanto, no decorrer da Segunda Guerra, na medida em que foi se configurando o alinhamento do Brasil aos Aliados, em decorrência do poder de barganha dos Estados Unidos, outra parcela dos estrangeiros passou a ser alvo de ação mais intensa de vigilância e repressão. Sujeitos e instituições foram acusados de serem súditos do Eixo e, conseqüentemente, identificados como responsáveis pela disseminação tanto do fascismo, quanto do nazismo¹⁴.

O espaço escolar despontou como um dos alvos principais da ação policial e da intervenção federal, por ser visto como um lugar privilegiado da expansão da língua e da cultura italiana e da interação com italianos e descendentes responsabilizados pela disseminação do fascismo. No processo de nacionalização, a instituição e os sujeitos passaram a se encontrar no limiar dos cruzamentos e rupturas entre dois projetos: de um lado, do Governo Vargas; e de outro, da política cultural expansionista fascista.

Desse modo, este estudo é centrado nos indícios dessas duas influências, nas permanências e nas rupturas, no forjar de duas nacionalidades e nas acusações e medidas para transformação como forma de repressão. Busca, nessa tensão, compreender quais as necessidades em torno desse tipo de educação privada, bem como compreender quais foram as práticas adotadas para conciliar ou romper com um dos projetos. Além disso, buscam-se identificar as acusações, práticas de repressão, estratégias de defesa, circulação de ideias acerca de modelos de educação, representações em torno das nacionalidades (avançando na discussão a respeito de uma comunidade estrangeira e da emergência da constituição da nacionalidade brasileira).

Em cada um dos quatro capítulos são abordadas as seguintes temáticas:

¹³ Deste modo, escolas denominadas pela polícia de “comunistas”, localizadas nos bairros operários da cidade de São Paulo, foram vigiadas, muitas fechadas e professores acusados de disseminação de tal credo ideológico, expulsos do país, mesmo antes da definição do governo brasileiro. Sobre isso, ver Franchini & Vidal (2014).

¹⁴ Maria Aparecida de Aquino (1995) tratou da oscilação e das contradições do governo de Getúlio Vargas durante todo o período de 1930 a 1945: “Não são incomuns as análises que relacionam o regime nazi-fascista europeu com o que o Brasil vivenciava na década de 30, particularmente a partir do segundo golpe (o golpe dentro do golpe), o do Estado Novo, em 1937. Os elementos que comumente se destacam são o anti-comunismo e o anti-semitismo (que, diga-se de passagem, não é tão declarado, exceto em atos esporádicos, como o caso de Olga Benário Prestes). [...] Levando-se em conta estas questões e as notórias aproximações do Governo Vargas como o do Fuher alemão e com o Duce italiano, tem aparecido um desafio à coerência explicar a entrada do Brasil em guerra ao lado dos Aliados que, além de ostentarem regimes (em tese) politicamente distantes do varguismo, ‘aliaram-se’ aos clássicos inimigos do governo brasileiro, os comunistas, na figura da URSS”.

O recorte temporal do primeiro capítulo é de 1907 a 1942, sendo o marco inicial a visita do professor Arturo Magnocavallo a São Paulo (1907), enviado por indicação da Sociedade Dante Alighieri e por intermédio da embaixada italiana no Brasil, com o intuito de analisar as possibilidades de se abrir uma escola de ensino secundário na cidade, e o final, definido em razão da intervenção policial (1942). A intenção não foi tomar esse recorte no trabalho como um todo, já que um dos objetivos dessa pesquisa é romper com uma história institucional totalizante (que abarca o período das origens aos dias atuais), mas considerar os contextos históricos políticos e ideológicos que se relacionam com o tema central da pesquisa. O capítulo trata das fases da história do IMDA que antecedem o inquérito, apresentando as características dos programas didáticos, as relações institucionais com o consulado, Sociedade Dante Alighieri (SDA) e *Fascio*, chamando atenção para os projetos políticos e ideologias vigentes até a intervenção.

O segundo capítulo versa sobre as cerimônias promovidas pela comunidade escolar como mais uma marca do modelo de educação cultivado no Instituto, examinando as formas de valorização dos símbolos nacionais, italianos e/ou brasileiros, para assim compreender as tensões na construção da(s) identidade(s) pela instituição no momento que antecede e sucede a intervenção. O recorte temporal é dos anos de 1936 a 1942, iniciando com o ano da vitória da Itália na Guerra da Abissínia e, com isso, uma maior expansão da política ideológica fascista (imperialista) entre os imigrantes italianos e descendentes no exterior.

No terceiro capítulo, a proposta é partir das acusações de desnacionalização encontradas nos prontuários policiais, entretecendo-se à análise pautada nos contextos políticos e culturais, cujo intuito será abordar o cotidiano da instituição e as posturas estabelecidas pelos sujeitos diante das acusações. O ponto de partida é a perspectiva do acusador, operando da mesma forma que Carlo Ginzburg (2006), ao buscar informações sobre o moleiro por meio dos documentos de 31 acusações inquisitoriais. As práticas de ensino na instituição e o cotidiano dos professores são rastreados por meio da documentação da polícia política, seguindo os caminhos propostos pelo historiador italiano ao tratar das fontes inquisitoriais. A intenção é não somente de procurar a voz do acusador, mas compreender quem eram os acusados e quais as práticas desenvolvidas no cotidiano dos sujeitos na instituição.

No quarto capítulo, o foco é a intervenção realizada na biblioteca da instituição, com o intuito de conhecer as disputas em torno da composição do acervo e do controle

da circulação de obras naquele ambiente escolar, entendendo a composição da biblioteca como índice da identidade étnico-cultural assumida pela instituição. Esse último trata da censura aos livros, compreendendo que a biblioteca foi um espaço central da vigilância e repressão interventora. Sendo assim, os documentos continuaram a ser analisados sob a perspectiva da acusação, mas tratando essencialmente das formas de construção da identidade institucional a partir dos livros.

CAPÍTULO I - POLÍTICAS NACIONAIS E IDEOLOGIAS NO IMDA (1907-1942)

O Mantovano, io sono Sordello, della stessa tua patria!

ALIGHIERI, Dante. *La Divina Comedia*.

1.1 A coletividade italiana e a fundação do IMDA

Entre os anos de 1870 e 1920, entraram no Brasil cerca de 3,3 milhões de imigrantes, dos quais mais de 42% (por volta de 1,4 milhão) eram provenientes da península itálica¹⁵. As consequências da unificação política tardia, como as mudanças sociais no campo com a priorização dada à criação de um mercado capitalista, a entrada do país na Revolução Industrial e as dificuldades de absorver o excedente da mão de obra foram os principais motivos para a saída em massa dos italianos da Itália. O fim da escravidão, a difusão da sociedade industrial e os discursos de que a vinda de europeus (como povoadores e colonos) contribuía como elemento de progresso e civilização tornaram a América um continente atrativo para os italianos¹⁶.

Para o Estado de São Paulo¹⁷ se dirigiu a grande maioria desses indivíduos, chegando a 44% do total vindo para o Brasil entre 1820 e 1888, de 67% de 1889 a 1919, com número máximo de 79% entre 1900 e 1909 (TRENTO, 1989, p. 107). Os italianos e seus descendentes contribuíram substancialmente para o crescimento demográfico do Estado entre o final do século XIX e início do XX e, até 1940, compunham o maior grupo¹⁸ de estrangeiros na capital¹⁹.

Apesar das divergências culturais, étnicas (vênetos, lombardos, calabreses, sicilianos etc.) e de classe (proletários, comerciantes, industriais etc.), esforços para a

¹⁵ Dados do IBGE retirados de Gomes (2000, p. 161).

¹⁶ Sobre as razões da saída dos italianos do Itália e entrada no continente americano, ver Bertonha (2008), Bigazzi (2006), Franzina (1994), Ianni (1972) e Trento (1989).

¹⁷ De acordo com Bigazzi (2006, p. 84), os quatro principais pontos de destino dos imigrantes italianos no Brasil foram: as fazendas de café do Estado de São Paulo, as colônias agrícolas da Região Sul, as zonas ribeirinhas da Amazônia e a cidade de São Paulo.

¹⁸ Depois de 1940, os portugueses ultrapassaram o número de italianos em São Paulo (Hall, 2004, p. 124).

¹⁹ Trento (1989, p. 107) adverte para as possíveis imprecisões dos dados demográficos, seja pelos números superestimados, seja pelas coletas tardias dos recenseamentos, mas, mesmo assim, destaca que é inegável considerar o número expressivo e os impactos econômicos e culturais provenientes desse contingente populacional.

construção de um sentimento de italianidade²⁰ existiram desde o século XIX. A formulação dessa ideia de coletividade é originária de muitos contextos: de bases políticas, sociais, econômicas e/ou até mesmo psicológicas. Começava pelas intenções de manter um mercado consumidor de produtos étnicos entre os imigrantes através da construção de um vínculo cultural, prosseguindo pelas ações dos donos dos meios de produção para refrear as agitações dos trabalhadores, usando do argumento de que eram conterrâneos, e estendia-se pelas relações de afeto que mantinham com a terra de origem. Esses contextos foram essenciais para a manutenção de um senso de homogeneidade²¹ que partia, sobretudo, da burguesia e que foi promovido em grande medida pelos jornais, principalmente pelo *Fanfulla*.

Em torno das prerrogativas de um jornal publicado em língua italiana que veiculava notícias da Itália, internacionais e do Brasil de interesse para a colônia, garantindo a promoção da língua e da cultura italiana, não estavam excluídos os debates sobre a educação escolar. Trento (2013, p. 36) constatou em suas pesquisas que os jornais, com destaque para o *Fanfulla*, contavam com a escola para reforçar a italianidade, “já que mesmo os institutos mais humildes, os que deixavam a desejar em muitos sentidos, eram preciosos para salvaguardar a sensação de pertencimento transmitindo, ao menos, a língua para os filhos”. Nesse jornal, denunciava-se a situação do ensino dos filhos de italianos e descendentes em São Paulo e chamava-se a atenção para o pouco incentivo por parte dos representantes diplomáticos, que se limitavam à distribuição inconstante e aleatória de materiais didáticos e às escassas contribuições financeiras provenientes da Itália para algumas escolas e professores²².

Desde os primeiros anos do governo do primeiro ministro italiano Francesco Crispi, que também era responsável pelo Ministério das Relações Exteriores, propagou-se uma política de aproximação da Itália com os seus emigrados tendo em vista o desenvolvimento do comércio exterior, a partir da exportação de produtos provenientes da Itália para os conterrâneos e seus descendentes que viviam fora da Itália (SALVETTI, 2014, p. 57). Para estimular essa proximidade dos emigrados com a pátria-mãe, o governo italiano buscava promover a “criação de escolas, hospitais, jornais e associações beneficentes” no exterior (CERVO, 1992, p. 12).

²⁰ Tradução do termo *italianità*.

²¹ Sobre as tentativas de elaboração de um sentimento coletivo entre os imigrantes italianos, ver Bertonha (2008; 2010, pp. 65-84); Hall (In: CARNEIRO *et al.*, 2010, pp. 49-64); Gomes (2000, pp. 159-178).

²² Sobre as escolas italianas no Brasil, ver o capítulo “*Le scuole italiane*”, do livro *Il Brasile e gli Italiane* impresso pelo *Fanfulla* em 1906, que contém uma sessão sobre as escolas italianas em São Paulo (ilustrado com fotografias).

No entanto, no início dessa política diplomática:

[...] a ação política do governo italiano fora limitada, sempre à esfera do Mediterrâneo, não mostrando nunca grande interesse para a difusão da cultura italiana nas Américas. As lutas da política interna absorviam todas as atenções e as energias, e o Brasil era um país distante (CENNI, 2011, p. 324).

Os debates sobre os investimentos do governo italiano nas escolas no exterior eram “intensos e tensos”. As discordâncias partiam também do fato de que na Itália sequer havia ainda um sistema nacional de ensino e de que o analfabetismo era problema a ser enfrentado também dentro do território italiano (LUCHESE, 2014, p. 9).

Fundada em 1889, em Roma, a Sociedade Dante Alighieri (*Società Dante Alighieri*) constituía-se na principal instituição colateral ao governo que tinha como propósito difundir a cultura e a língua italiana, por meio da distribuição de livros e de subsídios a professores e escolas no exterior. O intuito dos comitês da Sociedade Dante Alighieri²³ era manter vivo o laço dos que emigraram com a pátria através da educação, como um projeto integrado à questão nacional italiana²⁴.

Em 1905, o cônsul-geral no Brasil, Gherardo Pio di Savoia, escrevia ao Comitê Central da SDA em Roma que era preciso trabalhar com mais empenho em prol da educação de uma população tão numerosa como era a dos italianos no Estado de São Paulo (entre 700 e 800 mil). Afirmava que a criação de uma “boa escola de ensino médio²⁵” seria a solução para “tornar mais coesa a comunidade e um modelo regulador para as escolas elementares existentes”. Questionava, ainda, onde iriam estudar os filhos dos italianos “mais ou menos abastados”:

Para o reino da Itália? Fácil de dizer, não de fazer. Para as escolas brasileiras? Para o internato Mackenzie? Por que não pensar em uma educação italiana? Quem poderia providenciar isso, a não ser um particular? A Società Dante Alighieri que encontre um educador desejoso de fazer bons negócios. Uma escola assim seria como o Patronato dos Emigrantes e o Hospital Umberto Primo²⁶ (DI SAVOIA, 1905 apud DELL’AIRA, 2011, pp. 53 e 302).

²³ Os primeiros comitês da Sociedade Dante Alighieri no Brasil surgiram em Porto Alegre (1898), São Paulo (1899) e Curitiba (1900).

²⁴ Referências para o estudo sobre a Sociedade Dante Alighieri: Salvetti (1995) e Pisa (1995).

²⁵ O termo “ensino médio” refere-se ao sistema escolar italiano, *la scuola media* (dividida entre ginásio, liceus e cursos técnicos), equivalendo ao período do “ensino secundário” no Brasil.

²⁶ ASDA. 1903/A 10 sd. “Savoia para a Dante Alighieri. Em resposta ao questionário, parte do relatório de Pio di Savoia, que mostra o que fazer e o que não fazer. Proposta de instituição de uma escola de ensino médio em São Paulo”, 07-09-1905.

Em 4 de outubro de 1907, o professor italiano Arturo Magnocavallo²⁷ encaminhou ao Conselho Central da SDA, em Roma, um relatório sobre sua viagem a São Paulo, cuja missão fora visitar instituições de ensino públicas e privadas, de ensino primário e secundário, verificando o estado em que se encontravam as escolas destinadas à educação de italianos e descendentes e as possibilidades de instalação de uma escola de ensino secundário²⁸ na cidade.

Consta no documento que havia por volta de setenta escolas primárias italianas, que na verdade eram “cerca de setenta pessoas que exerciam, ou melhor, que pretendiam exercer a profissão de professores”. “Cinquenta desses professores (vamos chamá-los assim, mas o nome é realmente impróprio) aceitaram a supervisão” do cônsul-geral, recebendo livros e em alguns casos contribuições em dinheiro (1907 apud DELL’AIRA, pp. 329-367)²⁹.

Os professores espalhados, sobretudo pelos bairros operários, recebiam alunos em suas próprias casas ou alugavam o andar de cima de algum estabelecimento comercial³⁰. Para Magnocavallo, não havia dúvidas de que a “língua italiana sempre foi muito difundida na colônia de São Paulo”, e isso se devia, sobretudo, à “formação recentíssima” da população que contava com a presença das primeiras gerações de imigrantes e menos à qualidade de ensino oferecida pelos professores.

Mesmo “deficientes em relação ao valor dos professores, demasiadas em número, organizadas de modo primitivo e situadas em locais completamente inadequados”, as escolas primárias italianas eram bastante frequentadas (cerca de 4.000 alunos nas setenta escolas), isso porque as brasileiras ainda eram “em número insuficiente para receber todos esses alunos”.

Para o professor Magnocavallo, enviado pela SDA a São Paulo, não estavam sendo suficientes apenas remessas de livros e pequenas quantias esparsas de dinheiro que eram distribuídos entre professores e escolas espalhados pela cidade de São Paulo.

²⁷ Vice-secretário do Ministério da Educação (*Ministero della Pubblica Istruzione*), formado em Letras na Academia Científico Literária de Milão, foi escolhido pelo Comissariado da Emigração para comandar a missão, sob a direção da Sociedade Dante Alighieri, de instalar uma escola de ensino “médio” em São Paulo. De acordo com Salvetti (2014, p. 65), as leis brasileiras daquele período não permitiam que a proposta fosse dirigida diretamente pelo governo italiano e, por isso, a SDA foi encarregada de gerir a missão recebendo “um financiamento extraordinário do Ministério das Relações Exteriores”.

²⁸ Nível de escolarização entre o curso primário e o ensino superior.

²⁹ ASDA. 1907/A28bis. “Relatório de Arturo Magnocavallo: Instituição de uma escola de ensino médio em São Paulo”, 04-10-1907.

³⁰ No anexo do relatório há a relação de escolas italianas visitadas por Magnocavallo, com o endereço e um resumo de suas condições. No livro *Il Brasile e gli Italiani*, publicado pelo jornal *Fanfulla* em 1906, também há uma relação de escolas italianas, com fotografias e descrições sobre elas.

Além disso, o Comitê da Dante Alighieri local já havia sido montado e desmontado por muitas vezes, não havendo um grupo realmente coeso e com capacidade para resolver as questões relativas às escolas dedicadas aos italianos e ítalo-brasileiros.

Entre investir nas escolas espalhadas pelos bairros e juntar esforços para a criação de uma escola que atingisse o nível secundário, dedicada aos filhos dos imigrantes de classe média e alta, a segunda opção prevaleceu nas iniciativas do consulado e da Sociedade Dante Alighieri na cidade de São Paulo. Acreditava-se que a consolidação dos laços espirituais com a península deveria passar pela instrução secundária (e, portanto, de elite), e não mais confiar a defesa da italianidade à miríade das escolas primárias, que, com a mesma frequência que surgiam, eram fechadas (TRENTO, 1989, p. 178).

Utilizavam como outra justificativa para a fundação do IMDA, o discurso de que a instituição iria servir inclusive para o bem estar dos imigrantes operários, pois seria preferível que as grandes empresas, fábricas e indústrias fossem de propriedade de italianos como eles. A instrução de nível “médio” para os filhos dos conterrâneos provenientes das classes mais abastadas permitiria a manutenção de cargos de direção entre os próprios italianos e, supostamente, fortalecia a comunidade e permitia uma proximidade para o diálogo entre patrões e empregados (SALVETTI, 1995, pp. 150-151).

A partir da visita a São Paulo³¹, Magnocavallo propõe aquilo que, no conselho diretivo da SDA na Itália, já se especulava realizar na cidade brasileira com o maior número de imigrantes e descendentes italianos. Além de continuarem com as esparsas ajudas às escolas primárias, pretendiam colocar em prática o projeto mais ambicioso, o da criação de uma instituição que oferecesse o nível “médio” de ensino, destinada essencialmente aos filhos de industriais e comerciantes³².

³¹ Apesar das advertências de Magnocavallo, é preciso dizer que a presença de um elevado número de imigrantes italianos influenciou nas políticas escolares do Estado desde o final do século XIX. Em 1893, por exemplo, foi aprovada uma lei que incluía o ensino da língua italiana nos ginásios do Estado de São Paulo e, anos mais tarde, foi adotada a tradução do livro *Coração (Cuore)*, do escritor italiano Edmundo de Amicis, nas escolas primárias do Brasil. A tradução do livro de Amicis teve grande destaque durante as primeiras décadas do século XX. Dos manuais de lições de civildade escritos por autores como Olavo Bilac, Silvio Romero, Afrânio Peixoto, Coelho Neto e Julia Lopes de Almeida, o do italiano foi o que teve o maior número de edições até os anos de 1940 (CENNI, 2011, p. 326).

³² Nesse mesmo período, outras iniciativas ocorreram na cidade, ligadas a missões de cunho religioso. Em 1909, foi fundado o Colégio Sagrado Coração de Jesus, destinado aos meninos e, em 1907, o Colégio Santa Inês, para as meninas. Esses colégios eram mantidos pela Ordem Salesiana e ambos atendiam alunos italianos ou de ascendência italiana de classe média (REALE, 2010, p. 21).

No estado de São Paulo não temos apenas – para nossa sorte – colonos cultivadores de café, aos quais, aliás, nem sempre favorece a sorte. Lá existem muitos e muitos italianos que estão à frente de importantes indústrias, que possuem fábricas com centenas e centenas de operários, todos naturalmente italianos; lá existem milhares e milhares de italianos, tanto no interior quanto na capital, que se dedicaram com sucesso ao comércio, que importam nossos produtos em quantidade considerável; ora se os filhos desses industriais e desses comerciantes tivessem que ser educados e instruídos nos institutos brasileiros e nos estrangeiros, o que seria da nossa colônia em cinquenta anos? Quais vantagens poderiam ainda trazer ao nosso país?³³ (MAGNOCAVALLO, 1907, p. 31 apud DELL’AIRA, 2011, p. 361).

O professor italiano conheceu o industrial Rodolfo Crespi no navio, durante a viagem de volta à Itália. Crespi entusiasmou-se com as ideias, pois a concretização de um projeto de tamanha relevância para a manutenção dos laços culturais com a Itália entre os filhos das famílias mais abastadas era o que estava faltando para ele finalmente conquistar a titulação de conde³⁴ que tanto almejava. A partir de então, foi o responsável por reunir esforços entre outros conterrâneos, importantes nomes da indústria e do comércio da cidade de São Paulo, para financiar a construção do IMDA³⁵. A todos interessava a possibilidade de matricularem seus filhos em uma instituição onde pudessem cultivar a cultura e língua italianas, que funcionasse como um meio de fortalecer as relações entre os membros das famílias de imigrantes italianos emergentes economicamente no Estado de São Paulo e permitisse acesso ao ensino superior oferecido na Itália.

³³ ASDA, 1907/A28bis. “Relatório de Arturo Magnocavallo: Instituição de uma escola de ensino médio em São Paulo”, 4-10-1907.

³⁴ Crespi recebeu o título somente em 1928. Francesco Matarazzo conquistou o título de conde em 1917, por ter sido responsável pela fundação do Hospital Umberto I.

³⁵ Entre os anos de 1907 e 1911, aconteceram diversas reuniões na Itália e no Brasil e surgiram inúmeras propostas para arrecadação dos recursos financeiros necessários ao início das atividades do IMDA em São Paulo. Além dos recursos recolhidos entre empresários (como Giuseppe Puglisi Carbone, Nicola Puglisi Carbone e Francisco Matarazzo), foram somados empréstimos do Banco Francês e Italiano (no Brasil, chamava-se Banco Comercial Italiano) e quantias vindas pela SDA de Roma a partir do Fundo para Emigração do Ministério das Relações Exteriores. A Sociedade Dante Alighieri foi chamada para intermediar as negociações e assessorar a realização do projeto, pois, segundo as leis brasileiras, o projeto não poderia ser realizado diretamente pelo governo italiano. Ver Dell’Aira (2011) e Salvetti (2014).



Ilustração 1 – Fotografia da fachada do IMDA em 1913. Fonte: AHCDA, Centro de Memória. “Fotografia do IMDA em 1913”.



Ilustração 2 - Desenho da fachada do IMDA projetado pelo Eng.º Giulio Michelli. Fonte: AHCDA, Centro de Memória, “Desenho de Giulio Michelli”.

O IMDA começou a funcionar em 1912³⁶, na travessa da Sé, número 11, onde se localizava o Comitê local da SDA, e, em seguida, passou para a rua Carlos Gomes, número 50, no bairro da Liberdade. No ano seguinte³⁷, foi inaugurado o prédio denominado Leonardo da Vinci³⁸, na Alameda Jahú, próximo à Avenida Paulista e ao Parque Villon³⁹.

³⁶ Em abril, havia 5 alunos inscritos; e em outubro, eram 27 matriculados (GORDINHO, 1996, p. 28).

³⁷ De acordo com Rodolfo Crespi em um telegrama enviado para SDA (Roma) em 25 de janeiro de 1913, foram matriculados 78 alunos, sendo 23 internos, 15 semi-internos e 40 externos (REALE, 2010, p. 30).

³⁸ Com arquitetura influenciada nas construções clássicas de Arezzo, Firenze, Lucca, Carrara, Pisa e Siena, com três andares, escadarias e revestimento interno de mármore trazido de Carrara, até certa altura

1.2 O IMDA da italianidade ao fascismo

O primeiro diretor do IMDA foi o piemontês Rodolfo Camuri, anteriormente diretor das Régias Escolas Italianas de Salônica, na Grécia. Nos onze anos⁴⁰ em que comandou a direção da instituição no Brasil, buscou estruturar o ensino nos moldes das escolas italianas, mesmo com dificuldades em trazer para a América professores e funcionários com adequada formação para o ensino.

No primeiro livreto-propaganda do IMDA⁴¹ (1912 apud DELL’AIRA, 2011, pp. 133-135), constavam as seguintes informações, todas em italiano: funcionamento de um internato, classes preparatórias, “triênio ginasial”, “liceu” e “seção de comércio e contabilidade (*ragioneria*)”, com predomínio do ensino de Italiano em todos os níveis de ensino, além de Português e Francês, ensino caracterizado como laico⁴² e cultivo de práticas esportivas.

Os cursos oferecidos pelo IMDA atraíram muitas famílias de origem italiana de classes média e alta de todo o Estado de São Paulo, filhos de industriais e donos de fazendas, como também de comerciantes, médicos e advogados⁴³. De acordo com um relatório estatístico referente ao ano de 1918, havia uma expressiva maioria dos alunos que eram filhos de pais italianos e do sexo masculino⁴⁴, mais da metade do total de matriculados era composta por alunos e alunas maiores de 12 anos:

das paredes do corredor principal, e um amplo pátio interno possibilitando uma boa luminosidade nas áreas para ele voltadas (GORDINHO, 1996, pp. 28-29).

³⁹A partir de 1931, passou a ser chamado de Parque Tenente Siqueira Campos e é conhecido atualmente como Parque Trianon.

⁴⁰O Instituto Médio começou a funcionar no início de 1912, na sede da Sociedade Dante Alighieri, na Travessa da Sé, e, em seguida, terminou o primeiro ano em um sobrado na Rua Carlos Gomes, nº. 50. Em 1913 foi inaugurado o prédio na região da Avenida Paulista.

⁴¹ASDA. 525-1B (378). “Livreto-propaganda do *Istituto Medio Italo-Brasiliano Dante Alighieri*”, set. 1912. Informações e título da referência traduzidos por Alessandro Dell’Aira.

⁴²Desde 1889, a Lei Crispi, que regulamentava o apoio do Ministério das Relações Exteriores para a manutenção e fundação de escolas italianas no exterior, definia que o ensino deveria ser laico nessas instituições. Como muitas escolas eram mantidas por associações beneficentes e de mútuo socorro, mas também por ordens religiosas, a “Lei Tittoni” de 1910 revisitou o assunto permitindo o ensino de base religiosa, mas desde que fosse facultativo. A Sociedade Dante Alighieri desde os seus primeiros estatutos definiu que promoveria a manutenção de escolas de ensino laico, mas no IMDA os ritos católicos sempre estavam presentes, em missas e nas visitas de membros da igreja (padres e bispos), os alunos frequentavam aulas de ensino religioso e podiam realizar a primeira eucaristia.

⁴³Alguns dos sobrenomes dos alunos: Barra, Bertolotti, Crespi, Falchi, Matarazzo, Morganti, Mortari, Noschese, Pepe, Pucci, Puglisi-Carbone, Ramenzoni, Robertiello, Sericchio, Tripoli e Zucoli.

⁴⁴Apesar de as classes serem mistas, para o internato só eram aceitos meninos.

Tabela 1 - Dados estatísticos sobre a matrícula dos alunos em 1918

MATRICULA EM 1918	MASC	FEM	TOTAL
Nº de alumnos matriculados menores de 12 anos	90	20	110
<<>> maiores de 12 anos	210	15	225
Somma	300	35	335
Nº alunos filhos de paes brasileiros	-	-	-
<<>> portugueses	-	-	-
<<>> italianos	300	30	330
<<>> hespanhoes	-	-	-
<<>> de outras nacionalidades	-	5	5
Somma	300	35	335
<<>> internos	80	-	80
<<>> externos	220	35	255
Somma	300	35	335
Nº alumnos sahidos durante o anno lectivo	-	15	15
Nº alumnos existentes no fim do anno lectivo	-	-	320
Somma	-	-	335

Fonte: AHCDA, Centro de Memória, III, 201. “Cópia de estatística de alumnos transmitida às autoridades de São Paulo”, 20/6/1919.

Em 1919, a notícia sobre o primeiro reconhecimento de um diploma do IMDA na Itália comprovou os esforços do diretor em adequar a formação daquela instituição às exigências da instrução italiana. Além disso, Camuri resistiu até sua saída para que os diplomas fossem reconhecidos pelo governo brasileiro; afinal, para a Sociedade Dante Alighieri, tal propósito seria contrário ao próprio projeto de fundação da escola em prol da manutenção da italianidade.

Ele ficou na direção até o final de 1922, partindo de vez para a Itália em janeiro de 1923. Para o seu lugar, retornou ao Brasil o professor Arturo Magnocavallo, cuja viagem coincidia com as pretensões de Rodolfo Crespi⁴⁵. O presidente Crespi naquele período ambicionava fundar mais escolas em outros bairros da cidade e defendia que os programas didáticos das instituições (assim como do IMDA) fossem reconhecidos no

⁴⁵ De 1913 a 1927 houve um aumento de 339 alunos matriculados, sendo 112 em 1913 (36 internos, 28 semi-internos e 48 externos) e 451 em 1917 (104 internos, 75 semi-internos e 212 externos) (REALE, 2010).

Brasil, atendendo assim aos alunos que quisessem utilizar seus diplomas para trabalhar no país ou para continuar os estudos em faculdades brasileiras⁴⁶.

Em 28 de outubro de 1922, a Marcha sobre Roma anunciava a entrada de Benito Mussolini como primeiro ministro do governo italiano. O comitê central da SDA, encabeçado pelo presidente Boselli, divulgava que pretendia manter a autonomia da associação, deixando a cargo dos comitês locais e das escolas e professores filiados a eles que escolhessem por aderir ou não aos *Fasci*.

Essa relativa autonomia da SDA perdurou até o final dos anos 1920, quando não havia mais como rivalizar com as determinações impostas pelo regime fascista (PISA, 1995, pp. 397-441). Em 1925, iniciava-se a ditadura fascista e, a partir de 1928, toda e qualquer organização que tivesse por objetivos promover a instrução deveria se submeter ao controle da *Opera Nazionale Balilla* (ONB)⁴⁷.

A partir da nova conjuntura, em janeiro de 1925, o presidente da SDA recebeu uma carta assinada por Mussolini contendo o seguinte trecho a respeito da situação do IMDA no contexto das determinações da política italiana:

O real cônsul-geral de São Paulo do Brasil, com relatório de 20 de novembro de 1924, informou a respeito do resultado dos *esami di maturità* e capacitação ocorridos nesse mesmo mês no *Istituto di Studi Medi "Dante Alighieri"* e, depois de ter comunicado que, em dez alunos que se apresentaram para o *esami di maturità*, somente três fizeram uma prova escrita de italiano relativamente boa, observou que esses alunos, salvo pouquíssimas exceções, dão a impressão de não conhecer a fundo a língua italiana, e quase tê-la aprendida como uma língua estrangeira. Essa grave constatação não podia deixar indiferente o Ministério, que tem a função de vigiar o referido Instituto, com a finalidade do reconhecimento dos títulos de estudo por ele emitidos⁴⁸ (MUSSOLINI, 1925 apud DELL'AIRA 2011, p. 204).

Com o fortalecimento do fascismo, aumentava a pressão por parte do consulado para que fosse exaltada a italianidade. Nesse momento, o IMDA precisava demonstrar seu alinhamento às novas conjunturas políticas da Itália. Em 1921 e 1923, a escola

⁴⁶ Nesse período também foi amplamente divulgada a instalação em São Paulo do Liceu Franco-Brasileiro (1923), fruto da cooperação das *Universités et Grandes Écoles de France* e do governo brasileiro, com o reconhecimento dos diplomas dado pelos dois países.

⁴⁷ Formada em 1926, reunia grupos de universitários filiados ao Partido Fascista que articulavam projetos para a formação dos jovens fascistas (Juventude Fascista). O nome remete à Giovan Battista Perasso (conhecido como Balilla), um jovem que iniciou os confrontos contra a ocupação dos austríacos (em 1746); a partir da cidade de Ligura, liderava a formação (utilizando-se da educação física) de jovens de oito a dezoito anos (TARQUINI, 2011, p. 55).

⁴⁸ ASDA. 525-ID (379) ss. "Carta ao presidente da *Società Dante Alighieri*, Paolo Boselli", 19/1/1925. [Informações e título da referência traduzidos por Alessandro Dell'Aira].

recebera da Sociedade Dante Alighieri duas medalhas de reconhecimento aos serviços prestados à comunidade de italianos e descendentes fora da Itália, mas era necessário mais do que isso. As escolas no exterior deveriam servir, aos olhos do regime fascista, de estratégia para a divulgação da propaganda ideológica.

Sob as circunstâncias, Magnocavallo teve de lidar com muitas divergências relativas aos programas de ensino e às identidades postas, de um lado pela pressão por manter a italianidade e se “fascisticizar”, e por outro por uma nova clientela de alunos que gostaria de ter uma formação válida no Brasil, permitindo o acesso ao mercado de trabalho ou à continuação de estudos nas faculdades brasileiras.

A cidade de São Paulo passava por um intenso crescimento urbano e industrial e, com isso, o IMDA deveria se adaptar às exigências de formação requerida pela clientela de alunos, não mais podendo seguir apenas o modelo de educação escolar italiano. Para atender aos alunos que não pretendiam ou não podiam continuar seus estudos na Itália, foi criado o Curso Secundário Seriado, equiparado ao programa didático do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, e o Curso Comercial, baseado nos programas de ensino brasileiros.

Em seu livro de Memórias, o ex-aluno Miguel Reale⁴⁹ relembra sua vida escolar e trata da sua experiência com os cursos “italiano” e “brasileiro” que frequentou no IMDA:

A preocupação pela “italianidade” era sufocante, sendo patente o programa perpetuar-se a tradição peninsular nos descendentes dos imigrantes, mais por exigência do alto, segundo o estilo mussoliniano, do que pela validade em si dos feitos e das obras, bastantes para salvaguardar a espontaneidade da reverência e do amor culturais. [...] Lugar à parte merece o Português, ensinado praticamente como língua estrangeira. [...] O Dante fora fundado como escola preparatória de estudos superiores a serem realizados na Itália. Com o crescente desenvolvimento do Fascismo, essa destinação ainda mais se acentuou, mas o menino de Itajubá sentia suas raízes na terra cabloca, seu destino vinculado à língua inculta e bela. Como o curso do *Istituto* não era válido no Brasil, não houve outro modo senão inscrever-se no “curso seriado”, que, como primeira reação contra os cursos exclusivamente estrangeiros, havia sido criado. Por esse motivo, eu praticamente, frequentei dois cursos de liceu, superando o “curso seriado” quase como um autodidata. O “programa brasileiro” (assim era designado), sob marcada influência positivista, era de marcado cunho científico, com uma atenção apendicular dedicada à Psicologia e à Lógica, enquanto, no curso de modelo itálico, predominavam

⁴⁹ Jurista, professor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e uma das lideranças do Integralismo no Brasil. Sobre Miguel Reale, ver Barbosa (2007), Merquior (1991), Pinho (2008) e Bertonha (2013).

diretrizes humanísticas, com dois anos complementares em Economia Política, matéria em comum com os alunos do “curso técnico” ou de contabilidade (REALE, 1986, p. 32).

Naqueles anos, as políticas educacionais na Itália voltaram-se também ao ensino secundário. Do ministério de Giovanni Gentile (1923) ao de Giuseppe Bottai (1936), esse nível de ensino era dividido entre o profissional (ensino técnico), direcionado à formação de mão-de-obra, e o clássico, dirigido à formação da elite italiana, responsável, primeiro, por formar o homem moderno e, em seguida, o homem fascista. Essas políticas evidenciavam a aproximação entre escola e mundo do trabalho e escola e política (ROSA, 2008, pp. 120-133, 188-206).

Em março de 1932, em visita ao Brasil, o ex-secretário-geral dos *Fasci all'estero* e então presidente da DIES (*Direzione Generale degli Italiani all'Estero e Scuole*), Piero Parini, declarou-se descontente com a direção do Instituto⁵⁰. Desde 1928, o consulado e a Sociedade Dante Alighieri em Roma nutriam desconfiança em relação ao IMDA, isso porque o diretor Magnocavallo e Rodolfo Crespi haviam se pronunciado em defesa da permanência de dois professores, Dante Isoldi e Tripoli, que, segundo consta, tinham posicionamento abertamente contra o fascismo. No período, os defensores alegaram que as posturas dos professores eram consequência do acirramento das ações nacionalistas por parte do governo brasileiro que estavam mais hostis à expansão do fascismo⁵¹. Em decorrência desse estremecimento nas relações do IMDA com a SDA e com o consulado italiano e com a visita de Parini, foi enviado da Itália, em julho de 1932, Luigi Borgogno, ex-diretor da escola italiana de Sofia, para substituir Magnocavallo, transferido para Grécia.

No acervo de documentos do IMDA são encontrados dois recortes de jornal referentes à saída do diretor Magnocavallo do cargo. O recorte identificado (a lúpis, como sendo do *Fanfulla*) tratava da indicação de Luigi Borgogno para a direção e da remoção de Magnocavallo pelo consulado-geral italiano do Brasil para Atenas:

O PROFESSOR A. MAGNOCAVALLO FOI TRANSFERIDO
PARA ATENAS
A indicação do sucessor em S. Paulo
O Régio Consulado General nos comunica:

⁵⁰ ASMAE, Arquivo Escolas, pasta 325, 23.3.1932, “Do escritório III da DIES, MRE, ao Consulado de São Paulo. Texto decodificado de telegrama cifrado, assinado Parini, protocolo 2641/14i. Assunto: Istituto Medio Dante Alighieri” (PARINI, 1932 apud DELL’AIRA, 2011, pp. 193 e 322).

⁵¹ Informações retiradas de Dell’aira (2011, pp. 219-229) e Salvetti (1995, p. 254).

“O prof. Arturo Magnocavallo, Diretor do Instituto Médio Dante Alighieri, foi chamado em serviço ativo e encaminhado com seu consentimento a Presidência das Escolas Médias Italianas de Atenas. Irá substituí-lo o Prof. Dr. Luigi Borgogno. O Prof. Magnocavallo permanecerá em S. Paulo até o término do corrente ano escolar”⁵².

Na nota identificada (também a lápis) como sendo publicada no jornal *Folha da Manhã*, lamentava-se a saída do diretor que “realizou uma grande obra de aproximação entre dois povos, que ainda não se conhecem bem”. O pseudônimo “respigador” do autor indica sua postura crítica à remoção do diretor que conciliava na sua prática as duas culturas (italiana e brasileira):

S. Paulo vai perder um bom amigo. S. Paulo e o Brasil. Refiro-me ao professor Arthur Magnocavallo, director do ‘Instituto Médio Dante Alighieri’. De ha doze anos a esta parte vinha elle dedicando toda a sua actividade e toda a sua cultura a esse estabelecimento de ensino italiano, onde os seus alumnos, também, aprendem a conhecer o Brasil. Embora preso às múltiplas occupaões que seu posto exige, o professor Magnocavallo sempre encontrou tempo para entrar e manter relações com os intellectuaes patricios, familiarizando-se com as nossas cousas e com os nossos homens, de maneira a tornar-se um dos mais efficientes fomentadores do intercambio intellectual, e mesmo commercial, entre o seu paiz e o nosso. A sua palavra invariavelmente tem sido, por assim dizer, o breque opposto ao commentário precipitado injusto com quem, não poucas vezes, visitantes, que percorriam na lombada de confortáveis poltronas de hotéis de luxo, apreciavam a nossa terra. Convivendo comnosco na melhor das camaradagens, contando-nos, através das suas conferencias, as bellezas sempre novas, da literatura italiana, o professor Magnocavallo realizou uma grande obra de aproximação entre dois povos, que ainda não se conhecem bem. Pois o sr. Magnocavallo nos vae deixar.

O governo da Italia reconhecendo os optimos serviços que aqui prestou, resolveu chamal-o, de novo, à actividade, recollocando-o no quadro dos funcçionarios dependentes do Ministerio da Instrução e designando-o para superintender as escolas médias italianas de Athenas. E o distincto educador partirá em outubro próximo para a Grecia. Artista, na capital grega, encontrará campo vasto para os seus estudos.

Não, encontrará, talvez, a mesma amizade e o mesmo carinho que aqui encontrou e encontrará sempre. E terá saudades de S. Paulo, do Instituto que vi nascer, da liberdade que aqui todos gozam e da hospitalidade que a todos dispensamos. E, nós também, teremos saudades suas, embora, amenizadas por sabermos que a sua remoção representa uma recompensa à capacidade mental de um cidadão que soube manter-se sempre bem longe e bem acima de todas as questões

⁵² Conteúdo do recorte do jornal *Fanfulla* (2/7/1932). Texto original publicado em italiano.

que pudessem trazer, como consequência, mal entendidos, ou ressentimentos, que italianos e brasileiros sempre devem evitar.
RESPIGADOR [grifos meus].⁵³

Luigi Borgogno chegava ao Brasil com a missão de “fascistizar” e de organizar o sistema administrativo, tomando essas atitudes em virtude do relativo “abrasileiramento” que atingia o cerne da instituição. De acordo com Borgogno, não havia sequer uma preocupação ao menos por demonstrar que se tratava de “uma escola italiana e fascista”, a começar por não ser realizada a saudação romana em reverência aos retratos do *Duce* no ambiente escolar⁵⁴.

Em dezembro de 1934, o embaixador italiano Cantalupo escrevia a Mussolini sobre o trabalho do diretor Borgogno. Relatava inclusive a preocupação em afastar o conde Crespi das decisões tomadas na instituição, pois estava mais preocupado em ampliar o IMDA e construir outras escolas seguindo as demandas de uma formação cada vez mais brasileira. Era um tempo em que, para o governo italiano, os *Fasci all'estero* deveriam assumir as instituições de formação escolar⁵⁵:

[...] estou contente em chamar a atenção de Vossa Excelência sobre a profunda transformação que sofreu o próprio Instituto neste triênio: agora já é italiano, antes era brasileiro.
Fora os resultados obtidos por esta Régia Embaixada com a passagem de fato da propriedade do Instituto ao Régio Governo, e com exclusão completa do conde Crespi da administração da direção, é meu grato dever reconhecer que a citada transformação, isto é, a italianização hábil e substancial do próprio Instituto, é devida unicamente ao professor Luigi Borgogno [...]⁵⁶ (CANTALUPO, 1935 apud DELL'AIRA, 2011, p. 266).

Na sequência, em novembro de 1935, assumiu a direção do Instituto Attilio Venturi, com a missão de continuar os feitos de Borgogno⁵⁷. Venturi, que era professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (1938-1939⁵⁸), permaneceu no Brasil até 1942, quando teve que retornar para Itália em razão da Segunda Guerra

⁵³ Conteúdo do recorte do jornal *Folha da Manhã* (7/7/1932).

⁵⁴ AHCDA, Centro de Memória, VI 306. “Relatório reservado de Luigi Borgogno para Piero Parini”, 9/7/1932.

⁵⁵ Foi nesse período que foi formada a *Giuventù Italiana del Littorio* (GIL).

⁵⁶ AHCDA, Centro de Memória, IX. “De Cantalupo ao Ministro das Relações Exteriores (Mussolini)”, 02/12/1934. Trecho traduzido por Alessandro Dell’Aira.

⁵⁷ Em um documento (ASDA 525c (377) 01.07.1935 apud DELL’AIRA, 2011, p. 266 e 325) do cônsul-geral Castruccio enviado para Attilio Venturi informa que Borgogno iria voltar para Itália para trabalhar na DIES.

⁵⁸ Sobre os professores italianos na Universidade de São Paulo na década de 1930, ver Wataghin (1992).

Mundial e das determinações do governo brasileiro, que naquele momento (1942) rompia suas relações com o bloco do Eixo.

Com a volta de Attilio Venturi para a Europa, de acordo com as decisões da política brasileira, a direção deveria ser conferida a um brasileiro. Primeiro foi nomeado Fábio da Silva Prado, marido de Renata Crespi (filha de Rodolfo Crespi) e ex-prefeito de São Paulo⁵⁹. Diante dos muitos compromissos da vida política, deixou o cargo no mesmo ano para o professor Antonio Cuoco, que já havia dirigido o jornal *Fanfulla* e o Instituto Ítalo-Brasileiro de Alta Cultura, brasileiro, filho de italianos e ex-aluno do IMDA.

1.3 A nacionalização do IMDA: do primário ao secundário.

Os trabalhos de Terciane Ângela Luchese (2007, 2010, 2014) versam sobre as escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul. Clarícia Otto (2006) pesquisou as relações entre as iniciativas escolares promovidas pelas ordens religiosas e pelas associações italianas, destacando o papel da Sociedade Dante Alighieri, no Estado de Santa Catarina. No que diz respeito aos estudos sobre as escolas em São Paulo, destacam-se os trabalhos de Eliane Mimesse Prado (2001, 2014), que tratam, principalmente, das escolas frequentadas por alunos italianos ou filhos de italianos nos núcleos coloniais e nas áreas urbanas. Essas pesquisas mostram que as iniciativas foram majoritariamente de escolas de ensino primário.

As ações do governo italiano e iniciativas de ordens religiosas em relação às escolas italianas do exterior eram voltadas em geral ao subsídio de instituições primárias para os descendentes de italianos fora do país. O caso da criação do IMDA, que abrangia o ensino secundário, era uma exceção dentre as escolas italianas no exterior subsidiadas pelo governo italiano e assistidas pela SDA.

Eliane Mimesse (2014), investigando os *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo* de 1907 a 1918, identificou as preocupações dos inspetores de ensino a respeito da educação nas escolas privadas dedicadas à educação dos imigrantes e as medidas a ser tomadas para a aplicação das leis. Foi reiterada pelos inspetores, ao longo dos anos,

⁵⁹ Rodolfo Crespi faleceu em janeiro de 1939.

a necessidade de se fiscalizarem as escolas italianas que eram consideradas “perigosas”, pois “ensinavam a amar outro país”. Desde 29 de dezembro de 1896, vigorava no Estado de São Paulo a Lei nº. 489⁶⁰, que obrigava o ensino da Língua Nacional, da História e da Geografia do Brasil nos estabelecimentos particulares de instrução primária, e os inspetores, repetidas vezes, tratavam da importância de se estabelecerem essas medidas no cotidiano das escolas para impedir que as crianças recebessem uma instrução que não colocasse em primeiro plano o sentimento patriótico em relação ao Brasil.

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, os discursos em prol de uma educação nacional se intensificaram, “impulsionando agremiações compostas por segmentos da elite e de camadas médias, tendo em vista a sedimentação de uma suposta cultura brasileira” (BOTO, 1994/95, p. 146). Na capital federal, Olavo Bilac, como principal expoente da chamada Liga de Defesa Nacional (fundada em 1916), defendia que a pátria brasileira deveria ser formada a partir do trabalho e da instrução. Inspirado pelo movimento da Liga no Rio de Janeiro, Sampaio Dória em São Paulo, como representante da Liga Nacionalista (fundada em 1917), discursava em favor da unidade nacional por meio do desenvolvimento da instrução popular e da educação cívica do povo.

O inspetor Oscar Thompsom advertiu no *Anuario* de 1918 sobre o curso da Primeira Guerra Mundial, dando ênfase à ideia de que ao menos o ensino de língua portuguesa fosse ministrado por professores brasileiros e conclamando o “bom patriota” a impedir que seus filhos frequentassem “escolas antinacionalistas” (THOMPSON, 1918, p. 470 apud PRADO, 2014, p. 370).

O IMDA foi notificado em 1919 a cumprir a Lei nº. 1.579 de 19 de dezembro de 1917⁶¹, que determinava que todo o ensino devesse ser feito em português, com exceção apenas aos casos de línguas estrangeiras, destacando que as cadeiras de Português, História e Geografia do Brasil deviam ser confiadas a professores brasileiros. O não cumprimento das determinações imputaria multa aos professores e diretores, no valor de 100 a 500 mil réis, e, no caso de reincidência, acarretaria em suspensão ou mesmo

⁶⁰ São Paulo, Lei nº. 489 de 29 de dezembro de 1896. Texto disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1896/lei-489-29.12.1896.html. Acessado em: 15 de dezembro de 2014.

⁶¹ São Paulo, Lei nº. 1579 de 19 de dezembro de 1917. Texto disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1917/lei-1579-19.12.1917.html. Acessado em: 15 de dezembro de 2014.

fechamento do estabelecimento. Em 1919, a Lei nº. 1710⁶² ampliava as determinações anteriores, indicando que só poderiam ser matriculados em cursos de língua estrangeira os alunos com mais de 12 anos. Nos arquivos do IMDA não são encontrados registros que indiquem quaisquer cobranças de multa.

De acordo com relatório elaborado pelo diretor Magnocavallo⁶³, em agosto de 1928, o IMDA recebeu a visita de um inspetor de ensino para verificar o cumprimento da Lei nº. 335 de 1926, que proibia o ensino de língua estrangeira para crianças menores de 10 anos, com exceção feita àquelas que já sabiam ler e escrever corretamente o português. Para aquele ano, o inspetor obrigava apenas a suspensão do ensino de italiano no primeiro ano e exigia o pronto afastamento do posto de titular de uma professora italiana formada em uma das escolas normais do Reino. Para o lugar dessa professora, foi permitido, a pedido do diretor, que a professora de português, que era filha de italianos, assumisse como titular, e que a italiana continuasse acompanhando a turma. Para as outras séries do ensino elementar, o inspetor exigia os acréscimos na carga horária de aulas de Português e de História e Geografia do Brasil. Quanto ao curso “médio”, ele apenas sugeriu aumentar a carga horária dessas aulas, mas sem a exigência de que as medidas fossem tomadas de imediato.

Magnocavallo, ao relatar sobre a visita ao cônsul-geral⁶⁴, deduzia que, de acordo com as instruções dadas pelo inspetor aos professores de Português, de Geografia e de História do Brasil no IMDA, “o ambiente brasileiro, nacionalista ao extremo”, fazia frente às “disposições das Secretarias do *Fascio all’ estero* sobre a obrigação da filiação das escolas italianas”. Indicou ainda que o IMDA não escaparia da campanha nacionalizadora realizada a propósito do ensino particular, intensificada em decorrência das pressões exercidas pela imprensa⁶⁵. Para o diretor, não havia dúvidas de que a vigilância sobre as escolas estrangeiras, especialmente sobre as italianas, estava se tornando mais frequente. Corroborava a avaliação a ocorrência de comentários (“deploráveis - e a expressão é muito leve”) publicados nos jornais por “italianos antifascistas” que viviam no Brasil, contrários às deliberações dos *Fasci all’ estero* direcionadas à “fascistização” das escolas italianas no exterior.

⁶² São Paulo, Lei nº. 1719 de 27 de dezembro de 1919. Texto disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1919/lei-1710-27.12.1919.html Acessado em: 15 de dezembro de 2014.

⁶³AHCDA, Centro de Memória, 280, 8.set.1928. “Carta de Magnocavallo enviada ao cônsul-geral Serafino Mazzolini” [Documento redigido em italiano].

⁶⁴ AHCDA, Centro de Memória, 280, 8.set.1928. “Carta de Magnocavallo enviada ao cônsul-geral Serafino Mazzolini” [Documento redigido em italiano].

⁶⁵ Principalmente pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

No entanto, cinco anos mais tarde, em dezembro de 1933, Luigi Borgogno, em extenso relatório⁶⁶ a Piero Parini (DIES) sobre o ano escolar no IMDA, evidenciava que o ensino de italiano era mantido na escola primária. No que diz respeito aos ensinos elementar e primário, o diretor relembra a determinação do Estado que proibia o ensino de língua estrangeira aos alunos menores de dez anos e advertia que “se tal lei fosse rigorosamente aplicada, nenhuma escola primária estrangeira teria mais motivo para existir”. Para cumprir as determinações impostas, vigorava no IMDA o seguinte compromisso:

[...] a primeira classe elementar é feita unicamente em português, nas outras classes o ensino de italiano é dado em ao menos por uma hora ao dia, nos cinco dias: por consequência, a inspetoria impõe, como é lógico, que fossem brasileiras as professoras das classes (natas, por que segundo a lei paulista os naturalizados não podem ensinar português, história e geografia) e uma professora italiana fizesse a uma hora de italiano em todas as classes⁶⁷.

Para manter as professoras italianas antigas na instituição, a solução encontrada foi designar duas professoras por sala. A professora brasileira ficava responsável pelas aulas de Português, História e Geografia, nas duas primeiras horas da manhã, e a professora italiana era responsável pelas outras matérias, que também deveriam ser dadas “oficialmente em português”, exceto na única hora em que podia ser ensinado o italiano. Segundo o diretor, a professora italiana procurava falar o máximo possível de italiano, sem deixar nenhum vestígio que demonstrasse que na instituição não prevalecia o ensino dado em português (os cadernos e tarefas deveriam ser majoritariamente dados em português, segundo as disposições locais). O diretor ainda destacava, no relatório, que colocou o retrato do *Duce* nas salas (junto das imagens de personalidades locais) e que os alunos faziam a saudação romana, sem que isso gerasse notificações por parte das autoridades.

O fato de ficarem duas professoras por classe duplicava as despesas e representava uma “incongruência didática”⁶⁸. Sendo de diferentes nacionalidades e culturas, elas não conseguiam desenvolver bem as ações conjuntamente. Além disso,

⁶⁶ AHCD, Centro de memória, IV, 325, 15.dez.1933. “Relatório de Luigi Borgogno a Piero Parini sobre o ano letivo de 1933” [Documento redigido em italiano].

⁶⁷AHCD, Centro de memória, IV, 325, 15 dez. 1933. “Relatório de Luigi Borgogno a Piero Parini sobre o ano letivo de 1933” [Documento redigido em italiano].

⁶⁸AHCD, Centro de memória, IV, 325, 15 dez. 1933. “Relatório de Luigi Borgogno a Piero Parini sobre o ano letivo de 1933” [Documento redigido em italiano].

segundo a opinião do diretor, as professoras brasileiras e italianas não possuíam formação ideal. Mesmo assim deveriam ser louvadas pelos feitos realizados diante da situação, sendo necessário mantê-las:

As professoras, formadas “in loco”, são “ignoranti”, como todas no Brasil. As professoras italianas são antiquadas, algumas obsoletas: não são seguras de seus italianos, se é que já foram um dia. Com tudo isso, necessitamos mantê-las como estão, por que a Inspeção não permite que outras possam assumir, por que essas falam tanto o português quanto o italiano⁶⁹.

Sobre o ensino secundário, instituído para ser a “espinha dorsal” do IMDA, eram evidenciadas as mudanças que estavam ocorrendo desde a entrada de Getúlio Vargas no poder. A Reforma de Francisco Campos (1931) exigia que as escolas de ensino secundário devessem requerer a liberação para funcionarem e, a partir disso, eram fiscalizadas pelos inspetores federais, devendo seguir programas do Colégio Pedro II.

De acordo com Borgogno, o curso seriado (brasileiro) havia sido instituído no IMDA a partir de uma solicitação feita ao Governo Federal, “julgada digna dos requisitos morais, administrativos, do espaço e etc.” e sobre a qual pagavam uma taxa anual que variava de acordo com os números de alunos (“nós pagamos 12:000\$000 ao ano”). A fiscalização dos programas didáticos era feita pelo inspetor federal e se dava sob os parâmetros da estrutura do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. O Curso Comercial brasileiro também foi instalado mediante autorização e funcionava a partir do pagamento de uma taxa de fiscalização à Direção Geral no Rio de Janeiro (Rs. 3:600\$000 ano)⁷⁰.

Na mentalidade e nos costumes do país a instrução é como no ramo comercial, uma especulação, os diretores dos institutos, se não são dos religiosos, são dos empreendedores, digamos assim, que se ocupam da parte administrativa (e os institutos que de habito rendem bem), entre a parte didática e formativa os únicos dirigentes são os inspetores⁷¹.

Nesses cursos brasileiros secundários (seriado e comercial), a fiscalização se dava em relação às avaliações que eram dirigidas às matérias de Português, História e

⁶⁹AHCDA, Centro de Memória, IV, 325, 15.dez.1933. “Relatório de Luigi Borgogno a Piero Parini sobre o ano letivo de 1933” [Documento redigido em italiano].

⁷⁰ Todo ensino secundário ficava a cargo do Governo Federal neste período, diferente do ensino primário, que era regido pelos Estados.

⁷¹AHCDA, Centro de Memória, IV, 325, 15.dez.1933. “Relatório de Luigi Borgogno a Piero Parini sobre o ano letivo de 1933” [Documento redigido em italiano].

Geografia. O ensino em italiano não era proibido, por isso continuaram as aulas. Mas, segundo o diretor, como as aulas eram adicionais, não havia como exigir dos alunos um maior comprometimento, mesmo porque as determinações do inspetor deveriam ser privilegiadas às disciplinas nacionais:

Nestes termos é que incluímos o ensino de italiano para todos, mas sem valor legal: além do italiano também incluímos outros (o Latim e História e Geografia da Itália) ultrapassando as 28 horas e alterando os horários que enviamos ao Rio, mas na realidade é que os alunos nestas matérias não fazem nada ou bem pouco, e bem pouco se pode forçá-los a fazer, pois, se recorrem ao inspetor, temos um problema⁷².

Ainda, de acordo com o relatório de Borgogno, se ao longo das duas primeiras décadas do IMDA a maioria dos alunos acabava continuando seus estudos na Itália, na década de 1930, a clientela de alunos foi se alterando. De acordo com o diretor, o IMDA sempre representou apenas “uma minoria” de filhos de italianos e ítalo-descendentes que podiam manter seus filhos na instituição e custear os gastos de enviá-los para a continuação dos estudos no exterior⁷³. As transformações econômicas e sociais (crescimento urbano e industrial e o desenvolvimento de uma economia nacionalista e protecionista) que afetaram as relações comerciais e culturais com outras nações, e a maior fiscalização escolar, passaram a comprometer a estrutura binacional da instituição, enfraquecendo assim a importância dos cursos italianos:

[...] o Governo da Federação está se orientando sempre mais no sentido do nacionalismo, de modo que de um lado as universidades locais estão fechadas para os diplomados no Instituto Médio [...]. Existem uns casos lamentáveis de jovens formados por nós, que fizeram alguns anos de universidade na Itália, e agora, devido as mudanças foram forçados a retornar ao Brasil, não podendo de nenhum modo entrarem em uma universidade local. De outra parte, acabou a conveniência de terminar os estudos na Itália, ou em outro lugar, porque na volta ao Brasil o diplomado para exercer a profissão tem que se submeter a um exame de revalidação do título com muitos obstáculos [...]⁷⁴.

⁷²AHCDA, Centro de Memória, IV, 325, 15.dez.1933. “Relatório de Luigi Borgogno a Piero Parini sobre o ano letivo de 1933” [Documento redigido em italiano].

⁷³ Segundo relatório, o número máximo de alunos matriculados até o início dos anos 1930 foi de 478. Um número considerado não expressivo para o total de alunos de uma instituição que possuía ensino primário, secundário e técnico.

⁷⁴ AHCDA, Centro de Memória, IV, 325, 15.dez.1933. “Relatório de Luigi Borgogno a Piero Parini sobre o ano letivo de 1933” [Documento redigido em italiano].

Desse modo, o curso secundário italiano era caracterizado por Borgogno como “um nome e não uma realidade” e o que havia era o curso brasileiro com a adição de Italiano, do Latim em todas as classes e de qualquer outra matéria dos programas italianos, os registros e os boletins italianos. Essas matérias do curso italiano valiam menos que as outras dos programas nacionais brasileiros, e um aluno não reprovava se tirasse notas baixas apenas nas disciplinas do curso italiano.

Mas, por outro lado, a presença dos professores italianos e das matérias dos programas didáticos italianos (no ensino primário e secundário) ainda era um diferencial na escolha da instituição pelas famílias de imigrantes italianos. Ex-alunos do IMDA, que frequentaram a instituição no final dos anos 1930, relembram que os pais italianos queriam que aprendessem a língua e a cultura de sua terra natal. Mário Albanese, que nasceu em São Paulo em 1931, rememorou porque estudou no IMDA: “a ideia deles [pais] era que eu aprendesse italiano, meu pai queria que eu aprendesse italiano⁷⁵”. Outra ex-aluna, Germana de Angelis, também falou sobre a importância para sua família de ela poder ter estudado naquela escola:

Fiz os cursos de italiano e de português no Dante. A professora de italiano era uma senhora italiana muito preparada. Ela dizia que meu italiano era perfeito, que a pronúncia era maravilhosa: “*Sembra igual la canto sienese*”, porque dizem que a pronúncia de Siena é mais doce. “Mas você é de Siena?”. “Eu não sou de Siena, sou do Rio de Janeiro. Meu pai é perugino e minha mãe é russa, mas papai falava um italiano belíssimo e nós aprendemos com ele”. Ela gostava muito de me ouvir ler; eu conhecia muito bem o italiano e sempre li muito. Papai, quando éramos crianças, sempre nos trazia livros de histórias, contos de fada, de aventura, em italiano⁷⁶.

O livreto-propaganda de 1934, impresso em italiano, informava que o regimento do ensino do IMDA era formado por cursos que atendiam aos programas de ensino italiano e brasileiro: Instrução Elementar; Curso secundário, organizado segundo o programa do Colégio Pedro II; Instituto Técnico Inferior e Liceu Científico, organizados segundo os programas em vigor nas escolas italianas do exterior; Curso propedêutico e de Perito-contador, organizados segundo os programas brasileiros, e Instituto Técnico

⁷⁵ Museu da Pessoa, Projeto Ponto de Cultura. Depoimento de Mário Albanese.

⁷⁶ AHCDA, Centro de Memória, “Depoimento de Germana de Angelis”.

Superior, organizado segundo os programas adotados nos institutos técnicos superiores italianos do exterior⁷⁷.

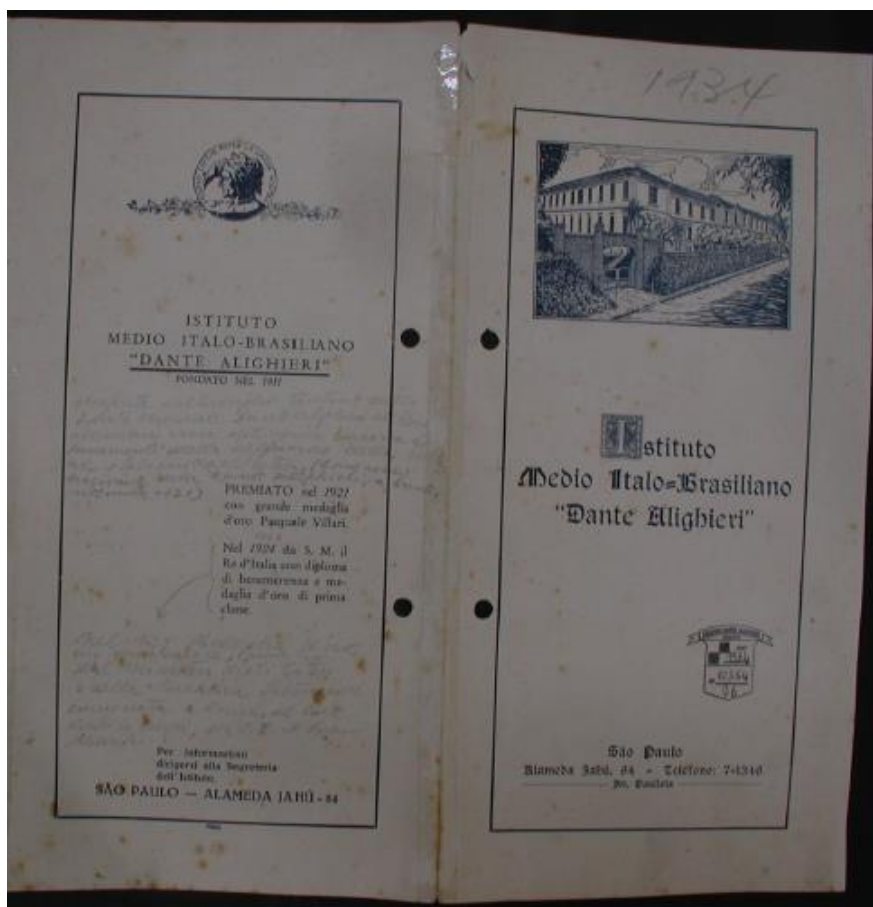


Ilustração 3 - Capa e contracapa do livreto-propaganda do IMDA de 1934.
Fonte: AHCD, Centro de Memória. “Desdobrável do IMDA”, 1934.

⁷⁷ Na Itália, depois da Reforma Gentile, o ensino “médio” era dividido entre: Seção Clássica – Ginásio (3 anos) e Liceu (3 anos) e Seção Técnica – Escola Complementar (3 anos), Instituto Técnico Inferior (4 anos) e Instituto Técnico Superior (4 anos). No Brasil, depois da Reforma de Francisco Campos, o sistema de ensino secundário possuía a seguinte divisão: Curso Fundamental (5 anos) e Curso Propedêutico (2 anos).

ALUNNI
INTERNI-SEMINTERNI-ESTERNI

L'Istituto, situato in una delle più salubri e belle località della città di S. Paulo, nei dintorni dell'Avenida Paulista, in edificio appositamente costruito secondo tutte le esigenze dell'igiene scolastica, e quest'anno completamente riattato e rimodernato, conta 22 anni di vita, e comprende i seguenti corsi:

- 1) ISTRUZIONE ELEMENTARE
- 2) CORSO SECUNDARIO. ordinato secondo i programmi adottati nel Collegio Pedro II di Rio de Janeiro e fiscalizzato dal Governo Federale, com valore legale a tutti gli effetti.
- 3) ISTITUTO TECNICO INFERIORE e LICEO SCIENTIFICO. ordinati secondo i programmi in vigore nelle scuole italiane all'estero.
- 4) CORSO PROPEDEUTICO e de PERITO-CONTADOR. ordinato i programmi brasiliani e fiscalizzato dal Governo Federale come il corso secondario.
- 5) ISTITUTO TECNICO SUPERIORE. ordinato secondo i programmi adottati negli Istituti Tecnici Superiori italiani all'estero.

Gli alunni che frequentato il CORSO SECUNDARIO hanno diritto, alla fine del corso stesso, di iscriversi nelle Università e Scuole Superiori del Brasile. Gli alunni che frequentano il corso commerciale brasiliano ottengono il titolo di Contador con valore legale nel Brasile.

Gli effetti legali degli studi compiuti nell'Istituto sono riconosciuti in Italia. Pertanto gli alunni che conseguono la licenza dal Liceo Scientifico hanno il diritto di iscriversi nelle Università e negli istituti d'istruzione superiore del Regno, e quelli che conseguono il Diploma di Ragionieri (Licenza dell'Istituto Tecnico Superiore) hanno il diritto di iscriversi nell'Università Commerciale Bocconi di Milano, e in qualsiasi altra Scuola Superiore di Commercio del Regno.

Ilustração 4 - Informações contidas no livreto-propaganda de 1934 a respeito dos cursos oferecidos no IMDA. Fonte: AHCDA, Centro de Memória. "Desdobrável do IMDA", 1934.

Foi a partir da Reforma de Francisco Campos (1931) que o ensino secundário passou de cinco para sete anos de duração e foi dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo, com um período de cinco anos, era um curso comum a todos os estudantes secundaristas e conferia formação geral. O segundo, formado por dois anos, era "propedêutico" para o curso superior (DALLABRIDA, 2009, p.186).

Os cursos do IMDA adotados segundo as instituições brasileiras eram todos fiscalizados pelo Governo Federal e os cursos eram válidos no Brasil, podendo os alunos formados no secundário se inscreverem nas faculdades brasileiras, assim como o título de contador tinha valor legal no país. O mesmo se dava com os cursos que seguiam os programas de ensino italiano, os alunos formados no Liceu Científico

tinham o direito de poder entrar nas universidades e nos institutos de ensino superior do reino, e aqueles que adquirissem o diploma de “Ragioneria” (contador, no curso Técnico Superior) podiam se inscrever na *Università Commercial Bocconi* de Milão ou outra escola superior de comércio do reino⁷⁸.

Em virtude das “aspirações de mobilidade das camadas médias urbanas”, houve uma expansão do número de escolas privadas que ofereciam esse nível de ensino entre as décadas de 1920 e 1930. No ano de 1939, das 629 escolas que existiam em todo país, 530 eram particulares, sendo 196 estabelecidas no Estado de São Paulo⁷⁹ (BOMENY *et al.*, 2000, p. 206). Uma página completa com classificados de escolas particulares de São Paulo, publicada na edição especial de natal do jornal *O Correio Paulistano* (1936), indica grande número de institutos, ginásios e colégios na cidade, entre os quais estava o IMDA. No anúncio do IMDA, somente há referência aos cursos brasileiros, mas com o adendo de que “o diploma dá o direito a inscrições nas Universidades e Institutos Superiores do Brasil e da Itália”:

⁷⁸ Os alunos dos “cursos italianos” submetiam-se a uma banca examinadora da qual faziam parte, além dos professores do IMDA, o Cônsul-Geral italiano em São Paulo e membros de destaque da colônia italiana, indicados pelo Ministério dos Assuntos Exteriores Italiano (REALE, 2010, p. 49).

⁷⁹ Dados recolhidos pela Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Saúde e Educação (1939).

No final dos anos 1930 e início dos anos 1940, acirraram-se os debates em torno da formação das elites nacionais. Em 1938, o Decreto n.º. 383, de 18 de abril⁸⁰, vedava aos estrangeiros a atividade política no Brasil, proibia sua participação em sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político e também impedia de hastear ou ostentar símbolos de partido político estrangeiro. Com o objetivo de obter licença de funcionamento para o IMDA e diante das exigências do decreto, Attilio Venturi enviou requerimento ao Ministério da Justiça brasileiro, no qual alegava que o Instituto cumpria as determinações da legislação. De acordo com o documento, o IMDA era administrado por uma sociedade civil formada por sócios em sua maioria brasileiros, tal como eram os alunos, admitidos para os cursos sem “quaisquer distinções de nacionalidade, crença e opinião pública”. Além disso, o diretor reforçou que o IMDA era fiscalizado pelo Estado e Governo Federal e seus programas de ensino obedeciam “rigorosamente às prescrições legais”⁸¹.

Na ata sobre os estatutos da sociedade civil do IMDA, anexada ao requerimento, constam os nomes dos conselheiros administrativos⁸², que eram na maioria brasileiros (apesar de serem apenas cinco brasileiros, filhos de italianos, para quatro italianos), e as propostas incluídas nos programas de ensino, que indicavam que ainda eram mantidos os cursos baseados nos programas italianos em paralelo aos fiscalizados no Brasil:

- 1) preparar cidadãos aptos ao bom desempenho dos deveres cívicos e nacionais;
- 2) difundir, no âmbito das leis nacionais, o conhecimento da cultura italiana;
- 3) proporcionar, segundo as necessidades locais, uma instrução adequada ao exercício das profissões menores e à prática dos negócios para aqueles que não visem aos cursos superiores⁸³.

⁸⁰ BRASIL. Decreto n.º. 383, de 18 abril de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 20/04/2015.

⁸¹ AHCDA, Centro de Memória, V 382. “Cópia do requerimento endereçado ao Ministério da Justiça para a licença de funcionamento do Instituto Medio com anexos”, 22/9/1938.

⁸² Conselheiros administrativos: Dr. Attilio Venturi – italiano, Marradi, 49 anos, casado (Diretor Geral); Dr. Getulio de Paula Santos – brasileiro, São Paulo, 38 anos, solteiro; Com. Arturo Apollinari – italiano, Parma, 55 anos, casado; Eng. Gaetano La Villa – italiano, Cosenza, 49 anos, casado; Cav. Bernardo Leonardi, italiano, Caligari, 61 anos, casado; Dr. Americo Salfati – brasileiro, São Paulo, 43 anos, casado; Dr. Fulvio Morganti - brasileiro, São Paulo, 31 anos, casado; Dr. Umberto Di Rienzo – brasileiro, São Paulo, 38 anos, casado; Dr. Prof. Luciano Gualberto de Oliveira – brasileiro, Petropolis, 55 anos, casado.

⁸³AHCDA, Centro de Memória, V 337. “Cópia dos estatutos da Sociedade ‘Istituto Medio Italo Brasileiro Dante Alighieri’”, 17/9/1938.

Em outro documento, encaminhado à Diretoria da Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde, Attilio Venturi preocupou-se em declarar que o Colégio não recebia “subvenção alguma, contribuição ou auxílio de governos estrangeiros, nem de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior”⁸⁴.

Mesmo com as declarações enviadas às instâncias do governo brasileiro pela direção do IMDA, o embaixador Ugo Sola resolveu indicar Antonio Cuoco para o cargo de diretor, por ser brasileiro, ainda que fosse filho de italianos.

A administração de Gustavo Capanema do Ministério da Educação e Saúde procurou reforçar a concepção de que o ensino secundário deveria formar uma verdadeira consciência patriótica entre os homens da elite para que estes servissem de exemplo para o povo. Era preciso que as elites fossem dotadas de sentimentos patrióticos para assumirem as suas responsabilidades dentro da sociedade e da nação (BOMENY *et al.*, 2000, p. 210). Além disso, se até o início da década de 1940, mesmo com as advertências tomadas em virtude das legislações nacionalizadoras, o IMDA não havia sofrido intervenção federal e nenhuma ação de repressão por parte da polícia política no que diz respeito às manifestações de apoio ao regime fascista, isso mudaria a partir de 1942.

Nos anos de 1930, com a maior pressão exercida pela política fascista para a expansão ideológica, o IMDA teve que explicar a permanência de dois professores que se posicionavam como antifascistas para a DIES. Já nos anos de 1940, era a polícia política brasileira, através do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), que passava a investigar os casos de professores identificados como sendo filiados ao *Fascio* de São Paulo. A mesma polícia procurou nacionalizar os programas e práticas disseminados na instituição considerados promotores da italianidade e, ao mesmo tempo, de apoio ao fascismo⁸⁵.

Naqueles anos, com o decorrer da Segunda Guerra e com a definição do governo brasileiro por apoiar os Aliados em 1942, acirrou-se a vigilância sobre as instituições e sujeitos identificados como responsáveis pela difusão do credo político fascista. O Brasil rompeu relações com o Eixo e, portanto, com a Itália, que estava sob o comando de Mussolini. Nesse período, o IMDA passou a ser fiscalizado para se nacionalizar por completo, levando em conta não somente as determinações contrárias à manutenção da

⁸⁴ AHCD, Centro de Memória, V 379. “Cópia da carta enviada por Attilio Venturi à Diretoria de Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde”, 31/05/1938.

⁸⁵Os antifascistas passaram a ser os delatores do governo brasileiro denunciando os atos e sujeitos considerados fascistas.

italianidade, do ensino em italiano e dos cursos que ainda eram associados aos programas escolares do país europeu, mas principalmente o controle das práticas e dos sujeitos que promoviam o fascismo no ambiente escolar. O nome teve que mudar para Colégio Visconde de São Leopoldo. O novo nome era uma referência a José Feliciano Fernandes Pinheiro, o primeiro Visconde de São Leopoldo, defensor assíduo nos debates políticos, no século XIX, da criação de universidades no Brasil. Com a medida, a instituição que havia sido formada a partir de demanda de famílias de origem italiana que pretendiam dar aos descendentes uma formação que permitisse a continuação dos estudos na Itália deveria assumir uma nova postura: tanto sua estrutura curricular como os ritos e símbolos cultivados passavam a ser, destacadamente, brasileiros⁸⁶.

⁸⁶ “Em julho de 1942, o conselho do IMDA suprimiu as vagas gratuitas do internato, ‘tendo em vista a particular situação econômica da sociedade’. Os pedidos de redução do preço ou de prorrogação do prazo para pagar se multiplicavam e a diversos alunos foi concebida uma vaga gratuita no externato. Em seguida o internato foi fechado para não mais reabrir”. (GORDINHO, 1996, p. 58).

CAPÍTULO II - CERIMÔNIAS E SÍMBOLOS NACIONAIS: PARA DIVULGAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA ESCOLAR ITALO-BRASILEIRA (1936-1942)

Os olhos não vêem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas [...] Na porta dos templos, vêem-se as estátuas dos deuses, cada qual representado com seus atributos: a cornucópia, a ampolheta, a medusa, pelos quais os fiéis podem reconhecê-los e dirigir-lhes a oração adequada [...]. Mesmo as mercadorias que os vendedores expõem em suas bancas valem não por si próprias mas como símbolos de outras coisas: a tira bordada para a testa significa elegância; a liteira dourada, poder; os volumes de Averróis, sabedoria; a pulseira para o tornozelo, voluptuosidade. O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*, pp. 8-9.

2.1 Um aspecto da cultura política do IMDA

Uma tomada da fachada do prédio localizado nos arredores da Avenida Paulista, de estilo clássico, a exemplo das construções da Toscana, região onde nasceu o arquiteto Giulio Micheli⁸⁷, responsável pelo projeto. Em seguida, aparecem, dirigindo-se à escada de acesso ao pátio externo, mulheres de vestidos e saltos altos, algumas delas de casacos de pele, e, ao redor, seguem homens com seus ternos alinhados, cumprimentando-se entre si com os braços direitos erguidos. Por ali, chega o ministro plenipotenciário italiano Guido Romanelli, que estava no país naquele ano (1937) para representar o governo italiano na Exposição do Parque D. Pedro II, onde era celebrado o cinquentenário da imigração no Estado paulista. Rodolfo Crespi, o cônsul-geral Giuseppe Castruccio e o diretor do IMDA, Attilio Venturi, acompanhavam o oficial italiano.

Em outra imagem, o cônsul-geral Giuseppe Castruccio e dois militares fardados de camisas negras percorrem o pátio externo. Continuam passando por grupos de meninos e meninas que se apresentavam com camisas estampadas pelas siglas OGIE

⁸⁷ Micheli também projetou o Pavilhão Central e a Capela da Santa Casa de Misericórdia, a Igreja de Santa Cecília e, juntamente com Giuseppe Chiappori, o Banco Francês e Italiano. Ver Campagno Bigazzi (2006, pp. 165-166).

(*Organizzazione Giovanile degli Italiani all'Estero*⁸⁸) e IMDA. Em seguida, estudantes perfilados e uniformizados, seguindo a hierarquia prevista pelo *Fascio*⁸⁹, ouvem as palavras pronunciadas por um militar camisa negra.

Uma faixa estampada com as palavras “*Credere, Obbedire e Combattere*” (Crer, Obedecer e Combater), assinada por Mussolini, emoldura a arquibancada. Lá, sobem as autoridades saudadas com aplausos e por alguns braços estendidos. Um discurso é proferido pelo ministro e, em seguida, estudantes passam em desfile. Na saída das autoridades, os jovens as cumprimentam também com o clássico gesto fascista.

As cenas descritas se passam em três minutos do filme “*Cinquant'anni di colonizzazione Italiana in Brasile*” (Cinquenta anos de colonização italiana no Brasil), realizado sob “os auspícios das autoridades italianas” no ano de 1937.

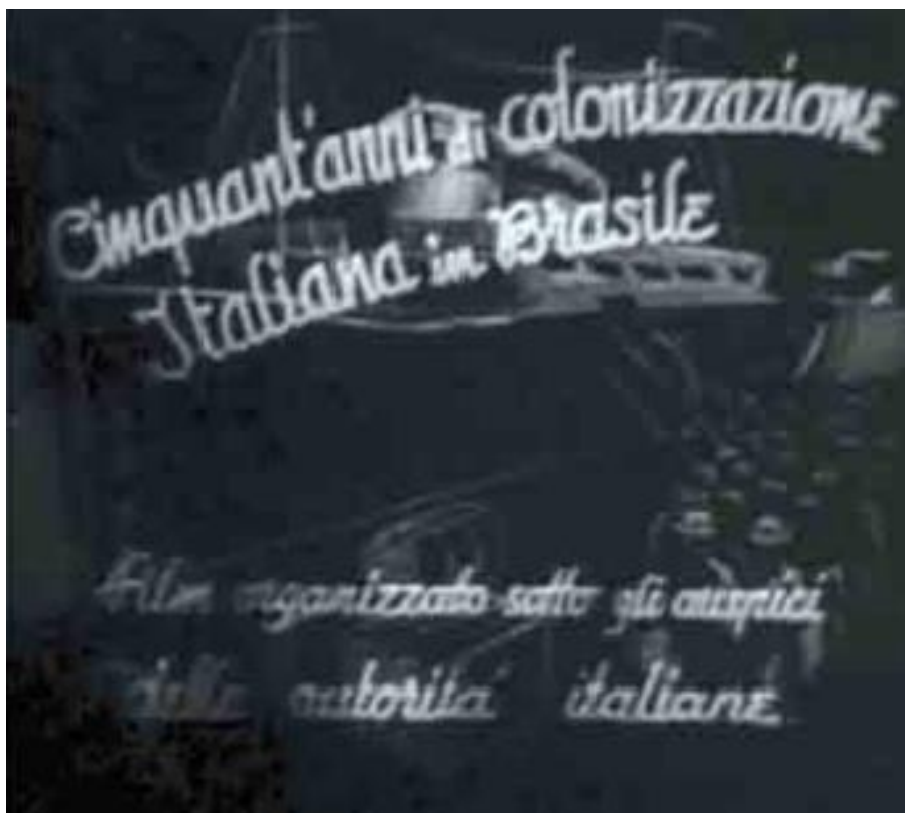


Ilustração 6 - Fotograma da imagem de apresentação do filme “*Cinquant'anni di colonizzazione Italiana in Brasile*”. Ao fundo, um navio e seus passageiros, representando as viagens dos emigrantes italianos para a América. Fonte: DELL’AIRA & FLORENCIO (2012).

As cerimônias filmadas no IMDA são marcadas por muitos elementos: gestos, símbolos, posturas corporais e discursos. O filme constitui-se em fonte para indicar o

⁸⁸Organizações Juvenis dos Italianos no Exterior.

⁸⁹ Filhos da Loba, Balillas e Vanguardistas.

modo como essas representações pretendiam desenhar identidades sociais, étnicas e políticas ao projeto escolar durante o período que coincide com a difusão mais intensa do fascismo depois da vitória na Abissínia (1936) e com a instalação do Estado autoritário de Getúlio Vargas (1937).

Os rituais encenados são tratados nesta dissertação como sendo fruto de “tradições inventadas”. De acordo com a definição dada por Hobsbawm (1984), essas tradições são apresentadas como naturais pela repetição de práticas, mas escondem sempre um ideal de cultura que pressupõe símbolos e imagens fixas e imutáveis e, muitas vezes, idealizam um passado histórico ou se baseiam em representações formuladas anteriormente. Hobsbawm (1984) explica que as “tradições inventadas” se diferenciam do costume e das práticas que nascem nas necessidades do cotidiano. Ele propõe um estudo das origens dessas tradições, que se sustentam pela imposição de valores e padrões de comportamentos e inculcação de ideias.

As cerimônias e as suas divulgações são consideradas também como exemplos de teatralizações⁹⁰ políticas. Para Georges Balandier (1982), o poder político se estabelece a partir de sua relação com o imaginário e, portanto, os ritos e símbolos cultivados nos diferentes espaços coletivos (cidade, praça, rua, nos quais incluem também a escola) servem como reguladores da vida cotidiana e como formas de manutenção do poder político em curso.

Entendendo que as cerimônias realizadas no âmbito da instituição escolar eram fruto da elaboração de identidades decorrentes de tentativas de italianização, “fascistização” e/ou de comunhão com o projeto nacional estado-novista (e das tensões postas no embate dessas diferentes concepções políticas e ideológicas), deter-me-ei na análise do filme e, depois, de outras tradições encenadas (ou teatralizações) ao longo de 1936 até 1942, ano em que ocorreu a intervenção para a nacionalização da instituição.

2.2 O cinema e o fascismo

Quais os contextos de produção desse filme? De que modo a instituição é representada pelas imagens? Ao buscar respostas para essas perguntas, passei a

⁹⁰ Conceito que Georges Balandier utiliza fazendo referência ao escritor russo Nicolau Evreinov.

considerar a cerimônia como uma alegoria que atribui àquela comunidade escolar uma suposta realidade identitária. Isso porque, no cinema, como explica Jean-Claude Bernardet (1985), fantasia ou não, as imagens sempre parecem imprimir certo realismo sobre o que está sendo filmado e esta suposta realidade deve ser questionada pelos pesquisadores que utilizam os filmes como documentos.

Nas sociedades modernas, as técnicas cinematográficas possibilitaram a transmissão de representações políticas, culturais e sociais para as coletividades. Esse veículo de imagens, símbolos e discursos tornou-se, de acordo com Walter Benjamin (1994, pp. 165-196), potencialmente direcionado às massas, a ponto que representar e iludir tornaram-se faces de uma mesma moeda. Para Benjamin, o objetivo de quem está representando (seja um ator, seja um político) é “tornar ‘mostráveis’, sob certas condições sociais, determinadas ações de modo que todos possam controlá-las e compreendê-las” (BENJAMIN, 1994, p. 183), comparando a imagem da redenção dos esportistas campeões com a dos astros e também dos ditadores.

Na Itália fascista, o cinema foi utilizado como um instrumento de persuasão para manter o comando do líder. Mussolini reconhecia que a “cinematografia era a arma mais forte” de educação e de propaganda⁹¹ e, também, uma forma de mostrar a Itália e os italianos para si e para o mundo⁹².

⁹¹ Para além do papel educativo, como pensaram os fundadores do *Sindacato Istruzione Cinematografica* (SIC), quando passou a fazer parte do governo, o então *Istituto Nazionale LUCE* adquiriu a função atribuída por Mussolini de promover a propaganda do Estado fascista.

⁹² De acordo com Rosa (2008, p. 264): “Mussolini não almejava que o novo órgão atuasse apenas internamente conquistando a população para o seu projeto político, mas também que conquistasse os de fora da nação. Ao fundar o Instituto LUCE, Mussolini tornou-se o primeiro chefe de Estado, não comunista, a organizar um instituto de cinema educativo. As primeiras experiências do gênero foram realizadas na União Soviética, sob o comando de Lênin, e na Hungria de Bela Kun. Com isso, quando, em 1925, o Instituto *Luce* se tornou órgão oficial do governo, o mundo todo dirigiu o olhar para o grande benfeitor do cinema, Mussolini, e para a Itália”.



Ilustração 7 - Fotograma com imagem da inauguração das obras dos estúdios do *Istituto Nazionale LUCE* em Roma (Cinecittà). Ao fundo, uma fotografia de Mussolini segurando uma câmera filmadora e, logo abaixo, uma placa com a frase “*La cinematografia è l’arma più forte*”. Fonte: *Mussolini visita il cantiere per la costruzione del nuovo edificio dell’Istituto Nazionale Luce*. *Giornale Luce* B1199. 00:05:53, b/n, sonoro, 11/11/1937, ASLUCE⁹³.

Os filmes italianos não circularam apenas pela península itálica e, por isso, não funcionaram como veículos de propaganda somente do ponto de vista interno. Mussolini planejou projetar o fascismo de modo positivo internacionalmente, conquistando as simpatias de outras nações e a adesão dos emigrantes e dos outros fora da Itália. O Instituto de Cinema Nacional (Instituto *LUCE*) fez acordos com agências distribuidoras em diversos países, como Argentina, Turquia, Egito, Japão, Inglaterra, França e principalmente com os Estados Unidos e Alemanha⁹⁴.

A divulgação dos filmes italianos no Brasil era inferior à entrada de produções norte-americanas, alemãs e francesas. De acordo com Bertonha (2001, pp. 307-308), os documentos produzidos pelo *Ministero della Cultura Popolare* de 1935 a 1941 ressaltavam “os defeitos e problemas da estrutura” para distribuição e venda de filmes italianos no Brasil:

⁹³Disponível em: <http://senato.archivioluce.it/senato-luce/scheda/video/IL5000024163/2/Roma.html>
Acessado em: 22.1.2015.

⁹⁴ A Alemanha foi o país que mais recebeu produções fílmicas fascistas, principalmente depois do chamado “Pacto de Aço”, assumido em 1939 (LAURA, 2004, p. 157).

- aluguel caro dos filmes italianos enquanto muitos dos alemães e americanos eram gratuitos ou mesmo subsidiados;
- sistema de distribuição insuficiente que fazia, por exemplo, com que os cinejornais *LUCE* chegassem sempre atrasados e desatualizados;
- boicote dos inúmeros cinemas controlados pelos americanos;
- e, finalmente, o problema representado pela censura a partir do momento em que o governo brasileiro, malgrado suas simpatias pelo fascismo, começou a inclinar-se para o campo aliado (BERTONHA, 2001, pp. 307-308).

Dentre os variados tipos de filmes produzidos em consonância com o fascismo pelo Instituto *LUCE* nas chamadas cinematecas, destacavam-se os sobre história, ciências naturais, arqueologia, geografia, ações e comportamentos militares, turismo, previdência social, higiene, descobertas médicas e os para divulgação no exterior e sobre as colônias. Em 1927, iniciou-se a produção dos cinejornais que tinham a função de retratar os acontecimentos da semana na Itália e no exterior, inspirando-se nos filmes de atualidades norte-americanos e mostrando também trechos dos filmes didáticos e científicos produzidos pelas cinematecas⁹⁵.

Do mesmo modo que eram expostas, através das imagens, as ações realizadas pelo Estado fascista no próprio território, considerava-se também importante mostrar para os italianos na Itália que os seus compatriotas que viviam no exterior concordavam com a ordem política e social apregoada por Mussolini. Os fascistas utilizavam-se da premissa do *jus sanguini*⁹⁶ para dizer que todos, inclusive os emigrados e seus descendentes, pertenciam à mesma Nação.

Com isso, para muitos emigrados e seus descendentes, o sentimento de pertencimento à nação italiana era aflorado por meio do trabalho propagandístico desenvolvido pelo regime fascista, intensificado, sobretudo depois do fim da Guerra da Abissínia em 1936. A recepção de informações se dava pelos meios de comunicação, como cinema, rádio, jornais e discursos presentes nas reuniões nos *Fasci*, OND (*Opera Nazionale Dopolavoro*), em outras associações (como os *Circoli Italiani* e o Instituto

⁹⁵No contexto internacional, a indústria cultural via cinema ganhava cada vez mais importância. Mesmo com o reduzido espaço para a circulação de filmes italianos no Brasil, o exemplo do uso do cinema pelo Estado fascista repercutiu no Brasil culminando na criação dos órgãos de propaganda e educativos no Estado Novo responsáveis pela produção cinematográfica e controle da cultura política nacional (Instituto Nacional de Cinema Educativo – INCE (1936) e do Departamento de Imprensa e propaganda - DIP (1939)).

⁹⁶Termo em latim que significa “direito de sangue”. Nos países em que vigora esse princípio, a nacionalidade é determinada pelos laços de sangue.

Ítalo-Brasileiro de Alta Cultura)⁹⁷, além das escolas, utilizando-se sobretudo da rede montada pela Sociedade Dante Alighieri, cujos membros de comitês foram cada vez mais pressionados a aderirem ao fascismo.

A vinda de personalidades da política italiana para o Brasil, em tempos de fascismo, também demonstrava as intenções por parte do regime político de expandir suas relações diplomáticas e de propagandear o projeto ideológico. Foi com esse intuito que o ministro Romanelli veio ao Brasil em 1937⁹⁸ e visitou o IMDA no dia 21 de abril, em que se comemoravam simultaneamente as datas da Fundação de Roma e do culto a Tiradentes.

O fato de o filme ter sido realizado “sob os auspícios das autoridades italianas” pode indicar que fora produzido por iniciativa de representantes do governo italiano ou pelo menos com o aval e de acordo com os protocolos de conteúdo e estética estabelecidos por eles.

Os 20 minutos de projeção são compostos por imagens do complexo industrial de Rodolfo Crespi, mostrando a movimentação dos trabalhadores para o armazenamento do algodão e fiação; a produção nas fábricas de chapéus e de massas; o Hotel Esplanada; o escritório do industrial; a cerimônia no IMDA; o berçário, o banho de sol e as atividades das crianças realizadas no Ninho Condessa Marina Crespi⁹⁹; a fazenda em Araras; e, por fim, o pouso de um avião monomotor e a aproximação de uma lancha na represa da propriedade.

No acervo digital do Instituto *LUCE*, que se localiza em Roma, há dois trechos do filme que compõem respectivamente duas sessões do *cinogiornale LUCE*: em um aparecem as primeiras cenas com imagens das fábricas de chapéu e de massa¹⁰⁰ e, no outro, as imagens sobre o Ninho Condessa Marina Crespi¹⁰¹.

No filme completo, encontrado na Cinemateca Brasileira de São Paulo, não se escutam os sujeitos. Ao fundo, a narração em italiano apresenta aos telespectadores os

⁹⁷Sobre essas instituições, ver Santos (2001) e Bertonha (2001).

⁹⁸ De acordo com o jornal *Correio do Povo* (20/6/1937), na Exposição do Parque D. Pedro II, a seção sobre os italianos foi formada por produtos do solo e da indústria italiana, obras de arte, documentos gráficos e fotografias que exaltavam o líder fascista, os investimentos bélicos, a força militar e painéis que davam um panorama da evolução do regime desde a Marcha sobre Roma, e indicando os valores relativos à promoção de um tipo de educação nacional dedicada ao preparo físico, moral e intelectual da juventude (BRUM, 2009).

⁹⁹ Sobre a instituição que era comandada pela esposa de Rodolfo Crespi, ver (DIAS, 2011).

¹⁰⁰ Archivio Storico LUCE. Giornale LUCE, B1609/ Brasile, San Paolo. “*Cinquant'anni di colonizzazione italiana in Brasile*”. Disponível em: <www.archivioluce.com/archivio/>. Acesso em: 24/9/2014.

¹⁰¹ Archivio Storico LUCE. Giornale LUCE, B1581/Brasile, San Paolo. “*Asili nido su modello italiano*”. 6/10/1939. Disponível em: <www.archivioluce.com/archivio/>. Acesso em: 24/9/2014.

empreendimentos conquistados pelo industrial Rodolfo Crespi e sua família no Brasil, conferindo a ele as características de ser um “filantropo” e “patriota”, um “benemérito conacional”. O IMDA é apresentado como umas das maiores iniciativas para a “formação da italianidade” no Brasil e as imagens representavam uma típica “solenidade fascista”.

Na composição de um filme sobre os feitos de Rodolfo Crespi¹⁰², podemos ver que dentre os interesses estava o de ressaltar a realização do industrial na fundação de uma instituição escolar, correspondente aos interesses italianos e identificada nas imagens como sendo italiana e fascista.

2.3 Símbolos e rituais filmados no IMDA

Em uma das cenas do filme, estudantes aparecem com camisetas com a sigla das Organizações Juvenis dos Italianos no Exterior (OGIE), representativa da Juventude Fascista criada pelo Partido Nacional Fascista em unidades instauradas no estrangeiro¹⁰³. Além dos *Fasci*, os jovens também eram reunidos pelas chamadas OND (*Opera Nazionale Dopolavoro*), que promoviam manifestações de valorização dos ritos patrióticos italianos e atividades culturais, turísticas, recreativas, esportivas e assistenciais¹⁰⁴.

No projeto de construção de um “novo homem”, o fascismo investiu na cooptação dos jovens tomando como base as organizações militares para oferecer uma instrução que desenvolvesse valores físicos, morais e psicológicos, resultando, assim, na formação de cidadãos-soldados. Para tal projeto formativo, foi criada em 1926 a *Opera Nazionale Balilla* (ONB), que passou a se chamar *Giuventù Italiana del Littorio* (GIL) em 1937, cuja hierarquia dos participantes se dava por idade e sexo: “Filhos da Loba” (crianças de ambos os sexos até 8 anos de idade), “Balilla” (dos 8 aos 14 anos),

¹⁰² Lembrando que Crespi não escondia sua simpatia pela ideologia propagada por Mussolini e, quando morre, em 1939, é enterrado vestindo o uniforme de camisa negra.

¹⁰³ O *Fascio “Filippo Corridoni”* de São Paulo foi criado em 1923. Depois desse, foram criados os *Fasci* em outras localidades, como, por exemplo, em Campinas, Araraquara, Bauru, Jundiaí, Mococa, São Carlos, Sorocaba, Santos, Ribeirão Preto, Piracicaba e Itápolis. Sobre isso, ver Bertonha (2001, p. 189), Santos (2001, pp. 26-28) e Trento (1989, pp. 310-311).

¹⁰⁴ As *Dopolavoro* surgiram no Brasil em fins da década de 1920 e início dos anos 1930. Devido às atividades promovidas, as seções da *Dopovaloro* obtiveram maior número de filiados no país. Assim como os *Fasci*, essas seções também eram subordinadas aos consulados e à rede diplomática italiana no Brasil. Ver Bertonha (2001, pp. 107-112).

“Vanguardistas” (14 aos 18), “Jovens Fascistas” (mais de 18), enquanto as meninas eram agrupadas nas “Pequenas Italianas” e nas “Jovens Italianas” (TRENTO, 1989, p. 314).



Ilustração 8 - Fotograma com imagem de jovens perfilados segundo a hierarquia da ONB na 9ª Leva Fascista, em Roma (1935). Fonte: “La cerimonia della IX° Leva fascista”, Roma, 00:01:53, b/n, sonoro, 29.5.1935. Giornale Luce B0687¹⁰⁵.

Para a passagem de um nível a outro ocorriam na Itália as chamadas “Levas Fascistas”. Nessas cerimônias¹⁰⁶, membros da Juventude Fascista se apresentavam posicionados na ordem hierárquica da *ONB* e repetiam os juramentos proferidos pelo *Duce* ou por outras autoridades.

A cena dos estudantes perfilados no IMDA, diante do oficial italiano de camisa negra, assemelhava-se aos rituais que aconteciam nas “Levas Fascistas”:

¹⁰⁵ Disponível em: <http://senato.archivioluce.it/senato-luce/scheda/video/IL5000018925/2/Italia-Roma.html>. Acessado em: 22.1.2015.

¹⁰⁶ De acordo com Tarquini (2011, p. 78), o rito de passagem das etapas da juventude nas Levas Fascistas se assemelhava à Crisma na Igreja Católica.



Ilustração 9 - Fotograma de imagem dos alunos uniformizados segundo a hierarquia prevista pela ONB (1937). Fonte: *Cinquant'anni di colonizzazione Italiana in Brasile*. 35mm, BP, 20 min, 550 m, 24q. Acervo Cinemateca Brasileira. Fotograma retirado de DELL'AIRA & FLORENCIO (2012).



Ilustração 10 - Fotografia da Juventude Fascista na 16ª Leva Fascista, em Roma (1942). Fonte: *ASLUCCE*, In piazza Bocca della Verità a Roma si svolge la cerimonia della XVI Leva Fascista. Roma, b/n, 1.10.1942.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Disponível em: <http://senato.archivioluca.it/senato-luce/scheda/foto/IL3000012894/12/In-piazza-Bocca-della-Veritagrave-a-Roma-si-svolge-la-cerimonia-della-XVI-Leva-Fascista.html>. Acessado em: 22.1.2015.

A frase “crer, obedecer e combater”, estampada na faixa colocada na arquibancada no IMDA, era utilizada na Itália para simbolizar que a educação dos jovens passava a ser responsabilidade dos *Fasci*. De acordo com Tarquini (2011, p. 156), a partir dos anos 1930, “todos os membros, incluindo os jovens, deveriam prestar juramento e servir as ordens do *Duce*”.



Ilustração 11 - Fotograma com imagem da faixa com o slogan “*Credere, Obbedire e Combattere*” afixada na arquibancada do IMDA. Fonte: *Cinquant’anni di colonizzazione Italiana in Brasile*. 35 mm, BP, 20 min, 550 m, 24 q. Acervo Cinemateca Brasileira. Fotograma retirado de *DELL’AIRA & FLORENCIO (2012)*.

Além dos gestos e símbolos presentes nas cenas, é importante também levar em conta os modos de captar as imagens. Considera-se a “decupagem clássica” de Ismail Xavier (2005), na qual o filme é tido como um conjunto de sequências, constituídas por cenas, que podem ser analisadas por seus planos (o plano é ponto de vista em relação ao objeto filmado).

As “Levas Fascistas” eram espetáculos que contavam com a presença de uma multidão de participantes e espectadores. Ocorriam inicialmente em Roma, mas também foram realizadas em outras cidades, como Nápoles e Milão.

As tomadas por “câmera alta” (de cima para baixo – *plongée*) são uma marca dos filmes que eram responsáveis por exaltar o envolvimento das massas nos regimes totalitários. Nas filmagens das “Levas Fascistas”, isso não era diferente:



Ilustração 12 – Fotograma com a tomada de cima dos jovens participantes da 9ª Leva Fascista, em Roma (1935). Fonte: *La cerimonia della IXª Leva fascista*. Roma, 00:01:53, b/n, sonoro, 29.5.1935. Giornale Luce B0687¹⁰⁸.

Nas imagens do IMDA, a posição dos estudantes e as imagens tomadas por “câmera alta” também serviam para superestimar a quantidade de participantes e exaltar o modo como os corpos estavam organizados em grupos e formavam nas imagens a extensão de cada um dos indivíduos em uma única corporação. Cada um com seu papel, montava assim uma lógica de posições e movimentos que se complementavam.



Ilustração 13 - Fotograma com imagem dos estudantes e desfile das autoridades italianas no IMDA: ao centro, o cônsul-geral e, ao lado, os dois oficiais camisas negras que acompanhavam a comitiva do ministro (1937). Fonte: *Cinquant'anni di colonizzazione Italiana in Brasile*. 35 mm, BP, 20 min, 550 m, 24 q. Acervo Cinemateca Brasileira.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://senato.archivioluce.it/senato-luce/scheda/video/IL5000018925/2/Italia-Roma.html>. Acessado em: 22.1.2015.

Outras estratégias também podem ser observadas nesses filmes. Em geral, as autoridades eram exibidas em plano americano (mostradas até a cintura, próximas da câmera) ou em primeiro plano (“*close-up*”). Isso se dava pela importância que tinham nas cerimônias, sendo sempre focadas como figuras de destaque. A câmera seguia os passos das principais figuras da cerimônia.

Nas imagens de primeiro plano, normalmente, autoridades ou mesmo os participantes nos momentos mais significativos das cerimônias, como na passagem de nível para outro na hierarquia da ONB, eram filmados em “câmera baixa” (de baixo para cima – “*contra-plongée*”) como uma forma de marcar a grandiosidade dos rituais e de reforçar as posições de destaque das autoridades.



Ilustração 14 - Fotograma com imagem de Mussolini tomada em plano americano e com a câmera em *contra-plongée*. 6ª Leva Fascista, em Roma (1932). Fonte: ASLUCE, La grandiosa cerimonia della VIa leva fascista a Piazza del Popolo. Roma, 1932, 00:03:48 , b/n, sonoro. Giornale Luce, B0080. b/n, sonoro.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Disponível em: <http://senato.archivioluce.it/senato-luce/scheda/video/IL5000011881/2/Roma-La-grandiosa-cerimonia-della-VIa-leva-fascista-a-Piazza-del-Popolo.html> Acessado em: 22.1.2015.



Ilustração 15 - Fotograma com imagem da esquerda para direita: o diretor do IMDA (Attilio Venturi), o cônsul-geral Giuseppe Castruccio e um oficial italiano camisa negra. Filmados em plano americano e com a câmera em *contra-plongée*. Fonte: Acervo Cinemateca/SP. *Cinquant'anni di colonizzazione Italiana in Brasile*. 35mm, BP, 20 min, 550 m, 24q.

Outro elemento importante que acompanha as cenas e os planos é a música. Na montagem com as imagens passadas no interior do IMDA, foi incluído o hino oficial do Partido Nacional Fascista, a *Giovinezza*. As manifestações culturais desenvolvidas pelas organizações políticas fascistas seguiam ritos culturais e representavam um projeto de educação estética a ser desenvolvido nas instituições escolares. Toda a cerimônia deveria respeitar um censo artístico e cultural que a identificasse dentro da estética fascista. A *Giovinezza* ao fundo é um aporte para anunciar aos espectadores que as imagens demonstram que a cerimônia filmada tinha os requisitos necessários para ser caracterizada como um exemplo deste modelo estético.

Para uma “contra-análise”¹¹⁰ das imagens do filme, fez-se necessário encontrar referências sobre ele em outro tipo de documento. A edição do jornal *Fanfulla* publicada em 21 de abril de 1937 informava sobre a visita do ministro italiano no IMDA na mesma ocasião na qual se comemoravam o Aniversário de Roma e o do Dia de Tiradentes¹¹¹. Não há como afirmar que todas as cenas foram filmadas nessa mesma

¹¹⁰ Marc Ferro (in LE GOFF & NORA, 1988) afirma que o cinema pode ser utilizado nas pesquisas históricas como uma *contra-análise* da sociedade, uma forma de narrar o passado.

¹¹¹ICIB. *Fanfulla*, 21 abr. 1937, “La celebrazione del 21 aprile all’Istituto Medio”.

ocasião; é possível que as imagens tenham sido tomadas em dias diferentes, considerando que algumas imagens remetem a uma competição esportiva promovida pela OGIE.

A partir das informações encontradas na notícia publicada pelo *Fanfulla*, revelando a data na qual o ministro esteve no IMDA, passei a considerar principalmente que as imagens procuravam evidenciar apenas os atos que estavam em consonância com práticas simbólicas que valorizavam a italianidade e os ritos fascistas. Desse modo, qualquer ação que fazia referência a um símbolo da cultura brasileira, como é o caso do culto ao mártir da Independência, não se mostrava relevante para a representação da instituição mostrada a um público a ser seduzido pela sensação de organização e proeminência da cultura italiana e fascista em âmbito internacional.

Essa perspectiva de análise não deixa de considerar que a proposta de difusão cultural para além do Reino estava alicerçada na ideia expansionista colonizadora, justificada pelo próprio título do filme, composto pela palavra “colonização” e não “imigração”. Presume-se que os ritos só podiam ser formulados e desenvolvidos a partir das características culturais e simbólicas da cultura dominante, que era tecida como essencial para comunidade italiana. A escola de São Paulo deveria assumir a identidade italiana e fascista, mesmo que, na prática, isso não se concretizasse dessa forma.

2.4 Outros aspectos: alargando as possibilidades de análise

Para ampliar a análise sobre as cerimônias e a presença dos símbolos políticos, culturais e nacionais nos eventos organizados no âmbito do IMDA, entre os anos de 1936 e 1942, foram levadas em conta outras tipologias de documentos. Entre os documentos examinados estão edições dos jornais *Correio Paulistano* e *Fanfulla* e fotografias encontradas no Centro de Memória do Acervo Histórico do Colégio Dante Alighieri (AHCDA).

Para Bencostta (2006), que pesquisou os desfiles e festividades promovidos pelas escolas públicas do Paraná, essas manifestações culturais são maneiras de expressar valores por meio de uma linguagem coletiva, arranjada tanto pelos participantes, organizadores, como pelos espectadores. Sendo assim, tais manifestações

serão analisadas aqui como formas de legitimar, propagandear o projeto educativo, bem como demonstrar como a instituição era apresentada, até o momento em que sua identificação simbólica passou a ser questionada no ano de 1942.

Os jornais são veículos comuns para a divulgação dos eventos realizados pelas instituições escolares. Nas edições dos jornais *Correio Paulistano* e *Fanfulla*, foram encontradas notas e reportagens com referências aos eventos organizados pela comunidade escolar¹¹².

Ao tratar das notícias divulgadas por um jornal, é preciso ponderar sobre as suas particularidades.

O *Fanfulla*¹¹³ era a maior publicação dedicada a italianos e ítalo-descendentes no Brasil. Além disso, professores e o diretor do IMDA, durante o início dos anos 1940, participaram da redação e edição do jornal, em um período no qual ambas instituições sofreram intervenções da polícia política.

O *Correio Paulistano*¹¹⁴, por ser ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP), da oligarquia do Estado opositora a Getúlio Vargas, foi fechado em 1930 e reaberto somente em 1934¹¹⁵. Com a abertura, o redator-chefe do jornal passou a ser Abner Mourão¹¹⁶, interventor federal do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Abner Mourão era próximo das instituições ítalo-brasileiras e dos sujeitos que as representavam; frequentava reuniões da Sociedade Dante Alighieri e do Instituto Ítalo-Brasileiro de Alta Cultura que contaram com a presença de diretores e professores do IMDA e de autoridades italianas no Brasil. O diretor do *Correio Paulistano* inclusive publicou, no ano de 1939, um volume sobre uma viagem que realizou à Itália a convite do próprio governo italiano¹¹⁷.

O marco inicial da pesquisa nos jornais é o ano de 1936, em virtude da vitória de Mussolini na Guerra da Abissínia, que confirmava o caráter imperialista do fascismo

¹¹² Também pesquisei no acervo do jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual foi encontrada apenas uma referência ao IMDA (um anúncio em 29 de janeiro de 1931) entre as décadas de 1930 e 1940.

¹¹³ Para a pesquisa dos exemplares desse jornal, emprestei os microfilmes no Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro (ICIB) e utilizei a máquina leitora e digitalizadora da Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

¹¹⁴ Os exemplares desse periódico foram consultados por mim, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (RJ).

¹¹⁵ De acordo com Borges (1979, p. 135), o jornal foi fechado logo após a chamada “Revolução de 1930” e sua redação, incendiada por manifestantes, por seu caráter combativo à entrada de Getúlio Vargas no Governo Federal.

¹¹⁶ Controlou também o jornal *O Estado de S. Paulo* a partir dos anos de 1940 (SILVA, 2012, p. 42).

¹¹⁷ Um exemplar da publicação “Uma reportagem na Itália” compunha a biblioteca do IMDA, de acordo com uma lista de “doação” à biblioteca municipal, que se deu por ocasião da intervenção nacionalizadora em 1942.

com a anexação da Etiópia ao reino italiano e estimulava o apoio dos italianos e descendentes radicados no Brasil à política italiana. Os jornais registraram¹¹⁸ as manifestações públicas de apoio à campanha imperialista em São Paulo, no qual estavam presentes bandeiras e estandartes de muitas associações e instituições¹¹⁹, incluindo as do IMDA, e contavam com a participação de alunos e professores.

No ano de 1936, foi divulgado pelo *Fanfulla*¹²⁰ o evento para as comemorações realizadas em 21 de abril, destacando que se tratava de uma demonstração de “entendimento e colaboração ítalo-brasileira”. A celebração do “*Natale di Roma*” ficou a cargo do Diretor Attilio Venturi e o “*Martirio di Tiradentes*” contou com os discursos do Inspetor Federal Brasileiro, Dr. Paulo Marzagão. Na ocasião, também foram premiados os melhores alunos do ano anterior.

No dia 11 de novembro, foi celebrada a missa em homenagem ao “Aniversário do Rei Vittorio Emmanuele III”, que, no ano de 1936, além de Rei da Itália, era também chamado de “Imperador da Abyssinia”. De acordo com publicação do *Correio Paulistano*, a comemoração daquele ano contava com membros do consulado italiano, do secretário do *Fascio* de São Paulo, Alberto Benincasa, por representantes de outras associações italianas e membros de destaque na “colônia italiana”¹²¹. Na legenda da fotografia, a descrição da imagem evidenciava a organização dos alunos segundo os moldes das apresentações da Juventude Fascista e a tomada do alto demonstrava o número de participantes de modo ampliado:

¹¹⁸ HBN. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6.mai.1936. “A colônia italiana desta capital festeja a Victoria de Roma”, p. 1, 12.mai.1936. “Imponentes comemorações da proclamação do Império na Itália”, p. 1.

¹¹⁹ “Reduci di Guerra”, “Nastro Azzurro”, “Faccio Fillippo Corridoni (Seção Juvenil)”, “Istituto Médio Dante Alighieri”, “Circolo Calabrese”, “Società Operaia Italiana di Mutuo Socorso di Barra Funda”, “Società Vittorio Emmanuele II”, “Unione Cattolica Italiana”, “Lega Lombarda”, “Società S. Vito Martire”, “Società Sto Antonio do Pary”, “Società Benedetto Marcello”, “Circolo Unione Catolica”, “Civiltà Cattolica Italiana”, “Società Guglielmo Oberdan”, “Società Vittorio Veneto”, “Società Italiana della Móoca”, “Unione Viaggiatori Italiani”, “Società Umberto Maddalena”, “Associazione Santo Antonio de Padova”, “Società M. S. di Santo Amaro”, “Clube Esperia” e “Muse Italiche”.

¹²⁰ ICIB. *Fanfulla*, São Paulo, 19.mai.1936. “Istituto Medio ‘Dante Alighieri’”, p. 6.

¹²¹ “Todos presentes: “Reduci di Guerra”, “Nastro Azurro”, “Unione Cattolica Italiana”, “Legal Lombarda”, “Circolo Calabrese”, “Istituto Pratola”, “Guglielmo Oberdan”, “Unione Viaggiatori Italiani”, “Palestra Itália”, “Clube Esperia”, “S.M. Barra Funda”, “S.I.M.S. Trinacria”, “Scuola Principesa Maria” e várias outras associações italianas de São Paulo”.

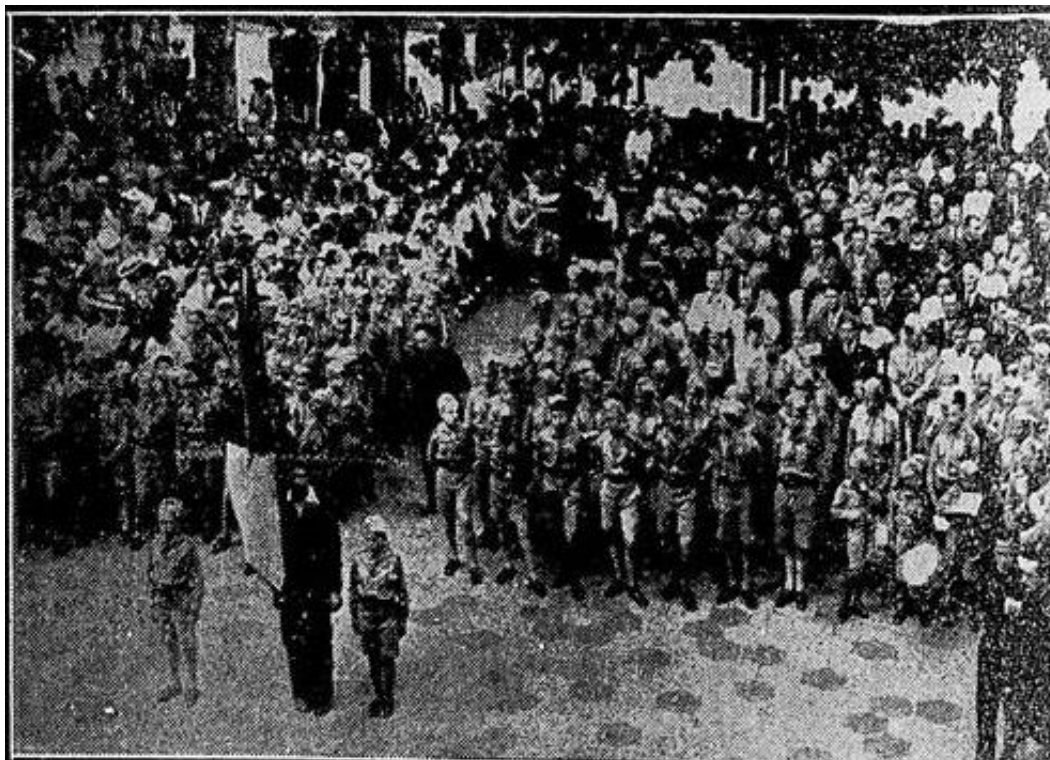


Ilustração 16 - “Um aspecto da formação da juventude fascista, no domingo, no pátio do Instituto Medio Dante Alighieri”. Fonte: Hemeroteca/BN. *Correio Paulistano*, São Paulo. Terça-feira, 19 de novembro de 1936, p. 1¹²².

De acordo com o artigo, ocorreram as seguintes atividades:

O com. Giuseppe Castruccio, real e imperial cônsul da Itália em São Paulo, chega exatamente às 9 horas e meia, em companhia de sua exma. esposa, marquiza Elisabetta. É cumprimentado por todos os membros do Corpo Consular de São Paulo e pelas autoridades civis e militares. A orchestra, dirigida pelo maestro Salvatore Callia, executou o Hymno Brasileiro e a Marcha Real Italiana; a fanfarrinha dos jovens italianos que executa a “Giovinezza”. Inicia-se, logo depois, a cerimônia religiosa pelo padre Angelo Scafati, e acompanhada pela música sacra executada pela orchestra, que iniciou com o “Angelus”, de Massenet. Ao fim da cerimônia religiosa, o reverendo Scafati pronunciou uma brilhante oração, ilustrando o espírito religioso da Casa de Savoia, da qual diversos personagens foram beatificados pela Igreja e estão em vias de ser canonizados. Detem-se longamente em torno da figura luminosa de Clotilde de Savoia, que foi digna rainha e fervorosa catholica. Fala das maiores ordens cavalearescas que possuem os nomes de “Santissima Annunziata” e “S. Maurizio e Lazzaro”. Passa em revista a vida de Vittorio Emmanuele III, que é o rei da victoria: - victoria da Grande Guerra, victoria da conciliação entre o Estado e a Igreja, e a victoria da fundação do novo Império de

¹²² Disponível em:

memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=pateo%20do%20Instituto%20Medio%20Dante%20Alighieri. Acessado em: 15.1.2015.

Roma. Encerra sua peça oratória fazendo referência à figura do “Duce” o grande artífice da grandeza da Itália.

Na Itália Fascista, a religião foi um dos pontos de maior tensão no âmbito das reformas educacionais. O ministro de Giovanni Gentile (1922-1924) permitiu o ensino religioso nas escolas primárias, sendo dirigido apenas para as turmas iniciais. A religião era uma forma de desenvolver nos alunos os valores universais para que os sentimentos de união e fraternidade fossem convertidos em uma fé no Estado. Entre os símbolos e rituais que deveriam estar presentes nas escolas estavam o crucifixo e a imagem do rei nas salas de aula, o culto à bandeira tricolor e as preleções de hinos patrióticos (que foram elaborados pelo secretário Dario Lupi). No ginásio e nos liceus, os alunos mais maduros, tinham, então, contato com a filosofia, tão importante do ponto de vista dos idealistas. Os ministros seguintes defendiam que a Igreja Católica tinha ganhado muitos poderes nas decisões educacionais e na formação dos jovens e, com isso, passaram a afastar a religião da escola, preocupados principalmente com a Ação Católica. No entanto, em meados dos anos 1930, Mussolini acabou por tornar o ensino religioso obrigatório nas escolas, a partir da necessidade de manter o papa como um aliado (ROSA, 2008, p. 140). Por isso, o texto do jornal refere-se ao evento ocorrido no IMDA como sendo uma representação da “vitória da conciliação entre Estado e Igreja”.

No IMDA, a educação religiosa era facultativa desde os primeiros anos de funcionamento, podendo os alunos frequentar ou não a catequese dada por padres franciscanos (*cappuccini*). Os alunos internos, aos domingos de manhã, eram convidados a assistir à missa realizada no mesmo Instituto. As celebrações no IMDA, em geral, contavam com a presença de autoridades religiosas (padres e bispos). No Brasil, a presença da religião católica na escola, assim como na Itália, dava-se através de fornecimento de valores e princípios à formação dos estudantes. Desde a Constituição Brasileira de 1934, promulgada por Getúlio Vargas, estabeleceu-se que o ensino religioso era “de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais¹²³”.

O *Fanfulla* de 17 de novembro também publicou sobre “*La Messa Del Re*” daquele ano, destacando os participantes do evento: alunos; membros da OGIE; o

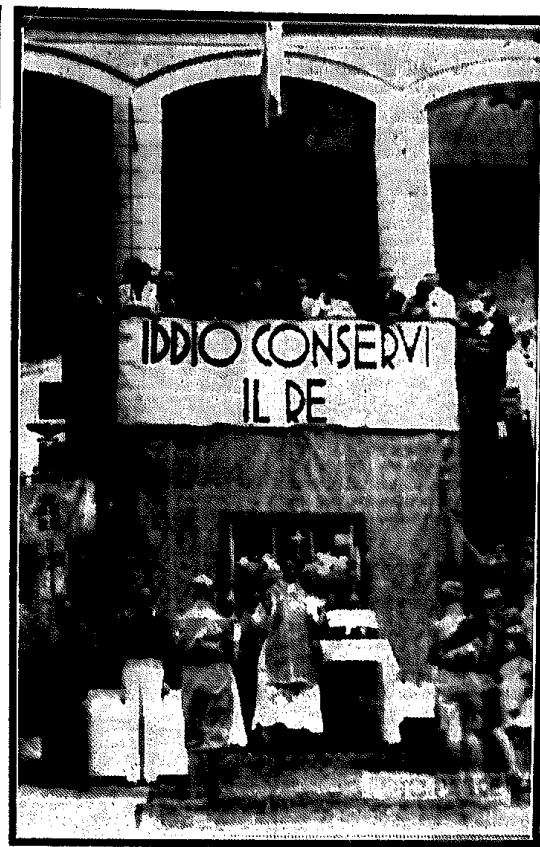
¹²³Constituição (1934). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acessado em: 7.2.2015.

governador Armando Salles de Oliveira; secretários do Estado; o prefeito Fabio da Silva Prado; o secretário da Zona dos Partidos Fascistas Italianos, Alberto Benincasa; além dos já citados cônsul-geral Castruccio, o diretor Venturi e o Pe. Angelo Scafati. De acordo com o artigo, Benincasa acompanhava um “grupo de fascistas e *avanguarditi*”. Na primeira imagem, aparecem os meninos de uniformes de modelo militar, as bandeiras do Brasil e da Itália penduradas nas escadarias (ao centro) e nas janelas (à direita), os estandartes e o professor de música e maestro Salvatore Callia no canto inferior direito, ao lado de algumas meninas que portavam uniformes semelhantes aos das “*avanguardite*”. Nas duas imagens, aparecem, no centro do pátio, uma faixa com a frase “*Iddio conserve Il Re*” (Deus conserve o Rei) e, pelas janelas laterais, bandeiras brasileiras e italianas.



Ilustração 17 - Cerimônia realizada em homenagem ao Rei da Itália. Fonte: CAPH – “Fotografia doada pela família do prof. Callia”, 15.11.1936, 12x18cm, Ref. Dante/1.2/81 caixa 2 ¹²⁴.

¹²⁴No AHEDA, encontra-se a mesma fotografia publicada no jornal. No artigo, a legenda é: “Um aspecto da assistência durante a Missa do Rei, celebrada no último domingo no pátio do Instituto Médio Dante Alighieri (Foto Pesce)”. Fonte: ICIB. *Fanfulla*, São Paulo, 17.nov.1936. “*La ‘Messa del Re’ celebrata domenica all’Istituto Medio ‘Dante Alighieri’*”, p. 5.



L'altare improvvisato nel cortile dell'Istituto Medio per la celebrazione della Messa del Re. (Foto Pesce)

Ilustração 18 - “O altar improvisado no pátio do Instituto Médio para a celebração da Missa do Rei (Foto Pesce)”. Fonte: ICIB. Fanfulla, São Paulo, 17.11.1936. “La ‘Messa del Re’ celebrata domenica all’Istituto Medio ‘Dante Alighieri’”, p. 5.

No IMDA, existia, desde os primeiros anos de consolidação da instituição, um tiro de guerra. De acordo com a cerimônia retratada no filme e como pode se perceber pela incidência das comemorações do calendário italiano, havia concomitância, até o final dos anos 1930 e o início dos anos 1940, de dois modelos de educação, um de cunho educativo-militar, fundado nas ideias de formação do “cidadão-soldado”, com a presença do tiro de guerra, e um de educação cívico-ideológica (italiana-fascista), marcado por símbolos e rituais próprios da Juventude Fascista a partir da presença dos ritos e símbolos associados ao *Fascio*. Em 1936, não há indicações de eventos que comemorassem exclusivamente datas do calendário brasileiro. No entanto, a partir de 1937, com a instalação do governo autoritário de Getúlio Vargas, afirmavam-se as propostas de nacionalização do ensino e a vigilância sobre as associações e instituições estrangeiras. Nessa conjuntura, foi comemorado em abril de 1937 não somente o Aniversário de Roma (com a visita do ministro Romanelli, retratada no filme analisado

no início deste capítulo), mas também Tiradentes¹²⁵. Na edição do *Fanfulla* de 8 de setembro, foi publicada a matéria “*La significativa cerimônia all’Istituto Medio ‘Dante Alighieri’¹²⁶”*, a respeito da comemoração da Independência do Brasil. O texto informava que a coletividade italiana estava profundamente agradecida às autoridades e às personalidades brasileiras que haviam aceitado o convite do prof. Venturi para participarem da data celebrada no IMDA. Destacou que a Independência do Brasil era celebrada nos anos anteriores e sempre teve muito significado para os italianos, que haviam escolhido o Brasil “*come Patria di adozione*”. Naquele ano, além do cônsul-geral Giuseppe Castruccio, do Conde Crespi, das famílias dos alunos e amigos do IMDA, o evento contou com a presença de “*ospiti nuovi¹²⁷*”. As autoridades brasileiras, além de discursarem sobre a importância da data para a história do Brasil, premiam os selecionados como melhores alunos. A fotografia abaixo ilustra o evento, indicando a presença de bandeiras do Brasil, de São Paulo e da Itália (com a Cruz de Savoia ao centro) e de alunos perfilados, posicionados de frente às autoridades:

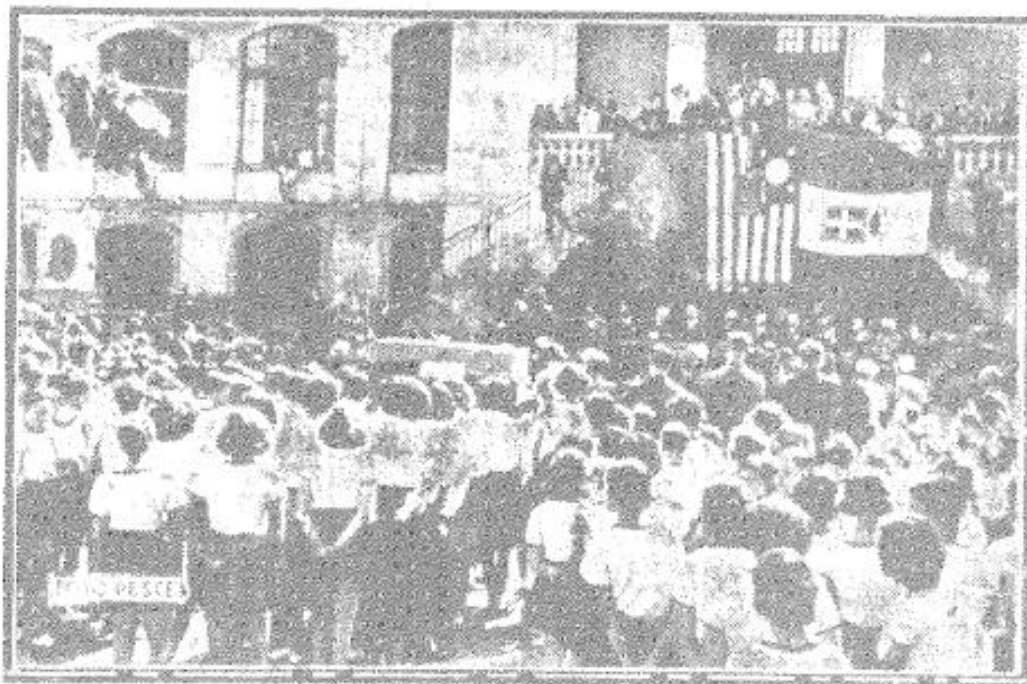


Ilustração 19 - Fotografia da comemoração da Independência do Brasil no pátio do IMDA (na escadaria: da esquerda para direita, podem-se ver as bandeiras do Brasil, São Paulo e Itália). Fonte: ICIB. *Fanfulla*, São Paulo, 8.set.1937. “*La significativa cerimônia all’Istituto Medio ‘Dante Alighieri’*”, p. 4.

¹²⁵ ICIB. *Fanfulla*, 21 abr. 1937, “*La celebrazione del 21 aprile all’Istituto Medio*”.

¹²⁶ ICIB. *Fanfulla*, São Paulo, 8 set.1937. “*La significativa cerimônia all’Istituto Medio ‘Dante Alighieri’*”, p. 4.

¹²⁷ Os novos convidados foram: os representantes da Assembleia Legislativa do Estado, Dr. Henrique N. Lefevre e Maciel de Castro; o representante do prefeito, Dr. Leonardo Pinto, Conselheiro da Câmara municipal; os inspetores brasileiros do Instituto Dr. Marzagão e Rosa; o Dr. Galhanone, Chefe do Ensino Privado na Diretoria-Geral do Ensino, e o Diretor-Geral do Ensino Dr. Almeida Junior.

No ano de 1937, ainda foram divulgadas no *Fanfulla* as celebrações da “Cresima e 1ª Comunione” e do “15 Novembro” (“Proclamação da República Brasileira”) realizados no IMDA. A primeira parte foi conduzida pelo bispo de São Paulo, Dom José Gaspar de Affonseca, e a segunda, pelo Inspetor Federal Paulo Marzagão.

Em 1938, o Decreto nº. 383, de 18 de abril¹²⁸, vedava aos estrangeiros a atividade política no Brasil, proibia a participação em sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político e também impedia de hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro. Nesse ano, ocorreram outras comemorações cívicas nacionais brasileiras, como o “1º centenário de José Bonifácio” e a “Independência do Brasil”. O *Correio Paulistano*¹²⁹ chamou atenção para o fato de que a Independência do Brasil também havia sido celebrada no Externato Alemão. Mesmo com a maior incidência das comemorações relativas ao calendário cívico brasileiro, naquele ano o IMDA não deixou de celebrar a tradicional Missa em homenagem ao “Aniversário do Rei da Itália”, com todos os ritos e elementos que compunham a cerimônia desde os anos anteriores.

Provavelmente, a promulgação do decreto três dias antes da comemoração inviabilizou as alterações no ritual. O mesmo não se deu no ano seguinte, em 1939; no dia 21 de abril, foi comemorado apenas o “Dia de Tiradentes”, com a presença do diretor Venturi e dos inspetores federal, Lourenço de Oliveira, e estadual, Alfredo de Moraes Rosa. A festividade não fez menção ao “Aniversário de Roma”. As atividades realizadas na “sessão cívica” foram as seguintes:

Hymno Nacional Brasileiro;
 Allocução aos alumnos pelo Sr. Inspector federal;
 Conferencia sobre a data pelo dr. Leonardo Pinto, ex-professor do instituto e membro effectivo do Instituto Historico e Geographico de São Paulo;
 Hymno Nacional Brasileiro;
 Foram também realizadas preleções em todas as classes, exaltando a figura de Tiradentes pelos professores José dos Santos Rodrigues e Vicentina Pinto.

¹²⁸ BRASIL. Decreto nº. 383, de 18 abril de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 20/04/2015.

¹²⁹ HBN. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6.mai.1936. “A colonia italiana desta capital festeja a Victoria de Roma”, p.1. 12.mai.1936. “Imponentes commemorações da proclamação do Imperio na Italia”, p. 1.

Manteve-se, entretanto, a comemoração do sexagésimo “Aniversário do Rei” italiano em 12 de novembro, com a participação do cônsul-geral Castruccio e do tenente brasileiro Renato Bifano, além de outras autoridades estatais, cônsules e vice-cônsules e membros de associações italianas. De acordo com a notícia publicada pelo *Fanfulla* no dia 14¹³⁰, a cerimônia constituiu-se em mais uma prova da devoção da coletividade italiana de São Paulo ao Imperador Vittorio Emanuele III.



Il Console Generale, comm. Castruccio in mezzo agli alunni dell'Istituto Medio «Dante Alighieri», festeggiando il genellaco del Sovrano

Ilustração 20 - “O cônsul-geral, com. Castruccio, em meio aos alunos do IMDA, festejando o aniversário do Soberano”. Fonte: ICIB. *Fanfulla*, São Paulo, 14.nov.1939. “La messa ‘Pro Rege’ all’Istituto Medio ‘Dante Alighieri’”, p. 5.

Com uma tomada muito próxima da realizada para a ilustração 17, a ilustração identificada como sendo do dia 15 de novembro, quando o IMDA comemorou mais uma vez a “Proclamação da República Brasileira”, chama a atenção. Ao centro, podem ser vistas bandeiras do Brasil e a imagem de Getúlio Vargas. Estavam ausentes as referências à Itália, tampouco são vistos estudantes com uniformes militares. O professor de música e maestro Salvatore Callia aparece próximo a uma das bandeiras (do lado direito) regendo o canto dos alunos:

¹³⁰ ICIB. *Fanfulla*, São Paulo, 14.nov.1939. “La messa ‘Pro Rege’ all’Istituto Medio ‘Dante Alighieri’”, p. 5.



Ilustração 17 - Cerimônia realizada em homenagem ao Rei da Itália. Fonte: CAPH – “Fotografia doada pela família do prof. Callia”, 15.11.1936, 12x18cm, Ref. Dante/1.2/81 caixa 2.



Ilustração 21 - Comemoração realizada no pátio do IMDA. Fonte: CAPH – “Fotografia doada pela família do prof. Callia”, 15.11.1939, 12x18cm, Ref. Dante/3.4.2/250 Caixa 6.

Na comparação entre as duas fotografias, percebe-se como a simbologia e os rituais incluídos nas festividades foram alterados na década de 1940 no interior do IMDA.

Demonstrando, no entanto, que este movimento não havia se consolidado, em 20 de abril de 1940, o *Fanfulla* divulgou, em nota, que o IMDA iria comemorar o “Dia de Tiradentes” e o “Aniversário de Roma” na mesma data, contando com a participação de “autoridades brasileiras e italianas”. Em setembro, de acordo com o *Correio Paulistano*, a “Independência do Brasil” foi celebrada no IMDA a partir da seguinte programação¹³¹:

- 1ª parte – a) Hymno Nacional;
 - b) abertura da sessão pelo sr. inspetor federal dr. Milton Lourenço de Oliveira;
 - c) discurso do diretor professor Attilio Venturi;
 - d) Hymno da Independência;
 - e) alocução sobre a data pelo prof. Orlando Porreta;
 - f) Recitativos;
 - g) distribuição de prêmios;
 - h) encerramento da sessão com o canto do Hymno Nacional.
- 2ª parte – Competições esportivas na praça de esportes do Instituto¹³².

No mesmo ano, foi realizada em novembro, novamente, a missa em homenagem ao “Aniversário do Rei”. Na descrição sobre a data, no *Fanfulla* de 12 de novembro¹³³, o salão havia sido adornado com flores e trazia uma bandeira com a frase “*Bianca Croce di Savoia – Dio ti salvi e salvi il Re*”.

Mas, em 1941, a única celebração cívica anunciada pelos jornais¹³⁴ foi a de comemoração da “Independência do Brasil”. A programação seguiu as mesmas atividades do ano anterior, acrescentando o canto do Hino a Duque de Caxias e a entrega solene de contribuições pró-monumento a Caxias, o que acentuava o caráter

¹³¹ No que se refere à educação do corpo, é importante destacar a confluência de propostas relativas aos exercícios e às competições esportivas, estimulados pelos dois países, e que ocorriam nas cerimônias realizadas no IMDA e na participação dos alunos em muitas competições esportivas pela cidade. Dentre os esportes, praticados pelos alunos no IMDA, havia o “bola ao cesto”, futebol, ginástica e atletismo. Nessas modalidades, o IMDA participava das competições. Além desses, o IMDA era a única instituição que mantinha aulas de esgrima como mais uma das modalidades praticadas pelos seus alunos.

¹³² HBN. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6.set.1940. “O Brasil comemorará amanhã sua data magna”, p.1; 7.set.1940. “A data da independência será hoje cultuada em todo o território nacional”, p.1; 8.set.1940. “As brilhantes comemorações do ‘Dia da Pátria’”, p. 8.

¹³³ ICIB. *Fanfulla*, São Paulo, 12.nov.1940. “*All’Istituto Medio Dante Alighieri la messa del Re*”, p. 5.

¹³⁴ HBN. *Correio Paulistano*, São Paulo, 7.set.1941. “Enceram-se hoje as comemorações da ‘Semana da Pátria’”, p. 2. & ICIB. *Fanfulla*, São Paulo, 7.set.1941. “O Instituto Médio Italo-Brasileiro ‘Dante Alighieri’ comemora hoje a Data da Independência”, p. 5.

nacionalista brasileiro da cerimônia¹³⁵. O jornal *Fanfulla*, a partir de meados desse ano, passou a ser publicado em português e não mais em italiano.

Em 1942, cessam as referências a comemorações cívicas no IMDA. O *Fanfulla* sofre intervenção¹³⁶ e acaba por ser fechado. As últimas publicações encontradas são do mês de janeiro. Antonio Cuoco, então diretor do IMDA, foi também o último diretor do jornal e acusado de ficar com as divisas arrecadadas com a venda do patrimônio do jornal, após seu fechamento pela intervenção.

Em 16-2-1943, relatório reservado sobre o extinto jornal “Fanfulla”, informa que Antonio Cuoco encabeçava a nova diretoria daquele jornal, e que obedecendo ordens do Embaixador italiano, mudara todos os redatores, por elementos das fileiras fascistas, simpatisantes. Sobrevindo a guerra, Antonio Cuoco foi obrigado a suspender a publicação do jornal. Aproveitou-se então do contrato registrado na Junta [Comercial] e da partida do Embaixador e requereu em juízo a liquidação judicial da finna que foi concedida e pode mesmo vender não só o maquinário do “Fanfulla”, mas também o prédio de propriedade do jornal, por alguns milhoes de cruzeiros. Que deste modo Antonio Cuoco e seus companheiros beneficiaram-se desse patrimonio, cuja importancia deveria pertencer ao Brasil¹³⁷.

No *Correio Paulistano* de 23 de agosto de 1942, é possível constatar que, ao mesmo tempo que a capa alertava para a mudança de postura do governo brasileiro em relação aos países do Eixo, no contexto da Segunda Guerra Mundial, em outra página, havia uma nota sobre a “Nacionalização do Instituto Dante Alighieri”:



Ilustração 22 - Recorte do jornal *Correio Paulistano*. Fonte: HBN. *Correio Paulistano*. “O Brasil se acha, desde ontem, em estado de beligerância com a Itália e Alemanha”, São Paulo, 23.ago.1942, p.1¹³⁸.

¹³⁵ Arrecadação de fundos para a construção de um monumento a Duque de Caxias. Foi realizado um concurso de maquetes e o autor vencedor foi Vitor Brecheret.

¹³⁶ No arquivo do ICIB, há um intervalo entre 29 de janeiro de 1942 e 5 de maio de 1947. Ele foi reaberto, mas em outro endereço e sob nova administração.

¹³⁷ APESP, Acervo DEOPS. Prontuário Nº. 14494: Antonio Cuoco.

¹³⁸ Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%201942)

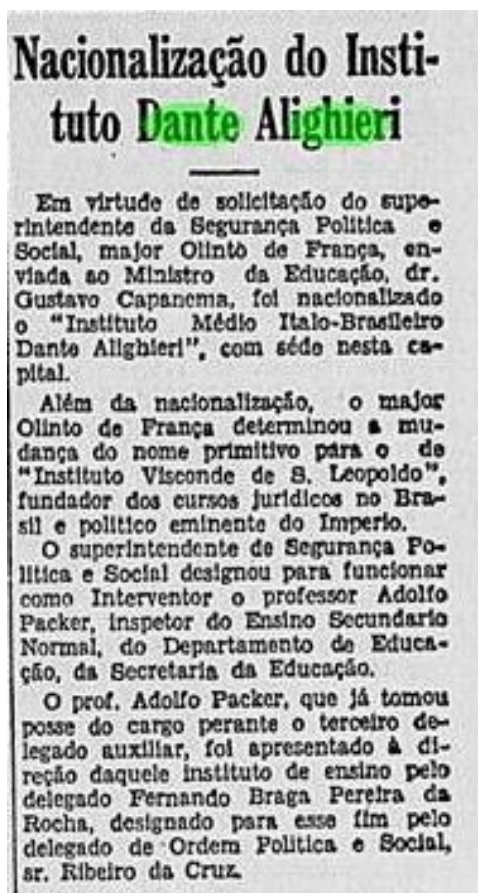


Ilustração 23 -Recorte do Jornal *Correio Paulistano*. Fonte: HBN, *Correio Paulistano*. "Nacionalização do Instituto Dante Alighieri", São Paulo, 23.ago.1942, p. 13¹³⁹.

Os eventos do IMDA, divulgados nos jornais, evidenciam a ocorrência de manifestações relativas às culturas italiana e brasileira. Até o ano de 1942, pode-se constatar a ocorrência de eventos que celebravam tanto as datas cívicas italianas, quanto as brasileiras. Em algumas ocasiões, como no dia 21 de abril, comemoravam-se, ao mesmo tempo, datas relativas ao calendário italiano e brasileiro ("Tiradentes" e "Aniversário de Roma"). Em outras, como no "Aniversário do Rei da Itália" de 1939, participavam autoridades brasileiras, juntamente com as italianas.

20194&pesq=nacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20instituto%20dante%20alighieri. Acessado em: 7.fev.2015.

¹³⁹ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%20194&pesq=nacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20instituto%20dante%20alighieri. Acessado em: 7.fev.2015.

Em 1942, com a declaração de Guerra aos países do Eixo e a intervenção federal, sob ação da polícia política, sofrida pelo IMDA, o *Fanfulla* não circulava mais e também não havia menções de comemorações cívicas no, a partir de então denominado, Colégio Visconde de São Leopoldo. No livro comemorativo dos 85 anos do Colégio Dante Alighieri, ao tratar daquele período, destaca-se que “ninguém gostava de se lembrar”, e nem mesmo a “Independência do Brasil” era celebrada, com receio das medidas governamentais que proibiam os alunos e professores até mesmo de falar em italiano (GORDINHO, 1996, pp. 58-59).

A ex-aluna Germana de Angelis relembra-se das restrições feitas ao maestro e professor de música Callia, que aparece regendo o canto dos alunos em cerimônias ocorridas no IMDA:

Eu estava no ginásio quando eclodiu a Segunda Guerra. Tínhamos um professor de música, de canto, que se chamava Salvatore Callia, que era uma pessoa muito amada; com ele aprendemos a cantar os hinos brasileiros, mas também aquele famoso coro da ópera Nabuco, *Va pensiero*. Também nos ensinava músicas italianas. Mas ele não falava português, quando tentava, todo mundo dizia: “O senhor está falando que língua?”. Durante o tempo todo da guerra, quando veio a proibição de falar línguas estrangeiras nas ruas, porque podia ser preso, ele ficou sem falar nada fora do colégio, até a hora em que o colégio mudou de nome, e passou para Visconde de São Leopoldo, aí nem no colégio ele falava mais, só dava as aulas. O professor Callia passou os quatro anos de guerra sem abrir a boca na rua, era mudo¹⁴⁰.

2.5 Por uma educação estética brasileira

A educação, para a formação de uma consciência cívico-patriótica, foi intensamente debatida, ao longo da primeira metade do século XX, por educadores, militares, religiosos e governantes. Durante a consolidação da República e no primeiro período de Vargas no poder (1930-1937), mesmo com todas as campanhas em favor de uma educação cívico-patriótica e da nacionalização do ensino, ainda havia espaço para a permanência de símbolos e rituais concorrentes no interior das escolas. No entanto, com a imposição do Estado Novo, pautado no autoritarismo e na centralização das decisões políticas, as ações interventoras para consolidar a ordem e unidade à nação brasileira foram intensificadas (CHAUÍ, 2012, p. 37). Se desde os anos iniciais da República houve debates em torno da formação de uma identidade nacional, foi durante o Estado Novo que as medidas repressoras com este fim mais se impuseram. O esforço

¹⁴⁰ AHCDA, Centro de Memória, “Transcrição do depoimento de Germana de Angelis”.

intensificado para a inculcação de uma crença comum a todos os cidadãos dava ao Estado e aos grupos dirigentes mais força de atuação, pois permitia sufocar a existência de diferentes ambições sociais e ideologias.

Houve iniciativas que antecederam o Estado Novo. Várias leis foram comentadas nas páginas anteriores. Vale lembrar ainda que, na reforma de Francisco Campos, em 1931, o canto orfeônico passou a ser disciplina obrigatória nas escolas de ensino secundário no Brasil. De acordo com Campos, os hinos e canções patrióticas executados em coro eram destinados a “inspirar o amor e o orgulho pelo Brasil, forte e pacífico”. Em 1934, a obrigatoriedade escolar se estendeu ao ensino primário. E, finalmente, em 1936, o canto do Hino Nacional tornou-se obrigatório tanto nos estabelecimentos públicos quanto nos privados e em todos os níveis de ensino. A sua utilização como instrumento de promoção do civismo e da disciplina coletiva foi uma constante durante todo o período que inclui o primeiro governo de Vargas e durante o Estado Novo (LEMOS JÚNIOR, 2001, pp. 286-292).

Os orfeões escolares e os hinos patrióticos tornaram-se extremamente importantes na promoção cultural do Estado brasileiro, principalmente durante a ditadura de Vargas. Nas festas cívicas, eles deveriam compor os rituais de valorização da identidade nacional. “O lugar, o cerimonial, a música, os movimentos, o vestuário, o registro fotográfico” compunham os detalhes de toda a “encenação teatral” (DUTRA, 2013, p. 256).

Francisco Campos, ao elaborar a Constituição de 1937, “havia deixado caminho aberto” para a fundação de instituições destinadas à organização da juventude para o “trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação” (HORTA, 1994, p. 205).

De acordo com a Constituição de 1937, o Estado deveria “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”. Além disso, nenhum outro símbolo, estadual, municipal e/ou principalmente de outra nacionalidade, poderia concorrer com “a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais”, que passaram a ser “de uso obrigatório em todo país” (OLIVEN, 2006, p. 3).

Em conferência proferida em outubro de 1939, Lourenço Filho afirmou que o projeto educacional do Estado Novo tinha como:

[...] feto capital homogeneizar a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e ideias coletivos, em que afinal o senso unidade e de comunhão nacional repousam¹⁴¹ (LOURENÇO FILHO, 1939 apud BOMENY *et al.*, 2000, p. 93).

Enquanto diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938-1946), o conferencista era responsável por dar subsídio à política nacionalizadora empreendida pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema. No Estado Novo, a escola deveria promover o projeto político empenhando-se em cultivar todos os símbolos, conteúdos e ritos relativos a uma suposta unidade cultural nacional brasileira. O Ministro da Educação determinou que a Juventude Brasileira serviria como auxiliar na função educativa. A partir do Decreto-Lei nº. 2.072, de março de 1940, o militarismo estava presente nas escolas, “no culto mais ou menos ritualístico das grandes datas nacionais” (BOMENY, 2000, pp. 147-151).

Até o ano de 1942, mesmo com as advertências tomadas em virtude das legislações, a instituição não havia sofrido intervenção e também nenhuma ação de repressão no que diz respeito às manifestações de apoio ao regime fascista.

No entanto, muitas escolas passaram a ser, durante o Estado Novo, alvo de vigilância e palco de repressões. Os discursos e reformas em favor da educação nacional brasileira foram incluídos na nova política de Segurança Nacional, que substituiu a concepção de Defesa Nacional, com o intuito de agir em favor da ordem, da contenção de ideologias concorrentes com a do Estado brasileiro e da consolidação do projeto de formação da nacionalidade brasileira. O militarismo, que ganhou espaço nos discursos, na prática da educação cívica e moral e na educação do corpo, também passou a investir a polícia de poderes para a repressão política e social.

O próximo capítulo aborda a intervenção para a nacionalização do IMDA e o papel da polícia política nesse processo. Se, até então, coexistiam práticas e símbolos de duas nacionalidades intermeadas por ideologias políticas em voga no período, a partir de 1942, a primeira providência a ser tomada foi relacionada ao símbolo primordial da

¹⁴¹ LOURENÇO FILHO, Manuel B. Conferência na Escola do Estado-maior do Exército, 27 de Outubro de 1939. “Educação e Segurança Nacional”. In: A Defesa Nacional, novembro de 1939, p. 67.

identidade de uma instituição: o seu nome. Diante da intervenção para a nacionalização, o IMDA passou a ser denominado como Colégio Visconde de São Leopoldo¹⁴².

¹⁴² José Feliciano Fernandes Pinheiro, o primeiro Visconde de São Leopoldo, defendia já no século XIX, a criação das universidades brasileiras, para que os estudantes não precisassem sair do país para continuar os estudos no ensino superior.

**CAPÍTULO III - ASPECTOS DA (DES)NACIONALIZAÇÃO: A
INTERVENÇÃO FEDERAL PELOS PRONTUÁRIOS DA POLÍCIA POLÍTICA
(1942-1943)**

Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos [...].

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nosso tempo*.

Entre as fotos que Juan Cameroni conservava da infância havia uma na qual aparecia ao lado do avô Raffaele, os dois sorridentes, os dois vestidos com camisas negras, os dois fazendo a saudação fascista. Quantos anos Juan teria então? Se tivesse 4, a foto era de 1972; se 5, de 1973. No entanto, não havia dúvida de que a foto fora tirada em um dia 2 de novembro, o único do ano em que avô e neto vestiam seus uniformes fascistas para participar da homenagem aos italianos mortos na Guerra Civil. [...] Na Itália, Raffaele não era fascista. Tampouco antifascista, claro. Raffaele só era pobre, e foi apenas para tirar sua mulher e sua filha da pobreza que aceitara partir para guerra em um país estrangeiro. No navio, o *Stelvio Domine*, conheceu muitos que eram como ele, e todos exibiam com orgulho fotos da prole que haviam deixado na aldeia. Entre aqueles soldados eram poucos (e sempre os mais jovens) os que haviam se alistado para servir ao *Duce* e difundir os ideais do *fascio*. [...] Viajavam vestidos à paisana. Quando estavam para desembarcar, lhes disseram que ainda não deviam vestir o uniforme. Aquilo era Cádiz. Mas podia ser qualquer lugar, e fosse como fosse, o que importava?

PISÓN, Ignacio Martinez de. *Dentes de leite*, 2012, pp.7-29.

Aqui, em São Paulo, por longos anos, vimos muita gente, gente principalmente do povo, ser o melhor exemplo de oposição calorosa e tenacidade contra as seduções e as ameaças do torvo regime totalitário. Enquanto os condes, as famílias da alta, os grandes usufruidores da indústria se orgulhavam de possuir um duplo passaporte, o brasileiro e o italiano, de ter pronta e nova no guarda-roupa uma camisa preta, o povo mesmo se abrasileirava, cantando o Hino Nacional nas escolas, gostando de Rui Barbosa e de Tiradentes, no Brás das cantinas, das pizzerias e dos cinemas monstros, mas trazendo sempre no coração a recordação tenaz e viva duma canção napolitana. Que pode, de fato, fazer contra as Nações Unidas, o *Sole mio*?

ANDRADE, Oswald de. *La Guerre en Dentelles*.

3.1 A polícia política no IMDA

O delegado de polícia Carlos Furtado de Mendonça, do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP), emitiu em 3 de fevereiro de 1943 um relatório para expor a situação em que se encontrava o IMDA, justificando a intervenção federal iniciada em agosto do ano anterior. Duas acusações formavam o inquérito: “a desnacionalização do ensino e a implantação da política fascista no colégio¹⁴³”.

Para a polícia política, a manutenção de um programa de ensino que privilegiava a língua e a promoção da cultura italiana fazia com que fosse inculcada na “mente dos filhos dos italianos nascidos no Brasil a teoria italiana dos *jus sanguinis*¹⁴⁴, ou seja, que, embora aqui nascidos, deviam se considerar italianos, contrariamente ao princípio do *jus soli*¹⁴⁵, lei predominante no Brasil¹⁴⁶”. Portanto, a partir de então, naquele ambiente não deveria mais ser permitido que os alunos fossem educados como filhos de italianos, mas, sim, como brasileiros cultivando os símbolos nacionais do Brasil, dos quais deveria ganhar destaque o uso da língua portuguesa.

Como vimos nos capítulos anteriores, até o final dos anos 1920, a instituição mantinha os programas de ensino italianos e, aos poucos, foram acrescentados os cursos brasileiros (Seriado e Comercial). Ao longo da década de 1930, os cursos baseados nos regimentos das escolas italianas foram cada vez mais perdendo clientela e sendo desqualificados pela legislação brasileira (os cursos italianos não tinham validade no Brasil). No entanto, mesmo com uma desvalorização desses cursos, foram mantidas algumas disciplinas, atendendo alunos que ainda ambicionavam continuar os estudos na Itália (havendo, portanto, a possibilidade de um diploma duplo). Além disso, era preservado o cultivo da língua italiana. Havia professores italianos e eram cultuados símbolos e ritos nacionais italianos (como datas comemorativas, presença de imagens de personagens da história, bandeiras, estandartes etc.).

¹⁴³APESP, Acervo DEOPS. “Relatório de Carlos Furtado de Mendonça (3/2/1943)”. Prontuário N° 14494: Antonio Cuoco [documento anexado nos prontuários dos outros professores do IMDA].

¹⁴⁴ Termo em latim que significa “direito de sangue”. Nos países em que vigora esse princípio, a nacionalidade é determinada pelos laços de sangue.

¹⁴⁵ Termo em latim que significa “direito de solo”. Nesse princípio, a nacionalidade pode ser reconhecida pelo território de nascimento da pessoa.

¹⁴⁶APESP, Acervo DEOPS. “Relatório de Carlos Furtado de Mendonça (3/2/1943)”. Prontuário N° 14494: Antonio Cuoco [documento anexado nos prontuários dos outros professores do IMDA].

Considerando tais disposições no decorrer de duas décadas da instituição antes da intervenção, é significativo perceber que, assim como houve as reclamações por parte do diretor italiano Luigi Borgogno (1933), que afirmou que o curso italiano secundário era “um nome e não uma realidade”, tratando do desenvolvimento dos cursos brasileiros e de uma possível descaracterização da identidade italiana da instituição, a polícia política se ocupou (1942) em suprimir justamente as práticas remanescentes que ainda permitiam ao estabelecimento ser identificado como uma escola italiana em São Paulo (“um pedaço da Itália no Brasil”).

Juntamente com a manutenção dos laços com a cultura italiana, estava a presença de professores e diretores italianos e descendentes, a ocorrência de práticas e símbolos de culto ao fascismo e as filiações às organizações fascistas (OGIE e *Fascio*), formando, assim, os elementos para a segunda acusação, que era a evidência da promoção da ideologia fascista no cotidiano da instituição. De acordo com o relatório:

[...] no estabelecimento professores e alunos só falavam o italiano entre si, cumprimentavam-se com o clássico gesto fascista, induziam-se os professores italianos e mesmo brasileiros filhos de italianos a se inscreverem no *Fascio*, sendo que nas várias dependências do Instituto viam-se emblemas do partido, retratos do Rei Vittorio Emmanuele e de Mussolini, inscrições em italiano, o que tudo bem demonstrava o império ali do regime fascista, sendo que até um corpo de *Balillas*, a conhecida organização juvenil fascista (OGIE), existia no estabelecimento [...]¹⁴⁷.

Da italianidade à “fascistização”, foram essas denúncias que compuseram o inquérito formado por um discurso da polícia baseado nas deliberações do Estado Novo. A montagem dos documentos e do processo como um todo ocorreu a partir de 1942. Até então, nenhuma das acusações havia motivado um processo de intervenção sob coordenação da polícia política. Nesses termos, este capítulo procura responder às seguintes questões: Quais as conjunturas políticas e sociais que levaram à formulação de tais acusações? Quem foram os sujeitos considerados culpados? Quais os desfechos da intervenção?

Para responder às perguntas, um enigma se faz presente: como se deu a intervenção federal em uma instituição dedicada a filhos de famílias de classe média e elite, constituída por uma elite industrial e com auxílio do governo italiano, lembrando

¹⁴⁷APESP, Acervo DEOPS. “Relatório de Carlos Furtado de Mendonça (3/2/1943)”. Prontuário N° 14494: Antonio Cuoco [documento anexado nos prontuários dos outros professores do IMDA].

que não foram tomadas as mesmas medidas aplicadas nos casos de perseguição e repressão direcionados a outros sujeitos e de fechamento de outras escolas étnicas no Brasil. Nesse sentido, neste capítulo, chegamos ao problema central desta pesquisa, esclarecendo que o investimento para compreender a história dessa instituição (antes e durante a intervenção policial) deveu-se à possibilidade de desenvolver um estudo baseado nas microarticulações de poderes fundamentadas nos contextos de vigilância e repressão por parte das instâncias oficiais (do projeto político e social e da ação da polícia política) e nas táticas de defesa (dos sujeitos da comunidade escolar).

3.2 São Paulo diante da repressão policial no Estado Novo e na Segunda Guerra Mundial

O governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937) foi delineado a partir de duas características “básicas e inseparáveis”: um regime político anunciado como “novo” – em oposição à chamada “República Velha” e às oligarquias tradicionais – e “nacional” – com a missão de construir uma identidade nacional (OLIVEIRA, 1990, p. 193). Sob essas premissas, entre 1937 e 1945, foi conduzida uma série de medidas em prol de uma educação do novo cidadão brasileiro cujas bases se encontravam na defesa de uma formação escolar nacional. E, assim sendo, tudo que de alguma forma era visto como contrário a essa intenção deveria ser refreado pela polícia.

Em São Paulo, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social¹⁴⁸ (DEOPS) existia desde dezembro de 1924, fundado sob o desígnio de conter os movimentos operários chamados de “indesejáveis” (ALVES, 2006, p. 29). A capital do Estado já havia sido palco de grandes greves¹⁴⁹ e a expressiva presença de imigrantes entre os grupos de operários era motivo indicado pela polícia para considerá-los culpados em potencial por trazerem de fora do país ideias “subversivas¹⁵⁰”, nomeadamente fundamentadas no comunismo. O “perigo comunista” foi assim a principal justificativa

¹⁴⁸ O DEOPS era um departamento estadual ligado ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social).

¹⁴⁹ Como a de 1917 e 1919, que foram motivadas principalmente pelas condições de trabalho precárias, como as jornadas de dez horas ou mais durante seis dias da semana, instalações inadequadas, pouco ventiladas e mal iluminadas, exploração do trabalho feminino e infantil etc. (QUEIROZ, 2004, pp. 24-28).

¹⁵⁰ Eram consideradas como crimes políticos.

utilizada pela polícia republicana para contenção dos movimentos que se opunham à organização do trabalho e, com isso, à burguesia industrial. Getúlio Vargas investiu-se de poder para conter os avanços do comunismo e usou essa possibilidade de atuação como um pretexto para a instalação da ditadura do Estado Novo em 1937 (FAUSTO, 2006, pp. 196-200).

O cuidado por parte da polícia com as ideologias estrangeiras disseminadas nos meios operários se explica pelo fato de estas serem consideradas perturbadoras da produção e da ordem moral e social. Tal concepção estava atrelada ao processo de industrialização, iniciado no começo do século XX. Cidades brasileiras como São Paulo, que contaram com capital e mão-de-obra imigrante europeia, transformaram-se em verdadeiros núcleos de agitação política ao concentrar grande número de partidários comunistas e anarquistas (ALVES, 2006, p. 94).

De acordo com Maria Luiza T. Carneiro (2014), a polícia política atuava sob a “lógica da desconfiança”, que se baseava na elaboração de mitos para justificar o controle social: o primeiro foi “o mito da conspiração comunista internacional que mais se manteve em evidência, cristalizando-se no imaginário popular”; e o segundo foi “o mito da nacionalidade (ou da brasilidade), anulando a dimensão individual do cidadão e integrando-o no corpo da Nação” (CARNEIRO, 2014 pp. 17-19).

Os imigrantes acabavam por serem os principais alvos da polícia política alinhada ao projeto nacionalista (étnico e cultural) do Estado Novo. Baseando-se nesses princípios, o DEOPS designou de “escolas comunistas¹⁵¹” instituições dos bairros operários de São Paulo às quais frequentavam imigrantes e descendentes (entre professores e alunos) e, sobretudo, estabelecimentos administrados por membros de comunidades judaicas. Muitas dessas escolas fichadas foram fechadas e professores foram perseguidos e/ou até mesmo expulsos do país (FRANCHINI & VIDAL, 2014, pp. 247-249).

A partir de 1938, o Estado Novo impôs uma “nacionalização compulsória”, que atingiu especialmente as escolas étnicas dos núcleos coloniais formados por imigrantes alemães e descendentes (nas regiões Sul e Sudeste do país). A proposta de assimilação cultural da política nacional fazia com que essas comunidades fossem seus principais alvos no período (KREUTZ, 2000).

¹⁵¹ APESP, Acervo DEOPS. Prontuário N° 1328: Escolas comunistas.

O trecho de um ofício enviado pelo chefe do Exército Brasileiro ao Ministro da Guerra indica que as políticas nacionalizadoras tinham como maior foco os imigrantes alemães, em comparação com grupos de outras origens étnicas:

O comando da 5ª RM ressalta os estados mais atingidos pelos perigos da colonização estrangeira, tanto alemã como italiana, japonesa e polonesa, achando que de todos os elementos radicados no nosso país, os mais bem-organizados são os alemães, devido ao isolamento em que procuravam viver, transmitindo aos seus descendentes língua, costumes, crença, mentalidade, cultura e patriotismo (MONTEIRO, 1938 apud BOMENY *et al.*, 2000, p. 138¹⁵²).

Para Getúlio Vargas, os governos anteriores e os dirigentes locais eram culpados pelo descaso com os grupos de imigrantes dos núcleos coloniais, por não apresentarem a língua e os costumes do Brasil, permitindo que vivessem “isolados” e, assim, “deixados ao abandono”:

[...] Há noventa anos passados chegava do Vale do Itajaí a primeira colônia dos povoados alemães. De certo modo, no meio de imensas florestas, foram deixados ao abandono. Abateram a mata, lavraram a terra, lançaram a semente, construíram as suas casas, formaram as lavouras e ergueram o edifício de sua propriedade. Dir-se-á que custaram muito a assimilar à sociedade nacional, a falar nossa língua. Mas a culpa não foi deles, foi dos governos que os deixaram isolados na mata, em grandes núcleos, sem comunicações. Aquilo que os colonos de então pediam era o binômio de cuja resultante deveria sair a sua propriedade. Só pediam duas coisas: escolas e estradas, estradas e escolas. No entanto, a população que prosperava isolada, devido somente ao seu esforço, só tinha uma impressão de existência do governo. Era quando este se aproximava dela como algoz para cobrar-lhe impostos, ou como mendigo, para solicitar-lhes o voto. O governo que se aproximava somente quando precisava dos votos perdia a respeitabilidade, por que vivia de transigências. E à troca desses votos, não vacilava em desprezar os próprios interesses da nacionalidade [...]¹⁵³

Nos termos do projeto de assimilação cultural e das medidas nacionalizadoras restritivas, o Ministro Oswaldo Aranha excluía os imigrantes italianos e seus descendentes, considerando que:

¹⁵²FGV/CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema, GC 34.1 1.30-A, pasta 11-1, série g, Campanha de Nacionalização. Ofício reservado n.º. 4, 24 de janeiro de 1938, do chefe do Estado-maior do Exército (Pedro Aurélio Góis Monteiro) ao Ministro da Guerra (Eurico Gaspar Dutra).

¹⁵³FGV/CPDOC, Arquivo Lourenço Filho, “Relatório de Getúlio Vargas à Comissão de Nacionalização ao ministro Capanema (outubro, 1940), p. 6.

Os italianos, por exemplo, vivem entre nós e entre nós cultivam suas tradições, engrandecem sua pátria, honrando o seu Grande Chefe com nosso aplauso e a nossa admiração. Nada temos a restringir e menos a opor a que se organizem sob a flamula de uma grande voz latina, cheia de nossa fé, de nossa admiração, de nossa amizade [...]. (ARANHA, 1938 apud BERTONHA, 2001, p. 339¹⁵⁴).

Getúlio Vargas procurou mostrar-se neutro em relação à guerra até quando foi possível. Manteve acordos comerciais tanto com os alemães e italianos quanto com os norte-americanos e ingleses, aproveitando-se das circunstâncias para manter-se em contato com ambos os lados. Em termos ideológicos, aproximava-se mais do fascismo, inspirando-se em muitos dispositivos do governo de Mussolini, mas também mantinha boas relações com o presidente Roosevelt (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 384).

No decorrer do conflito mundial, as ações sobre a nacionalização das escolas étnicas (seja pelo fechamento, seja pelas intervenções) foram se tornando cada vez mais generalizadas. Nesses anos, intensificou-se o processo de estigmatização em relação aos imigrantes, baseado na ideia de que eram “estrangeiros” e de que toda e qualquer manifestação cultural e política promovida por eles deveria ser coibida, para que pudesse prevalecer no Brasil a unidade cultural, linguística e ideológica. Enquanto para os imigrantes e descendentes as definições de cidadania e nacionalidade não eram conflitivas (cidadão brasileiro, mas de nacionalidade alemã, italiana ou outra), a partir daquele momento, somente era permitido que os indivíduos se designassem como brasileiros, prevalecendo uma única nomeação identitária:

Se, ao longo do século XIX, os governos toleram grupos de imigrantes, negociaram com eles e até mesmo os incentivaram, nas primeiras do século XX, iniciaram-se políticas educacionais nacionalizantes, que na década de 1940, tornaram-se compulsórias e repressivas (KREUTZ & LUCHESE, 2011, pp.11-12).

Para um governo que buscava cada vez mais a centralização, medidas para o controle da construção da nacionalidade brasileira passavam pela edição de federais. O Decreto nº. 406, de maio de 1938¹⁵⁵, determinava que em todas as escolas rurais do país o ensino das matérias deveria ser ministrado por professores brasileiros, somente com

¹⁵⁴ FGV/CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha, filme 15, f.609, carta de Oswaldo Aranha a Sparano, 16/4/1938.

¹⁵⁵ BRASIL. Decreto nº. 406, de 4 maio de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em: 20/04/2015.

exceção para as línguas estrangeiras. Essas escolas deveriam ser dirigidas por brasileiros. Não poderia ser ensinado qualquer idioma estrangeiro a alunos menores de quatorze anos. Os livros destinados ao ensino primário seriam exclusivamente escritos em língua portuguesa. Ficariam impedidos de serem publicados livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira sem a permissão do Conselho de Imigração e Colonização. Em dezembro de 1938, o Decreto nº. 1.006¹⁵⁶ definia que todos os livros didáticos deveriam passar por fiscalização e autorização da Comissão Nacional do Livro Didático. E o Decreto nº. 1.545, de 25 de agosto de 1939¹⁵⁷, que versava sobre “a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros”, definia que fosse necessário favorecer as escolas fundadas e dirigidas por brasileiros e não por estrangeiros, a instituição nas bibliotecas de “obras de interesse nacional” e a promoção “comemorações cívicas e viagens para regiões do país”, a “vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil” e a distribuição de “folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações”. A partir dessas leis, a vigilância sobre as escolas étnicas ficava mais intensa levando ao fechamento de muitas instituições, principalmente nas áreas rurais e regiões coloniais.

Em São Paulo, isso também ocorria com os estabelecimentos que se localizavam nos espaços rurais no interior do Estado. Além desses, os dos bairros populares da capital foram intensamente atingidos pelos impactos das campanhas para a nacionalização. Muitos não resistiram às demandas impostas pela legislação. Em geral, os dois tipos de escolas eram mais vulneráveis às imposições de uma educação escolar nacional, devido às precárias estruturas com que eram administradas (poucos recursos financeiros, materiais e menor número de alunos). Acabavam sendo fechadas ou transformadas em instituições públicas (BEZERRA, 2014, pp. 339-347; PRADO, 2014, pp. 378-380).

O avanço das pesquisas sobre as escolas étnicas no Brasil e os processos de nacionalização (entre fechamentos e intervenções) permite um conhecimento mais fundamentado sobre o tema. É possível perceber que a nacionalização das escolas étnicas “não se deu de forma homogênea e nem sem resistências por parte dos imigrantes” (BEZERRA, 2014, p. 321). Uma demonstração disso é o caso dos

¹⁵⁶ BRASIL. Decreto nº. 1006, de 30 de dezembro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 20/4/2015.

¹⁵⁷BRASIL. Decreto nº. 1.545, de 25 de agosto de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 20/4/2015.

estabelecimentos das áreas urbanas, administrados por grupos das elites incipientes industriais e/ou comerciais e com o apoio dos consulados e associações, para os quais os impactos das medidas nacionalizadoras das primeiras décadas do século XX foram menores.

A proibição dos idiomas estrangeiros foi a medida com maior repercussão no cotidiano. Existem muitos relatos sobre o receio de imigrantes e descendentes de falarem em outra língua que não fosse português naquele período. Segundo Seyferth (1999):

Com a radicalização da campanha [de nacionalização], a partir de 1939, a interferência na vida cotidiana atingiu outras instituições comunitárias e culminou com a proibição de falar idiomas estrangeiros em público, inclusive durante cerimônias religiosas (SEYFERTH, 1999, p. 221).

Os clubes *Sport Club Germania* e o *Palestra Itália* passaram por intervenções, e os seus nomes foram modificados para *Esporte Clube Pinheiros* e *Sociedade Esportiva Palmeiras*, respectivamente¹⁵⁸.

Seguindo os parâmetros impostos pelo projeto de uma educação cívico-patriótica, os grupos de imigrantes cada vez mais despertavam desconfianças por parte das diligências políticas que buscavam afirmar o Brasil como um Estado-Nação, no qual não podiam coexistir outras línguas, símbolos e culturas que não fossem brasileiros. Os acontecimentos ligados à Segunda Guerra Mundial foram determinantes para ampliar os processos de intervenção para a nacionalização de instituições e para vigilância e repressão político-ideológica de imigrantes e descendentes no Brasil.

O governo brasileiro não pôde mais se manter neutro depois do ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, em 1941. Em janeiro do ano seguinte, Getúlio Vargas foi pressionado a romper relações diplomáticas com os países do Eixo. Foi criada uma base americana naval proximalmente à cidade de Natal. Os norte-americanos, de certa forma, cobraram o apoio dado ao golpe de 1937 e, além disso, ofereceram empréstimos a longo prazo através do Export-Import-Bank, que contribuiriam aos projetos de industrialização do Brasil, permitindo a criação da Companhia Vale do Rio Doce e da siderúrgica em Volta Redonda. No mesmo ano de 1942, logo depois da declaração de apoio aos Aliados na Reunião das Repúblicas

¹⁵⁸ Sobre a temática da nacionalização dos clubes esportivos, ver Salun (2007), Alves (2002, pp. 61-62), Bertonha (2000, pp. 128-130) e Trento (1989, p. 398).

Americanas no Rio de Janeiro, submarinos alemães torpedearam navios mercantes do Brasil em águas territoriais brasileiras¹⁵⁹. Com isso, a população saiu às ruas (“promovendo as primeiras grandes manifestações públicas desde o início da ditadura”) para apoiar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (SCHWARCZ; STARLING, 2015, pp. 383-384).

Com a mudança do governo brasileiro, que se identificava ideologicamente com o fascismo italiano e chegou a cogitar aceitar a colaboração alemã para viabilizar o projeto de industrialização, a vigilância e a repressão atingiriam um grupo maior de imigrantes e descendentes:

A partir desse momento, os estrangeiros – em especial aqueles que pudessem vir a ser apontados como “Súditos do Eixo” (alemães, japoneses e italianos) – tornaram-se alvo central da repressão política nacional. Eles eram vistos como perigosos à construção de uma identidade nacional, uma vez que seriam disseminadores de “ideologias exóticas” como o nazismo e o fascismo (DIETRICH, 1997, p. 24).

O controle contra o nazismo e o fascismo foi utilizado como motivo para a nacionalização das escolas étnicas que ainda restavam nos anos de 1940. Sendo assim, até mesmo as escolas étnicas maiores localizadas na capital do Estado de São Paulo passaram a ser vigiadas e foram obrigadas a adotarem medidas para se nacionalizarem. Os prontuários de professores e diretores indicam a deliberação dada à polícia política para conter a filiação desses sujeitos a essas “ideologias exóticas”.

Escolas alemãs e italianas passaram por processos de intervenção para a nacionalização de suas práticas e identidades, professores e diretores foram fichados pela polícia política, acusados de disseminarem o nazismo ou o fascismo. Dentre as escolas, destacam-se os casos: *Escola Alemã da Vila Mariana* (que passou a ser denominado como Colégio Benjamin Constant), *Deutsche Schule* (Colégio Visconde de Porto Seguro), bem como o IMDA (Colégio Visconde de São Leopoldo).

Das demonstrações da existência de controle político e social em São Paulo, é possível destacar que a polícia tinha um papel incisivo na vigilância tanto dos movimentos populares urbanos, dos imigrantes (“comunistas indesejáveis” e, em

¹⁵⁹ Os trabalhos de Rios (2001), Sganzerla (2001), Fáveri (2004) e Dalmolin (2005) tratam do medo dos imigrantes e descendentes de italianos e alemães (identificados como “Súditos do Eixo”) em cidades da região Sul do Brasil das represálias sofridas por ações de parte da população local (constrangimentos sofridos por conta da língua, além de depredações a residências, estabelecimentos comerciais e fábricas) e das medidas nacionalizadoras (com a mudança de nome e/ou fechamento de clubes e associações culturais) que se deram após o ataque de um país do Eixo aos navios na costa brasileira.

seguida, sobre os “súditos do eixo”), mas também das dissidências políticas no Estado. Outro fator que determinava a existência da vigilância policial em São Paulo, sob determinação do Governo Federal, era o de que bases políticas no Estado suscitavam desconfiças por parte de Getúlio Vargas¹⁶⁰. Ao final da década de 1930 e na de 1940, as posições políticas de muitos setores da sociedade paulistana também justificaram processos de intervenções¹⁶¹.

As conjunturas políticas, cujos emblemas eram a posição do Brasil frente à Segunda Guerra Mundial, a proposta de contenção da disseminação de uma ideologia política que rompia com a realização do projeto de construção da identidade nacional brasileira e o controle das dissidências políticas no Estado são fatores que podem ajudar a compreender a vigilância da polícia política em São Paulo e os processos de intervenção, inclusive às escolas étnicas geridas por grupos de imigrantes e descendentes que compunham setores da elite e classe média paulistana. Destaca-se que, nesses casos, as medidas interventoras para a nacionalização não significaram o fechamento desses estabelecimentos, como ocorreu com as escolas étnicas dos núcleos rurais coloniais e de bairros operários nas cidades, mas provocaram mudanças estruturais no cotidiano das instituições e constrangimentos para os sujeitos em decorrência da ação da polícia política.

3.3 Os diretores do IMDA: a difusão do fascismo e a ação da polícia política

Um importante aspecto a ser tratado sobre as investigações e medidas repressoras é a identificação de professores e diretores como responsáveis pela

¹⁶⁰ Evidenciado pela campanha eleitoral presidencial de 1930 e pela Revolução Constitucionalista de 1932.

¹⁶¹ Um exemplo disso foi o que aconteceu com os jornais *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*: O primeiro era ligado ao tradicional partido da oligarquia cafeeira e da incipiente burguesia industrial, o Partido Republicano Paulista (PRP), que se colocou contrário desde o início da campanha eleitoral à entrada de Getúlio Vargas no poder em 1930. O periódico foi empastelado e incendiado, mantendo-se fechado de 1930 a 1934. Em seguida, o jornal passou a ser comandado por Abner Mourão, mostrando-se alinhado ao Governo Federal. O segundo era mais próximo do Partido Democrático (PD), que, de início, apoiou a entrada de Getúlio Vargas no poder em 1930, mas, em seguida, colocou-se em oposição devido às nomeações dos interventores estaduais que não haviam sido indicados pelo partido. De acordo com Capelato e Prado (1980, p. 109): “[...] era visível a decepção do jornal com o movimento revolucionário [1930] que vinha representando a negação de seu projeto político, ao invés de mais autonomia estadual, ao invés de estar São Paulo na liderança do movimento renovador”. Sendo assim, o jornal esteve sob intervenção de 1940 a 1945, sendo controlado por Abner Mourão, que coincidentemente havia deixado a direção do *Correio Paulistano* para assumir o cargo no *O Estado de S. Paulo* e subordinado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

“desnacionalização” e pela disseminação do fascismo na instituição. Em geral, os prontuários policiais dividem-se entre instituições e pessoas. Desse modo, a polícia política não só expôs as práticas consideradas em desacordo com a ordem política e social pretendida para o âmbito das escolas no Brasil, como também fichou os sujeitos associados ao inquérito referente ao caso do IMDA.

A primeira medida tomada no âmbito da vigilância policial para a intervenção “nacionalizadora” no IMDA foi o afastamento de Attilio Venturi e o pedido de nomeação de um diretor que fosse brasileiro para ocupar o cargo. No prontuário do DEOPS-SP referente a Venturi, consta apenas uma carteirinha de filiação à OND (*Opera Nazionale Dopolavoro*), que parece ter servido de motivo para a abertura do documento que acusava o diretor de ser um elemento fascista no Brasil¹⁶². No acervo da Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Rio de Janeiro (DESP), existe um documento que inclui Venturi do Brasil entre os “ex-diplomatas e funcionários do ‘eixo’” (alemães e italianos) que deixaram o Brasil em abril de 1942.

Além de diretor do IMDA, ele também havia ministrado Língua e Literatura Grega na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1938-1939). Formou-se em Letras em Milão, havia sido professor nos liceus clássicos das cidades de Sondrio e Bolonha e diretor das Escolas Italianas no Exterior, antes de chegar ao Brasil para ocupar o cargo de diretor do IMDA (WATAGHIN, 1992; SILVA & SIQUEIRA, 2014).

Em 1942, Venturi retornou para Europa no vapor “Serpa Pinto”. De acordo com a pesquisa realizada por Dijn (2011), baseada em cartas, diários, outros estudos, principalmente pelos relatos de testemunhas da época, o navio chegou a Lisboa em 25 de maio e retornou ao continente americano dez dias depois, rumo a Nova Iorque, transportando em condições mais modestas (“combalidos e sem posses”) famílias de judeus refugiados da perseguição e extermínio promovidos pelo nazi-fascismo.

Com a saída de Attilio Venturi da direção, o ex-prefeito da cidade e genro de Rodolfo Crespi, Fábio da Silva Prado, foi nomeado pelo Major Olyntho França de Almeida e Sá (Superintendente de Segurança Política e Social) a ocupar o cargo no IMDA¹⁶³. Impedido de exercer a função devido à sua carreira política e na qualidade de presidente da Sociedade IMDA, indicou Antonio Cuoco para a função, seguindo a

¹⁶² APESP, Acervo DEOPS. Prontuário N° 32766: Attilio Venturi.

¹⁶³ AHCD, Centro de Memória, VI. 426, p. 2. “Ofício do Major Olyntho França de Almeida e Sá a Fábio da Silva Prado”, 1/4/1942.

sugestão do embaixador Ugo Sola. Em assembleia¹⁶⁴, os sócios acataram prontamente a decisão e o novo diretor comunicou a sua nomeação ao major¹⁶⁵.

Cuoco era filho de pais italianos e ex-aluno do IMDA, tendo concluído o curso ginásial em 1918. Continuou os seus estudos na Itália, formando-se em Direito na Universidade de Siena em 1933. O seu diploma foi revalidado no Brasil pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em setembro de 1937. Quando retornou ao Brasil, foi professor do IMDA, diretor do *Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura* e também redator-chefe do *Fanfulla*, assumindo a administração pouco antes do fechamento do periódico.

Em 1942, sendo nomeado para dirigir o IMDA, Cuoco já havia dirigido as outras duas instituições que eram símbolos de uma suposta coletividade italiana em São Paulo. Como consultor jurídico do consulado italiano na cidade, ele tinha grande influência entre os grupos de industriais, comerciantes, intelectuais e políticos, imigrantes italianos e descendentes. Além disso, era um homem ilustrado, que discorria sobre variados temas, dentre os quais a situação política, econômica e sobre a história do Brasil e da Itália. Em uma de suas prelações no Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura, sobre a comemoração do dia da Independência do Brasil, Antonio Cuoco enalteceu o papel de São Paulo no processo histórico que levou ao “nascimento da nação brasileira”, mostrando-se um defensor do protagonismo do Estado paulista na política e história brasileiras. O “nascimento da pátria brasileira” a partir de uma cidade assemelhava-se ainda, segundo o autor, ao surgimento da Antiga Roma¹⁶⁶:

[...] A semente providencial e fecunda, não por acaso brotou como independência, como nascimento de uma nação na terra paulista. Nesta terra a fé generosamente distribuída pela Companhia de Jesus, a herança da força heroica que criara com as lendárias bandeiras a maior nação territorial do continente sul-americano, prepararam o terreno necessário para a realização de um nascimento que muito se assemelha ao nascimento de outra cidade fatal feita também sobre verdejantes colinas, à beira de um rio: Roma. As causas do nascimento de Roma como nação são incompreensivelmente

¹⁶⁴ A assembleia ocorreu no dia 8 de abril de 1942, na residência de Fábio da Silva Prado, situada na Avenida Paulista nº. 854. Estavam presentes os seguintes membros da Sociedade IMDA: Fábio da Silva Prado, Antonio Cuoco, Raul Crespi, Adriano Crespi, Fulvio Morganti, Ziro Ramenzoni, Miro Noschese, Eduardo Matarazzo, Luciano Gualberto de Oliveira e Francisco Parente.

¹⁶⁵ AHCEA, Centro de Memória, VI. 426, p. 15. “Ofício de Antonio Cuoco ao Major Olyntho França de Almeida e Sá”, 11/4/1942.

¹⁶⁶ Naquele período, a antiguidade romana, através da narrativa de um passado visto como glorioso, foi adotada pelo fascismo como sendo a história da origem da Itália e dos italianos.

semelhantes às causas do nascimento da pátria brasileira [...] (CUOCO, 1941, p. 68)¹⁶⁷

As medidas nacionalizadoras do Estado Novo levaram ao fechamento do jornal e do Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura e, posteriormente, à intervenção no IMDA, que eram importantes instituições representantes da manutenção da cultura ítalo-brasileira em São Paulo. Além disso, essas instituições promoviam também a divulgação do fascismo no Brasil. Isso se dava devido aos maiores investimentos do governo italiano para internacionalizar a divulgação da ideologia e, principalmente, pela manutenção da relação das instituições com o consulado e pelas filiações de seus membros ao *Fascio* e a *Opera Nazionale Dopolavoro* (OND).

Sobre a aproximação do Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura com a propaganda fascista em São Paulo, Bertonha (2014) considerou:

Nos dez primeiros anos do regime fascista, o relativo desinteresse italiano pelo Brasil e a própria fraqueza da máquina propagandística italiana como um todo se refletiram numa estrutura de propaganda realmente muito pobre e concentrada basicamente no aspecto cultural, com alguma distribuição de livros sobre a Itália, conferências e financiamento de viagens para a Itália de um ou outro jornalista brasileiro. Outras iniciativas foram a fundação de um *Istituto Ítalo Brasileiro di Alta Cultura* no Brasil e do *Istituto Colombo* em Roma, o qual procurava, segundo seus estatutos, apoiar a expansão cultural, econômica e comercial da Itália na América Latina. Essa situação de relativo desinteresse mudaria radicalmente, contudo, com a chegada da década de 1930, em primeiro lugar pelo próprio crescimento do sistema de difusão ideológica e cultural da Itália. (BERTONHA, 2014, p. 4)

Trento (1989), que pesquisou o *Fanfulla* desde a sua fundação até o encerramento das atividades em 1942, trata da participação direta do governo italiano na administração do periódico em 1934 e, em seguida, da direção de Cuoco, a partir de 1940:

Durante os anos 30, aparecerão frequentemente na primeira página do *Fanfulla* artigos e discursos de Mussolini, no lugar dos editoriais (sacrificando aos poucos que, antes, eram dedicados ao Brasil). Esse costume se fortalecerá a partir de 1934, quando a propriedade do jornal passa, de fato, às mãos do governo italiano. Fazia muitos anos

¹⁶⁷ A preleção foi realizada em 7 de setembro de 1940, mas foi publicada em forma de artigo em agosto de 1941: Boletim oficial: Instituto Ítalo-Brasileiro de Alta Cultura. Ano I – de março a agosto de 1941 – Nº 1 e 2. Esse boletim encontra-se anexado no seguinte documento: APESP. Acervo DEOPS. Prontuário 9930: Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura.

que o fundador do *Fanfulla*, Vitaliano Rotellini, residia em Roma. Ao morrer, em 1930, dispôs que todos os bens que possuía na Itália e no Brasil, logo também a co-propriedade do jornal, servissem para criar uma fundação dedicada ao filho Americo, morto na guerra em 1918, cujo objetivo seria financiar bolsas de estudos para jovens brasileiros que tencionassem formar-se na Itália. A presidência dessa fundação foi confiada ao Ministério das Relações Exteriores. Até aqui, o testamento. As disposições essenciais pareceram letra morta (seria preciso esperar 26 anos para ser organizado o primeiro concurso), mas o governo demonstrou bastante interesse pelo legado. Embora não tenha confirmação a hipótese de que Parini [*Piero Parini*, presidente da *DIES - Direzione Generale degli Italiani all'Estero e Scuole*] empreendeu a sua viagem à América Latina para, entre outras coisas, ultimar a compra das cotas restantes, o fato é que o regime conseguiu apossar-se ou gerir a metade que era propriedade de Rotellini. Iniciou-se assim, uma negociação com o outro co-proprietário, Angelo Poci, para que suas cotas também passassem a mãos italianas. A operação foi concluída em 1934, e como um governo estrangeiro não podia assumir órgãos de imprensa próprios no Brasil, a venda foi efetuada a alguns testas-de-ferro, brasileiros, mas filhos de italianos (que se declararam prontos a restituir as ações quando e se possível), através da constituição de uma “Sociedade *Fanfulla* Ltda”. A direção do jornal passou para o advogado Santalucia e, em 1940, para Antonio Cuoco. (TRENTO, 1989, pp. 327-328)

Cuoco era filho de pai e mãe italianos, havia realizado os estudos superiores na Itália e figurava como um sujeito influente em meio à elite emigrada, mas era brasileiro nato e, por isso, foi convidado a assumir a direção do *Fanfulla* como uma estratégia para manter a circulação do jornal. Pelos mesmos motivos, ele também foi nomeado para ocupar o cargo de diretor no IMDA. No entanto, para a polícia política, a decisão dos membros da Sociedade IMDA não havia sido acertada, pois, apesar de Cuoco ser brasileiro:

[...] tendo deixado o Brasil ainda jovem, somente regressou ao nosso paiz, muitos anos depois, ou seja, com uma mentalidade formada em ambiente oposto ao nosso, com ideias políticas diferentes e contrárias ao regimento democrático de nosso paiz [...] ¹⁶⁸.

Dentre as acusações que levaram ao afastamento de Cuoco do IMDA, estava o fato levantado pela polícia de ele ter sido “companheiro, amigo e mentor dos dois diretores Luigi Borgogno e Attilio Venturi”, responsabilizados pela “desnacionalização do ensino e pela implementação da política ‘fascista’ no colégio” e a definição de que ele era um “*leader* fascista’ e grande inimigo da Inglaterra e dos Estados Unidos”.

¹⁶⁸ APESP. Acervo DEOPS. Prontuário N°. 14494: Antonio Cuoco.

Cuoco tinha sido o último diretor do *Fanfulla* antes do fechamento e foi acusado de ficar com as divisas arrecadadas com a venda do maquinário e do prédio do jornal¹⁶⁹. De acordo com o prontuário, ele era inscrito no *Fascio* de São Paulo e “um dos diretores da Sociedade Italiana *Dopolavoro*¹⁷⁰”.

A retirada de Cuoco culminou com a entrada do interventor federal, o professor Adolfo Packer, do Departamento Nacional de Educação, que recebeu a missão de nacionalizar e afastar todos os adeptos do fascismo do IMDA (ANEXO 1). A primeira atitude foi a mudança de nome de IMDA para Colégio Visconde de São Leopoldo.



Ilustração 24 - Capa do livreto-propaganda de 1943 com fotografia da fachada do prédio e da placa “Colégio Visconde de São Leopoldo”. Fonte: AHCD, Centro de Memória, VII. 458. “Desdobrável publicizando o Colégio Visconde de São Leopoldo, fiscalizado pelo governo do Estado e sob inspeção federal permanente”, 1943.

¹⁶⁹ Apesar da acusação, não são apresentadas provas que pudessem atestar a veracidade da apropriação indébita do patrimônio do jornal.

¹⁷⁰ Idem.

Seguindo-se às mudanças ocorridas no colégio, o interventor também indiciou e procurou afastar professores acusados de contribuírem para a desnacionalização e disseminação do fascismo no interior da comunidade escolar. Diretores e professores foram responsabilizados por implantarem no Instituto, desde as administrações dos diretores italianos Luigi Borgogno e Attilio Venturi, as ideias políticas vigentes na Itália e de “inculcar nos alunos brasileiros, filhos de italianos, a teoria de que a Itália era a pátria deles¹⁷¹”. De acordo com o projeto político estado-novista, era preciso haver, a partir de então, um único sentimento patriótico: o de ser brasileiro. Isso deveria ocorrer sem que houvesse outras formas de identificação concorrentes; por isso, a existência de conflitos com os grupos étnicos existentes no Brasil.

3.4 Professores fichados: entre acusações e defesas

Os inquéritos policiais eram formados de acordo com práticas vigilantes e repressoras direcionadas a indivíduos e/ou grupos (associações, partidos, clubes, escolas e outros). As pessoas fichadas eram consideradas suspeitas em primeira ordem e, em seguida, culpadas, dependendo da elaboração das acusações e provas. No caso do IMDA, o inquérito pode ser dividido entre descrição de práticas e símbolos presentes no ambiente escolar e as trajetórias dos sujeitos relacionadas aos aspectos da “desnacionalização” e às ligações com o fascismo. Foram fichados os dois últimos diretores, Attilio Venturi e Antonio Cuoco, como vimos no item anterior, e mais outros doze professores do IMDA, sendo três brasileiros (mas filhos de italianos) e duas mulheres:

Tabela 2 - Informações sobre os professores fichados no DEOPS/SP constantes do inquérito sobre o IMDA

NOME	NATURAL DE	NASC./ IDADE	FILIAÇÃO	ESTADO CIVIL
ANITA DAZZI FALDA	PARMA (ITÁLIA)	31/7/1893 48 ANOS	EDUARDO DAZZI MARIGHI LAURA	CASADA (VIÚVA)

¹⁷¹ Ibidem.

CARLOS PISCETTA	COMIGNANO (ITALIA)	44 ANOS	FORTUNATO PISCETTA ANTONIO PISCETTA	CASADO
FRANCISCO ISOLDI	POLLA (ITÁLIA)	6/11/1879 63 ANOS	ANTONIO ISOLDI SERAFINA BRANCO	SOLTEIRO
GUIDO MASCI	S. CARLOS DO PINHAL (BRASIL)	39 ANOS	ALEXANDRE MASCI ANNUNCITA CORDELUTO MASCI	CASADO
LEONZIO RONCONI	CALDOGNO (ITÁLIA)	8/1/1885 57 ANOS	FRANCISCO RONCONI HERMINIA CAPITANIO	CASADO
LUIZ AMBROSIO BORELLO	MONCUCO (ITÁLIA)	51 ANOS	GIUSEPPE BORELLO THERESA MUSSO	CASADO
MARIO MIGUEL MASCI	SÃO PAULO (BRASIL)	41 ANOS	ALEXANDRE MASCI ANNUNCITA CORDELUTO MASCI	SOLTEIRO
NEVA MASSAGLI	LUCCA (ITÁLIA)	5/9/1901 41 ANOS	AMADEU MASSAGLI UMBRINA MASSAGLI	SOLTEIRA
PASQUALE FRATTA	NAPOLI (ITÁLIA)	57 ANOS	FREDERICO FRATTA JOPINA COLETA	CASADO (VIÚVO)
ORLANDO PORRETA	SÃO PAULO (BRASIL)	25 ANOS	ROQUE PORRETA JOSEPHINA PORRETA	SOLTEIRO
SALVATORE CALLIA	POLIGNANO A MARE (ITÁLIA)	50 ANOS	NICOLAU CALLIA MARIA CODA	CASADO

Em geral, nos prontuários do DEOPS, encontram-se anexados uma ficha de identificação com nome, filiação, país de origem, profissão, endereço e impressões

digitais, além de relatórios, boletins de informações, transcrições de depoimentos e outros. A ocorrência desses documentos se dava em função de determinada forma de narrativa (uma montagem de um discurso) de práticas e posturas consideradas inadequadas para a polícia política.

O relatório do delegado Carlos Furtado de Mendonça, que traçava os aspectos da desnacionalização do IMDA e informava sobre as primeiras medidas tomadas para afastar os diretores italianos, considerados responsáveis pela “fascistização” da instituição, encontra-se anexado à maioria dos prontuários referentes aos professores fichados. Além desse documento, cada prontuário contém outros que possibilitam conhecer um pouco mais a respeito do caso de cada um dos indivíduos envolvidos no inquérito. Desses sujeitos, tratarei com mais detalhes apenas de Carlos Piscetta, Leonzio Ronconi, Anita Dazzi Falda e Salvatore Callia; sobre eles, localizei a maior quantidade de informações, dada a maior diversidade de documentos existentes nos prontuários do DEOPS, no acervo do Colégio Dante Alighieri e nos documentos da polícia política encontrados no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

O nome de Carlos Piscetta consta na lista de passageiros do navio Serpa Pinto, o mesmo que embarcou Attilio Venturi de volta à Itália. No entanto, na última página há uma observação que revela que ele e sua família não seguiram viagem, pois resolveram permanecer em terras brasileiras.

Sem sair do Brasil, Piscetta passava por um período de dificuldades. Estava afastado de seu cargo no IMDA, pois havia sido fichado no inquérito policial sobre o colégio, sendo acusado de ser filiado ao *Fascio* de São Paulo e de propagar o fascismo no Brasil. No país desde 1922, Piscetta começou a trabalhar no IMDA durante a direção de Arturo Magnocavallo e havia desempenhado, desde então, a função de inspetor de alunos, tesoureiro e, por último, professor no curso de datilografia:

[...] deixei a Itália no mês de fevereiro de 1922 e cheguei ao Brasil no mês de março. Não conhecendo a língua, foi-me difícil achar emprego, até que enfim, em princípios de junho, fui admitido como vigilante (inspetor de alunos) no Instituto Médio Dante Alighieri desta Capital. Quem me recomendou foi o padre salesiano Luiz Marcigaglia, então diretor do Liceu Coração de Jesus. Para os salesianos de S. Paulo eu trazia uma carta de apresentação de um meu tio, o Padre Luiz Piscetta, professor de teologia, também salesiano, residente na Itália. Dois anos depois, isto é, em 1924, passei a exercer no Instituto as funções de tesoureiro, e em 1926 me foi confiado o encargo do Ensino de Dactilografia no Curso Comercial, cargos que

desempenhei até a presente data, continuando sempre a ajudar na manutenção da disciplina do internato¹⁷².

Em dezembro de 1942, afastado de suas funções no colégio depois de vinte anos de trabalho, Piscetta entregou um depoimento escrito e assinado com o intuito de resolver sua situação e de se defender das acusações recebidas. Segundo ele, o documento foi redigido também com o intuito de “explicar melhor” as palavras ditas em um interrogatório à polícia, no qual havia afirmado “cantadamente e de maneira absolutamente objetiva sobre o aparecimento do Partido Fascista na Itália”, chegando mesmo a “elogiar sua ação, por ele ter restabelecido ordem, onde antes reinava o caos”.

Trata-se de um documento bastante rico para compreender as táticas de defesa do professor Piscetta diante das acusações. De acordo com o texto, Piscetta confessara sua filiação ao *Fascio* em São Paulo no interrogatório anterior, sem perceber as consequências que isso lhe acarretaria. Percebendo o fato, decidiu enviar um depoimento escrito como uma forma de defesa:

Peço licença para expor respeitosamente a V. Excia, as seguintes informações, com referência a ordem transmitida pela Superintendência de Segurança Política e Social ao M. D. Diretor do Colégio Visconde de São Leopoldo, prof. Adolfo Packer, relativa ao meu afastamento do Colégio, e baseada justamente nas minhas respostas num interrogatório a que fui submetido. Espero que elas possam servir a esclarecer melhor a minha situação e o meu pensamento [...]¹⁷³

Piscetta afirmou que, até a entrada do diretor Luigi Borgogno (1932), “nunca tinha pensado” em se inscrever em nenhum partido. Como o convite para inscrição no *Fascio* havia surgido da direção, disse que não teve como negá-lo, mesmo porque sua esposa encontrava-se grávida do segundo filho e ele não podia perder o emprego, “fruto de dez anos de trabalho e de sacrifícios”. Piscetta justificou que mantinha uma postura apolítica até aquela época e que, mesmo tendo podido ter optado por se inscrever no *Fascio* durante os anos de dificuldade vividos na Itália, acabou não o fazendo “por índole e natureza” preferindo sair do seu país:

[...] nunca tinha pensado em inscrever-me em qualquer partido. Sou, por temperamento, apolítico no mais amplo sentido da palavra. Não só

¹⁷²APESP, Acervo DEOPS. “Depoimento de Carlos Piscetta (02/12/1942)”. Prontuário N° 16887: Carlos Piscetta.

¹⁷³ Idem.

pensei, mas não quis mesmo inscrever-me no *Fascio*, e preferi emigrar, interrompendo os meus estudos quando estava cursando o segundo ano da Faculdade de Direito de Genova, não podendo termina-los por falta de recursos e por não ter achado um emprego remunerativo naquela época de grandes agitações na Itália. Minha família ficara completamente arruinada depois da Grande Guerra. Meu pai tinha oito filhos, os sete moços fomos todos para guerra e todos cumprimos nosso dever. Em casa, ficaram meu pai, minha mãe e uma irmã, que para se manter lançaram mão das poucas economias que tínhamos. Eu podia ter concluído meus estudos, se me tivesse inscrito naquela época ao *Fascio*, mas em lugar de tomar parte nas lutas, às quais era contrário por índole e natureza, preferi suspender minha carreira escolar e expatriar-me sem que disso soubessem meus pais¹⁷⁴.

Sobre os elogios às ações do fascismo na Itália proferidos no interrogatório, Piscetta disse ter se referido ao “restabelecimento da ordem”, realizado através de feitos considerados históricos, como a reposição do “crucifixo nas escolas” e a resolução da “questão romana”. Por outro lado, ele destaca não concordar com as formas como isso havia sido conseguido, contestando o exercício da violência que se deu pelo “uso do manganello e do óleo de rícino”. Além disso, acreditava que o fascismo havia deixado de lado as intenções de muitos que colaboraram para a organização do país diante da crise no pós-primeira guerra mundial e, com isso, criticava as circunstâncias que marcavam o fascismo na Itália naquele momento:

Depois disso [da missão histórica do fascismo], a meu ver, poderia o *Fascio* ter entregue as rédeas do Estado a um governo constitucional, que podia continuar pelo sonho tão bem traçado, e que constituído por diversos homens (e não um só) enérgicos e bem intencionados, não teria com certeza chegado aos atuais desastres... Eis a resposta que queria dar à segunda pergunta, sobre o juízo que faço ao *Fascio* atual, impediu-me de fazê-lo o meu temperamento nervoso e um mal-estar que me assaltou depois de quase três horas de interrogatório, feito porem na forma mais gentil e correta por V. Excia, e por seu escrivão [...] ¹⁷⁵.

Pode-se perceber pelo depoimento que o professor Piscetta quis deixar claro que era contrário aos rumos tomados pelo regime fascista, principalmente no momento em que estava sendo afastado do emprego por ser considerado um adepto de tal ideologia política. É importante destacar que, no texto, há algumas marcas de um discurso fundamentalmente protocolar que procurava não discordar do pensamento político

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem.

suportado pela polícia política. Por mais que o acusado afirme que sua resposta anterior foi devido às horas seguidas de interrogatório, ao mesmo tempo não deixa de salientar que foi tratado com gentileza e que as atitudes do delegado e escrivão haviam sido corretas.

Piscetta mais uma vez se defende, afirmando que fez a sua inscrição no *Fascio* convencido de que no Brasil seria “apenas associação assistencial e beneficente”. Além disso, alegou que não era um frequentador da sede do partido e que a única vez que nele adentrou foi em companhia do diretor Luigi Borgogno:

[...] nunca mais entrei naquela casa: a minha inscrição foi sempre pura formalidade. Nunca tomei parte em cerimônias, em manifestações de qualquer gênero, nem se quer nas cerimônias que se realizavam na sede do Instituto... Disso podem dar testemunho os mais velhos professores e professoras do estabelecimento¹⁷⁶.

Ele morava com a família no IMDA e tinha vinte anos de trabalho na instituição. Alegava considerar o Brasil sua segunda pátria, já que seus seis filhos haviam nascido em território brasileiro (contando com um filho que tinha falecido havia quatro anos). Ressaltava que sua vida era dedicada ao trabalho e à família e por eles clamava que sua situação fosse resolvida. Não admitia que o considerassem um criminoso e um traidor do país que era a pátria de seus filhos:

[...] dando à escola, com a melhor boa vontade, tudo que posso dar das minhas energias físicas e intelectuais. Nas horas de liberdade, cuido da minha família, formada por esposa e cinco filhos, pelos quais tenho uma verdadeira adoração [...] Estou sem recursos, são vinte anos que estou vivendo honestamente do meu ordenado, não tenho casa... não tenho móveis... não tenho camas... Enfim, não tenho nada! Tudo que tenho é do Colégio. Despedido assim, como um criminoso, sem nunca ter feito nada de mal... Cinco pequenos brasileiros condenados à fome por ter o pai inscrito no *Fascio*... e da forma que expliquei. Suponhamos que eu não mereça nada, mas eu pergunto: será justo por na rua, desta forma, sem recursos, uma senhora e cinco pequenos brasileiros, o maior dos quais tem apenas 10 anos de idade? Exmo. Sr. Delegado, fiz um cuidadoso exame de consciência, e se me decidi a apelar nos sentimentos do seu nobre coração é porque nada achei em mim que me tornasse indigno do grande país que há vinte anos generosamente me hospeda e que nunca traí e nunca trairei, porque é a pátria dos meus filhos, a minha segunda pátria¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem.

Em meio às palavras escritas no depoimento, Piscetta descreve as possibilidades que o levaram a ser considerado um criminoso. O Brasil passava a ser inimigo da Itália na Guerra e isso o colocava em uma situação de constrangimento diante da terra natal de seus filhos:

[...] quando li nos jornais a notícia que submarinos do “eixo” tinham afundado, em águas territoriais brasileiras, cinco navios, tendo a bordo tropas, mulheres e crianças, meu coração se encheu de amargura e condenei esse ato brutal. Intui logo que o Brasil, para a defesa sagrada de sua honra e dos seus legítimos direitos de Estado livre e sofreu ainda mais porque via duas nações amigas (e no período das sanções foi o Brasil o único país da América que se conservou fiel amigo da Itália), via, digo, duas nações amigas tornar-se inimigas, e sempre por culpa daquele regime que inexplicavelmente uniu o destino da Itália ao dos seus inimigos históricos [...]¹⁷⁸.

A guerra aparece como a justificativa para as desconfianças direcionadas aos imigrantes italianos, principalmente com relação aos indivíduos que demonstravam qualquer tipo de associação com o regime fascista. A montagem desse depoimento indica a vigilância policial em meio aos grupos de imigrantes e descendentes e a repressão aos que de algum modo se mostravam próximos do credo político propagado por Mussolini. No depoimento, Piscetta demonstra compreender as razões que levaram ao seu afastamento do emprego no IMDA e, ao mesmo tempo, demonstra saber das novas circunstâncias da política brasileira com relação à Itália.

Além de professor de Latim no IMDA desde março de 1939, Leonzio Ronconi havia sido redator do jornal *Fanfulla* de outubro de 1935 a março de 1938. Tinha sido cronista e também responsável pelo recebimento e tradução dos telegramas das agências de notícias internacionais, como a *Havas* e a *United Press*. Para o interventor Adolfo Packer, o seu caso era diferente de Carlos Piscetta, que era um funcionário antigo no estabelecimento e era defendido por outros docentes. Ronconi trabalhava no colégio havia três anos; Piscetta, fazia vinte.

O jornal *Fanfulla* era visto como um “arauto da italianidade” e um veículo utilizado para propagandear “as glórias do *Duce* e do Regime” e, como o professor Ronconi atuava como tradutor dos telegramas, ele só podia ser alguém de inteira confiança do *Fascio*:

¹⁷⁸ Idem.

[...] a esses encarregados de cortar dos telegramas as partes menos adequadas aos fins de propaganda e censurar os telegramas que não satisfaçam o programa fascista; assim, é impossível quem inspirou confiança plena a chefes fascistas que possa merecer a mesma confiança de autoridades brasileiras no desempenho de encargos de grande responsabilidade, qual o de nacionalizar um Instituto de cunho acentuadamente estrangeiro, como era o antigo “Dante Alighieri” [...] ¹⁷⁹.

No prontuário, estão destacadas as denúncias de “italianos anti-fascistas”, que não se mostravam tolerantes com relação ao caso desse professor. De acordo com o interventor, “a condescendência, nesse caso, não seria bondade, sim cumplicidade”, já que suas condutas poderiam “prejudicar os altos interesses do Brasil, representados na educação de brasileiros, filhos de italianos ou não, que frequentavam o colégio ¹⁸⁰”.

Afastado de seu cargo, ainda em janeiro de 1943, Ronconi enviou também um depoimento escrito pedindo a reconsideração de seu caso:

[...] sendo meu nome envolvido no inquérito instaurado pela Ordem Política e Social de São Paulo no caso do Colégio Visconde de São Leopoldo – ex-Instituto Médio Dante Alighieri, onde eu exerço as funções de lente de Latim, permito-me muito humildemente expor a V. S. o aspecto verdadeiro da minha situação política e social, em relação aos factos em que estou envolvido. Italiano- tal é minha nacionalidade- apesar de muito amar à minha pátria, nunca fui inscrito no *Fascio* de São Paulo. Aliás minha vida sempre foi dedicada ao mais intenso e honesto trabalho, no exclusivo intuito de sustentar decorosamente minha esposa e meu filho, menor, brasileiro. Única acusação alegada pelo inquérito a meu cargo, e que provocou o motivo do meu afastamento do Colégio onde atualmente trabalho, é de ter eu pertencido como tradutor de telegramas e como cronista do jornal “*Fanfulla*”, durante o período de dois anos ¹⁸¹.

Além de afirmar que não era filiado ao *Fascio* de São Paulo, Ronconi alegava também que não era responsável por definir as posturas políticas e ideológicas assumidas no periódico e que esses assuntos eram reservados à direção. Ressaltava que se limitava a escrever sobre a Penitenciária de São Paulo e que cobriu alguns piqueniques da *Dopolavoro* (OND), mas não era um membro associado. Referiu-se ainda às dificuldades enfrentadas por ele e por sua família desde o seu afastamento, em

¹⁷⁹ APESP, Acervo DEOPS. “Relatório do interventor Adolfo Packer sobre Leonzio Ronconi (17/12/1942)”. Prontuário Nº 14498: Leonzio Ronconi (Leoncio Ronconi).

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ APESP, Acervo DEOPS. “Memorial (13/1/1943)”. Prontuário Nº 14498: Leonzio Ronconi (Leoncio Ronconi).

outubro de 1942, encontrando-se em “condições econômicas difícilimas, achando-se na impossibilidade de encontrar outro emprego¹⁸²”.

A professora primária Anita Dazzi Falda era natural de Parma, tinha quarenta e nove anos de idade e era viúva. Trabalhava no IMDA desde 1925 e foi indicada ao cargo diretamente pelo cônsul italiano. Esse fato foi a justificativa utilizada pela polícia política para criar um prontuário em seu nome:

[...] a referida senhora foi colocada no referido estabelecimento de ensino pelo penúltimo cônsul italiano, em 1925, já sob o regime fascista, que data de outubro de 1942, somos de parecer que a mesma deve ser substituída por elemento brasileiro [...] ¹⁸³.

Seu nome foi incluído no inquérito sobre a nacionalização do colégio em agosto de 1942 e, segundo consta, ainda em setembro de 1943, discutia-se o seu afastamento para colocar em seu lugar outro docente que fosse brasileiro.

O professor de música Salvatore Callia¹⁸⁴ chegou ao Brasil em 1921, três anos antes do fim da Primeira Guerra Mundial, aos seus 29 anos de idade. Era natural da cidade Polignano a Mare no sul da Itália, e, quando saiu do país, já era formado pelo Conservatório de Milão (“o mesmo que formou seu ídolo, Giuseppe Verdi”) e havia composto óperas, operetas e musicais, apresentando-se em muitos teatros italianos. Deixou para trás mulher e os dois filhos mais velhos, que vieram para viver com ele em São Paulo alguns anos mais tarde e onde nasceram seus dois filhos mais novos. Deixara sua terra natal por causa das dificuldades impostas pela guerra e porque buscava novas referências musicais que enriqueceriam o seu trabalho de compositor e músico (ADDARIO, 2009, pp. 38-41).

Em terras brasileiras, compôs muitas obras, completando mais de 500 trabalhos, dos quais mais da metade era sobre temáticas da infância e da juventude. Foi professor no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e, a partir dos anos de 1930, passou a lecionar também no IMDA, permanecendo neste cargo por 39 anos. Dos compositores brasileiros, logo que chegou, admirou-se pelo trabalho de Carlos Gomes.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ APESP, Acervo DEOPS. “Boletim de informações do major Hidelberto Vieira de Melo, superintendente de Segurança Pública e Social, para o diretor do Departamento Estadual do Trabalho, sobre Anita Dazzi Falda (27/9/1943)”. Prontuário N° 16889: Anita Dazzi Falda.

¹⁸⁴ A sala de música do Colégio Dante Alighieri tem até hoje o seu nome como forma de homenagear seu trabalho como professor, maestro e compositor, deixando mais de 500 obras de sua autoria.

O primeiro poema musical composto por ele no Brasil foi “1922”, dedicado ao centenário da Independência do Brasil¹⁸⁵ (Idem).

O nome de Salvatore Callia também figurou entre os professores fichados no DEOPS em 1942. As medidas nacionalizadoras que atingiram os imigrantes no Brasil foram sentidas pelo maestro e professor de música do IMDA. Como já vimos, de acordo com a ex-aluna (entre os anos de 1930 e 1940) e ex-professora (nos anos de 1950) Germana de Angelis, que também fazia parte de uma família de músicos, o professor Callia “passou os quatro anos de guerra sem abrir a boca na rua, era mudo”. Durante o período de proibição de ensinar e falar línguas estrangeiras e diante da intervenção no IMDA, o professor Callia tinha receio de expor sua origem italiana.

Apesar do afastamento dos professores incluídos no inquérito e das dificuldades e incertezas que eles e suas famílias enfrentaram, verifica-se, a partir dos documentos anexados, que os processos foram arquivados no início do mês de maio de 1943. Com exceção do caso do diretor Attilio Venturi, que saiu do país, não foi atestado nos autos dos processos que qualquer outro professor tivesse deixado o Brasil por ocasião da intervenção federal no IMDA¹⁸⁶.

3.5 Desfechos da intervenção

Em relatório elaborado pelo interventor federal Adolfo Packer, em 31 de março de 1943, são incluídas as seguintes “atividades levadas a efeito” durante o desenrolar do inquérito policial:

¹⁸⁵ Foi ele quem compôs a música do hino do colégio na comemoração do cinquentenário em 1961.

¹⁸⁶ Os professores citados continuaram vivendo no Brasil. O falecimento de Carlos Piscetta consta no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 17/6/1956 (Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4392903/pg-46-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-17-06-1956> Acessado em: 20/3/2015), que trata do cancelamento do seu registro de contador. Depois da intervenção no IMDA, ele seguiu trabalhando como contador, possuindo um escritório. Leonzio Ronconi seguiu trabalhando no Colégio, foi o professor homenageado na formatura de 1952 (de acordo com o álbum de formatura que consta no AHCDA) e, em 1958, publicou o livro “Como aprender a Língua Italiana”. Anita Dazzi Falda também continuou lecionando no Colégio. Em documento da Câmara Municipal de São Paulo de 1943 (Projeto de Lei n. 388. Disponível em: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1948/00/00/09/RZ/000009RZ2.PDF> Acessado em: 20/3/2015), sobre a fundação do Orfanato do Ipiranga (*Orfanato Cristovam Colombo*), consta o nome da professora na lista de benfeitores responsáveis pelas doações para essa instituição. Atualmente, a sala de música do Colégio Dante Alighieri tem o nome do maestro Salvatore Callia, que lecionou na instituição por 39 anos, do início da década de 1930 até o final de 1960.

- Mudança de nome do estabelecimento para Colégio Visconde de São Leopoldo;
- Fez retirar do frontispício do estabelecimento a legendária loba; placa comemorativa do término da guerra de 1914; o bronze homenageando Leonardo da Vinci;
- Mandou confeccionar um nicho para a bandeira nacional;
- Passou a comemorar condignamente as datas nacionais e fez o Colégio tomar parte nos desfiles;
- Colaborou com a Ordem Política e Social, na confecção do inquérito relativo às atividades desnacionalizantes levadas a efeito no antigo Instituto Dante Alighieri, apresentando material comprobatório como: livros de fundo fascista, bandeiras e flamulas italianas, fotografias de solenidades com a presença de autoridades italianas, diploma assinado pelo rei da Itália e pelo ministro Benito Mussolini elogiando as atividades do Instituto, ofício do Consulado Italiano dando ciência de que estava à disposição do ex-Instituto, o dinheiro enviado pelo governo italiano.
- Fez com que o maestro Callia compusesse um poema sinfônico de grande envergadura sobre tema tipicamente nacional – O Y Juca Pirama;
- Fez confeccionar por pintor de renome, um quadro a óleo do Duque de Caxias¹⁸⁷.

A ação interventora teve por objetivo afastar do espaço escolar todos os símbolos que remetessem à valorização da cultura italiana e, conseqüentemente, à promoção do fascismo que prevalecia na Itália naqueles anos. Para a polícia política e ao interventor federal, era preciso deixar claro que os símbolos nacionais dos dois países não podiam conviver no mesmo espaço, devendo imperar apenas a bandeira nacional brasileira, a comemoração das datas cívicas brasileiras e o aparecimento de personagens da história política do Brasil, como, por exemplo, Visconde de São Leopoldo, Duque de Caxias e Getúlio Vargas. Também, sob os ditames da intervenção, o professor Callia compôs o poema musical *Y-Juca Pirama*, inspirando-se na obra de Gonçalves Dias¹⁸⁸.

Em maio de 1943, Noemia Nascimento Gama, que havia ficado encarregada de verificar o cumprimento das determinações impostas pela intervenção, enviou uma carta¹⁸⁹ diretamente ao maestro Heitor Villa Lobos, então chefe do Conservatório Musical e Canto Orfeônico do Departamento Nacional de Educação, esclarecendo que tinha em mãos os programas de ensino, mas pedindo informações sobre quais eram “os livros adotados e onde encontrar os motivos e músicas capazes de garantir uma segura educação musical”(ANEXO 2). Ela advertia que buscava adequar o estabelecimento às

¹⁸⁷ APESP, Acervo DEOPS. “Relatório de Adolfo Packer (31/3/1943)”. In: Prontuário N° 43727: Sociedade Italiana Dante Alighieri.

¹⁸⁸ Quatro anos depois voltou a compor uma ópera, “Faída”.

¹⁸⁹ AHCD, Centro de Memória, VII N. 455. Atas datilografadas: Carta de Noemia Nascimento Gama ao maestro Heitor Villa Lobos do Conservatório Nacional do Canto Orfeônico (3/5/1943).

propostas de nacionalização das práticas de ensino, destacando que era preciso difundir a música nacional entre o grande número de alunos daquele Colégio, que eram na “maioria filhos de pais estrangeiros” e necessitavam “acompanhar o trabalho de nacionalização através de todos os elementos de fácil assimilação”. De acordo com Noemia, a música possuía um duplo papel, educativo e recreativo (“além de educar, recreia”) e, por isso, era um instrumento eficaz para assimilação cultural (“penso ser mais fácil alcançar o objetivo nacionalista”). Dois dias depois, Noemia encaminhou outra carta¹⁹⁰, ao secretário-geral da Direção Nacional da Juventude Brasileira, Maj. Jair Dantas Ribeiro, declarando que estavam sendo tomadas todas as medidas para a nacionalização, cumpridas com “acendrado patriotismo” (ANEXO 3).

Sobre esses documentos e os prontuários produzidos por conta da intervenção coordenada pela polícia política, é possível considerar que são montados de acordo com um discurso em prol da nacionalização do ensino e que, naquele momento, a polícia política estava incumbida pelo Governo Federal de mostrar-se vigilante em relação a sujeitos e instituições de algum modo associados aos países do Eixo. Nesse sentido, os documentos são fruto de representações construídas em um contexto político específico, no qual o governo brasileiro havia optado pelos Aliados na Segunda Guerra e, ao mesmo tempo, tinha interesse em vigiar com mais afincado a classe média e elite de São Paulo.

No capítulo anterior, a análise das notícias dos jornais permitiu afirmar que, a partir do final dos anos 1930, passaram a ser divulgadas as comemorações cívicas brasileiras realizadas pelo IMDA. Isso pode indicar que a instituição começou a comemorar essas datas e/ou que passou a se preocupar mais em documentá-las nos jornais, sempre em virtude das determinações mais incisivas para nacionalização do ensino. Independente dos motivos que levaram a uma maior divulgação, é possível considerar que, nos anos que antecederam a intervenção federal, o IMDA celebrava as datas cívicas brasileiras, mas, ainda assim, conciliando com as celebrações do calendário cívico da Itália e, muitas vezes, incluindo a participação de autoridades que representavam o governo do país estrangeiro no Brasil.

¹⁹⁰ AHCDA, Centro de Memória, VII N. 455. Atas datilografadas: Carta de Noemia Nascimento Gama ao secretário-geral da Direção da Juventude Brasileira (5/5/1943).

De acordo com o interventor Adolfo Packer, foi a partir da intervenção que a comunidade escolar passou “a comemorar condignamente as datas nacionais¹⁹¹”. Pode significar que começaram a seguir os protocolos (“as condições mínimas aplicáveis à situação”, se seguirmos a definição da palavra “condignamente”) exigidos para a celebração dessas datas, supondo que aconteciam sem a interferência de outros símbolos e ritos que não fossem os nacionais brasileiros. Mas, ao mesmo tempo, é preciso considerar a afirmação de Gordinho (1996, p. 59) em seu livro sobre a história do Colégio Dante Alighieri, que, com a intervenção os alunos do IMDA, “não mais desfilavam nas datas nacionais e estavam proibidos de falar italiano” (GORDINHO, 1996, p. 59), ou seja, ao contrário do interventor, que garantiu que passassem a “tomar parte nos desfiles¹⁹²”.

A censura aos grupos étnicos e às suas classificações, incluindo nesse período os imigrantes e descendentes considerados como “Súditos do Eixo”, suscitava a transformação das práticas cotidianas e, ao mesmo tempo, impedia que os distintivos culturais e sociais fossem exteriorizados (como, por exemplo, o falar em italiano). Naquele momento, o problema central era o da definição de uma identidade nacional para o Brasil e, com isso, era necessário romper com qualquer possibilidade de existência de identificação étnica, ideológica ou até mesmo de classe (BERTONHA, 2010, p. 82).

As dinâmicas política e social se baseavam na acusação de todo e qualquer elemento que pudesse concorrer com uma suposta ordem idealizada pelo poder. Para Arendt (1989), a lógica policial fundamenta-se basicamente na ideia de que qualquer indivíduo ou grupo pode ser um dia considerado culpado por algo que os define; basta apenas que sejam determinados os parâmetros instaurados pelo poder político do que venha a ser considerado como atos e posturas impróprios. Para Goffman (1975, p. 14), os estigmas (que podem ser definidos também por questões de nacionalidade) são estabelecidos na sociedade da seguinte forma: “um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode impor atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”.

¹⁹¹ APESP, Acervo DEOPS. “Relatório de Adolfo Packer (31/3/1943)”. Prontuário N° 43727: Sociedade Italiana Dante Alighieri.

¹⁹² Idem.

Nos depoimentos, o sentimento de estupefação dos sujeitos, utilizado como uma tática de defesa, evidencia que os acontecimentos ocorreram de modo inesperado e, de repente, eles se viram em meio a um inquérito policial. Das memórias sobre o período da intervenção no IMDA, percebemos, quando é narrada a história da instituição, que há ainda ressentimentos e incompreensões sobre as determinações oriundas do processo interventor.

Apesar das mudanças ocorridas durante a intervenção iniciada em 1942, o processo cessou no ano seguinte. No acervo do Colégio Dante Alighieri, consta um boletim enviado pelo Tribunal de Segurança Pública¹⁹³ sobre o arquivamento do inquérito referente ao IMDA e a conclusão de que, apesar do ambiente francamente fascista, mesmo depois do Decreto-Lei Nº. 383, que “vedava aos estrangeiros as atividades políticas no Brasil”, foram levadas a cabo todas as medidas responsáveis pela nacionalização da instituição e foram considerados esclarecidos todos os casos dos professores fichados pela polícia política, determinando que os diretores Luigi Borgogno e Attilio Venturi fossem responsabilizados pela “fascistização” do IMDA.

Com o término do processo, Adolfo Packer deixou na secretaria Noemia Nascimento Gama, incumbida de averiguar se a nacionalização estava sendo promovida de acordo com as deliberações. Noemia permaneceu no colégio até 1944, quando o professor Amadeu Neri, ex-aluno, assumiu a direção. O nome Colégio Visconde de São Leopoldo se manteve até novembro de 1946, voltando o Colégio a ser nomeado de Dante Alighieri, a partir de um decreto do presidente Eurico Gaspar Dutra. Na década de 1950, reintroduziram-se no currículo os Cursos de Língua e Literatura Italiana e de Arte e História da Itália, ministrados por professoras recém-chegadas da Itália¹⁹⁴.

Do período da intervenção nacionalizadora, possivelmente muitos documentos foram descartados pela própria instituição escolar e outros foram confiscados pelos agentes da intervenção, sem que isso fosse arquivado. No entanto, a partir dessas ações de censura e apreensão de materiais no decorrer da intervenção nacionalizadora, utilizando-se das informações encontradas inicialmente nos prontuários, surgiram indagações e mais investimento em pesquisa que possibilitaram a realização do próximo capítulo que versa sobre a ação da polícia política na biblioteca do colégio.

¹⁹³ AHCEA, Centro de Memória, VII. 452. “Promoção do Dr. Eduardo Jara: procurador do Tribunal de Segurança Nacional”. 27/4/1943.

¹⁹⁴ Em setembro de 1943, a Itália assinou o armistício com relação aos Aliados. A FEB (Força Expedicionária Brasileira) enviou tropas para Itália objetivando combater os alemães. As relações entre os dois países foram reestabelecidas em 10 de julho de 1945.

CAPÍTULO IV - UM INTERVENTOR NA BIBLIOTECA: OS LIVROS SOB SUSPEITA

Na Panduria, nação ilustre, uma suspeita insinuou-se um dia nas mentes dos oficiais superiores: a de que os livros contivessem opiniões contrárias ao prestígio militar. De fato, a partir de processos e investigações, percebeu-se que esse hábito, agora tão difundido, de considerar os generais como gente que também pode se enganar e organizar desastres, e as guerras como algo às vezes diferente das radiosas cavalgadas para destinos gloriosos, era partilhado por grande quantidade de livros modernos e antigos, pandurianos e estrangeiros.

Ítalo Calvino, *Um general na biblioteca*.

4.1. A biblioteca na constituição da identidade italiana do IMDA

Desde a chegada dos primeiros grupos de imigrantes italianos no Brasil, circularam com eles vários tipos de materiais impressos, desde jornais publicados na Itália e, posteriormente, no território brasileiro, como também cartas, panfletos, documentos consulares, principalmente livros diversos, que acompanharam os caminhos percorridos por esses indivíduos. O fluxo geográfico de pessoas, provocado por diferentes razões econômicas, políticas e sociais, fez com que circulassem juntamente com elas ideias nos suportes escritos que carregaram, produziram, enviaram e/ou receberam. Neste trabalho, não tratarei da circulação dos impressos em geral, mas somente dos livros, essencialmente daqueles que formaram a biblioteca do IMDA desde a sua fundação até o período da intervenção federal para sua nacionalização.

Mesmo antes da instalação do IMDA em São Paulo, outras escolas, nas quais estudavam filhos de imigrantes italianos e professores responsáveis pela educação desses alunos, recebiam esparsamente alguns materiais didáticos e livros, em geral dos consulados e das associações laicas e religiosas instaladas no Brasil.

Em 1889, foi fundada em Roma a Sociedade Dante Alighieri (SDA), e nos estatutos formulados no primeiro congresso realizado, no ano seguinte, constavam os seguintes artigos:

Art. 1 A *Società Dante Alighieri* se propõe a tutelar e difundir a língua e a cultura italiana fora do Reino;

Art. 2 Para atingir os seus objetivos, a *Società* institui e subsidia escolas, incentivando com prêmios a frequência e o desenvolvimento, coopera com a fundação de bibliotecas populares, difunde livros e publicações, e promove conferências¹⁹⁵.

Naqueles anos, a Itália era um país recém-unificado e essa associação, formada por intelectuais, atuava colateralmente ao governo italiano e colocava-se como responsável pela promoção da língua e da cultura italiana, procurando exportar a italianidade para os emigrados e descendentes, com o fito de formar uma unidade cultural entre aqueles que eram oriundos de vários reinos e falavam diferentes dialetos. O estabelecimento de laços imaginários marcava os discursos em prol da existência de comunidades italianas no exterior. Tais objetivos coadunavam-se ao projeto de construção de uma identificação patriótica, baseado no processo de unificação territorial e nas tentativas de formar os italianos¹⁹⁶. Na península italiana e fora dela, a língua de Dante era exaltada pelos grupos que agenciaram a unificação política e defendiam uma ligação cultural entre os que viviam ou que eram oriundos dos diferentes reinos que compunham o território e os que haviam emigrado para outros países.

Até mesmo os navios que levavam os imigrantes possuíam bibliotecas improvisadas pela SDA. No início, ocupavam-se mais da fundação e manutenção de escolas nos países do Mediterrâneo, para fazer frente às influências de outras nações, principalmente da França. A partir da gestão Pasquale Villari (1901-1917), passaram a voltar as atenções também para América, devido à presença de um grande número de italianos e descendentes nesse continente. Mesmo antes disso, já havia comitês sendo formados não somente na Argentina, Uruguai e Brasil, mas também no México, Venezuela, Colômbia e Chile.

Em 1897, foi formado o primeiro comitê da SDA na cidade de São Paulo, por intermédio do cônsul-geral Ludovico Gioia, do vice-cônsul Chiostrì e com a participação de Tommaso Gaudenzio Bezzi, arquiteto que projetou o Palácio do Ipiranga. Existia naquele período, em São Paulo, a *Unione Democrata Toscana Galileo Galilei*, que pretendia arrecadar adesões para fundação de um Centro de Instrução Único que abarcasse diferentes níveis de instrução. Esse projeto não foi realizado e o comitê não prosperou (DELL' AIRA, 2011, pp. 40-44).

¹⁹⁵ *Statuto della Società Dante Alighieri* (apud SALVETTI, 1995, p. 13).

¹⁹⁶ Essa ideia de que eram gestados modos para formar os italianos faz referência à famosa frase do político piemontês Massimo d'Azeglio (1792-1866): "Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos" (apud BERTONHA, 2008, p. 56).

Naquele período, existia na cidade o chamado *Instituto Manzione*, localizado na Rua Xavier de Toledo e fundado pelo ex-arquivista do Ministério das Finanças do Egito, o italiano Francesco Manzione, que chegara a São Paulo no ano de 1892. Manzione era um nome conhecido entre os professores imigrantes e descendentes que viviam em São Paulo. O professor Luigi Lievore, que chegou em 1901 ao Brasil, buscando empreender um *Circolo Pedagogico Italiano*, que contava com cinquenta adesões, juntou-se a Manzione para transformá-lo em um Comitê da SDA. Em 1903, esse comitê era composto por 240 sócios ordinários da seção e 12 honorários. Manzione era o presidente; Lievore, o secretário-geral. Participavam como conselheiros o banqueiro Edoardo Barra e o empresário Gaetano Pepe, sócio da fábrica Serricchio & Matanò e um dos proprietários da Serricchio & Pepe, ex-cônsul honorário na Argentina e, mais tarde, um dos sócios cotistas que contribuíram para a fundação do IMDA (DELL’AIRA, 2011, pp. 45-47).

Lievore rompeu com Manzione em 1903 e as divergências levaram à dissolução do Comitê por interferência do cônsul-geral Gherardo Pio di Savoia, que concluiu em um relatório enviado ao Conselho Central da SDA em Roma que: os comitês instaurados gastavam a maior parte dos valores arrecadados em “despesas inúteis”; a SDA deveria se encarregar de “divulgar a língua e o sentimento nacional com uma revista destinada a assinantes”, pois seria mais fácil de atingir a todos até mesmo “nas matas das fronteiras do estado”; com uma parte dos fundos arrecadados com a revista, poderiam ser “distribuídas algumas medalhinhas de ouro, de prata ou de cobre, e também ajudadas escolas com modestas contribuições”; e por último, fosse fundada uma escola de ensino “médio” na capital¹⁹⁷.

As conclusões indicavam o descrédito por parte de Savoia das possibilidades de ajudas efetivas às escolas destinadas aos filhos dos imigrantes italianos espalhadas pelo Estado de São Paulo. De acordo com o ele, os comitês formados não sabiam administrar o que arrecadavam e não possuíam projetos definidos. Mais do que isso, ele acreditava também que construir uma escola de ensino “médio” tornaria mais coesa a comunidade, pois serviria como um modelo para outras escolas já existentes. Com isso, estava plantada a semente para a formação do projeto de construção do IMDA, como exposto do capítulo 1.

¹⁹⁷ ASDA, 1903/A 10. “Savoia para a Dante Alighieri”, 7/9/1905, apud Dell’Aira (2011, p. 53).

As trajetórias desses primeiros comitês demonstram que, nesse primeiro momento, a SDA, mesmo sem possuir uma estrutura montada no Estado que pudesse garantir uma maior unidade de projetos entre as escolas e professores atuantes na educação dos filhos dos imigrantes italianos, essa instituição se ocupava em conhecer sobre as escolas e atuação dos professores e por organizar a distribuição de recompensas simbólicas, por agenciar arrecadação de divisas e promover a circulação de livros. Com a dissolução do último comitê, Manzoni publicou no jornal *Fanfulla* uma carta aberta ao Conselho Central da DAS, na qual perguntava sobre o que deveria fazer da pequena biblioteca, com os muitos volumes recebidos ainda guardados no Instituto Manzoni.

Mesmo antes da construção do IMDA, nos rascunhos do projeto do engenheiro Giulio Micheli, a biblioteca já estava incluída entre as prioridades. De acordo com uma carta enviada por Gaetano Pepe para o vice-presidente da SDA em Roma, Donato Sanminiatielli, informava que o internato do colégio ia ocupar o primeiro andar do edifício e, juntamente aos dormitórios, ia ser instalada “uma grande biblioteca”:

O primeiro andar, de 4 metros e setenta de altura, será quase totalmente destinado ao internato, com duas seções diferentes, uma em cada ala, para os menores e os maiores, serviços e quatro dormitórios, dois para 17 e dois para 13 internos, perfazendo um total de 60 leitos, ocupando uma superfície de 350 metros quadrados e um volume de 27,40 metros cúbicos por leito, salas de estudo de 127 metros quadrados, uma grande biblioteca, duas salas para preceptores, lavabo e guarda-roupa para os alunos, rouparia, enfermaria e outros serviços [grifo meu]¹⁹⁸.

Ao longo das três primeiras décadas de funcionamento do IMDA, uma grande parte dos livros que compunham a biblioteca e eram utilizados pelos alunos e professores tinha sido enviada e/ou recomendada pelo governo italiano, indicados pela SDA (Conselho Central e Comitê de São Paulo) e importados de editoras e livrarias italianas. Entre os documentos referentes à compra de materiais encontrados no acervo do Colégio, constam recibos e outras correspondências oriundos da empresa *G. B. Paravia e C*, “*tipografi, librai ed editori*”, responsável, principalmente, por enviar os livros utilizados pelos alunos nas disciplinas. Essa empresa foi fundada em Turim em 1802, dedicada desde o início à impressão, publicação e venda essencialmente de livros didáticos, formulados de acordo com as principais reformas educacionais italianas. Durante os vinte anos de fascismo, a *Paravia* publicou e vendeu títulos que tratavam da

¹⁹⁸ASDA, 525-1B (378). “Pepe para Sanminiatielli”, 15/1/1912. apud Dell’Aira (2011, p. 123).

ideologia e do regime político, como, por exemplo, “I condottieri”, “Piccolo Italiano”, “L’Italia nuova” e “Il dizionario della dottrina fascista”. Nos anos de 1930, dedicou-se com maior empenho à publicação e à distribuição de livros destinados ao ensino secundário, enquanto que a *Bemporad* se ocupou dos livros para o ensino primário (BIANCCHINI, 2008, p. 3).

Na biblioteca do Colégio Dante Alighieri, a catalogação mais antiga é referente ao ano de 1960 (Livro de Tombo N. 1 – 1960-1965). Nesse livro de tomo, a maioria das publicações editadas do século XIX até 1940 apresenta a informação “acervo”, diferente das mais recentes, com datas mais próximas a 1960, que apresentam “compra” ou “doação”. Isso indica que os livros do “acervo” já estavam ali antes de serem catalogados e que os “comprados” e “doados” receberam essas denominações por terem sido incluídos no acervo no período de catalogação.

Considerando a catalogação do ano de 1960, há aproximadamente 30% dos títulos¹⁹⁹ com a indicação “acervo” e com data de publicação anterior a 1942 em italiano e referem-se às seguintes editoras: *Barbera* (Firenze), *Bemporad* (Firenze), *Dante Alighieri* (Roma), *Ist. Arte Grafiche* (Bergamo), *Laesher* (Torino), *Lapi* (Città di Castello), *Le Monnier* (Firenze), *Sansoni* (Firenze), *Signorelli* (Milano), *Slavia* (Torino), *Treves* (Torino), *Vallechi* (Firenze), *Zanichelli* (Bologna). Aos títulos indicados para cada editora, associavam-se os seguintes temas:

Tabela 3 - Editoras e assuntos dos títulos listados no Livro de Tombo N. 1 (1960) da biblioteca do Colégio Dante Alighieri

EDITORAS	ASSUNTOS
Barbera	Poesia épica grega
Bemporad	Arte, História e Literatura
Dante Alighieri	Literatura italiana
Ist. Arte Grafiche	Manuais de Arte e História da Arte
Laesher	Manuais de geometria / Literatura romana
Lapi	Literatura italiana
Le Monnier	Manuais de Arte e História da Arte

¹⁹⁹ Aproximadamente 30% equivalem a 111 livros de um total de 368 registrados no ano de 1960 (Livro de Tombo N. 1). Além dos títulos em italiano, de livros oriundos de editoras da Itália, no Livro de Tombo N.1 também há referências de publicações em inglês, francês e português. Dos títulos em inglês, as editoras eram: *Claredon Press* (Oxford), *Paravia* (Milano), *Rispoli* (Napoli), *Oxford* (London). Em francês: *Calmann-Levy* (Paris), *Charpentier* (Paris), *Flammarion* (Paris), *Hachette* (Paris) e *S. A. Publ. Period.* (Rio de Janeiro). E, por último, em português: *Alves* (São Paulo), *Athena* (Rio de Janeiro), *Nacional* (São Paulo), *Globo* (Porto Alegre), *Imprensa Nacional* (Rio de Janeiro), *Lello* (Porto), *Melhoramentos* (São Paulo), *Siqueira* (São Paulo) e *W. M. Jackson* (Rio de Janeiro). Lembrando que os títulos considerados são aqueles que possuem indicação de “acervo” e com datas de publicação anteriores ao ano de 1942.

Mandadori	Literatura italiana
Sansoni	Manuais de Literatura/ Literatura (Miguel de Cervantes, Wagner Ricardo, Molière)
Slavia	Obras da literatura russa (Liev Tolstói)
Treves	Manuais de Literatura/ Literatura italiana (Ada Negri)
Vallechi	Manuais de Arte e História da Arte
Zanichelli	Livros de poesia italiana (Pascoli Giovanni)

Em uma escola fundada com o objetivo de atender aos filhos de imigrantes italianos com a promessa de um ensino voltado à cultura e à língua da pátria de seus pais, a presença dos livros em italiano na biblioteca tornava-se um atrativo para alunos provenientes desse grupo étnico.

A italianidade no IMDA era parte de um projeto de homogeneização cultural que chegou à América devido à forte presença de imigrantes, no final do século XIX, mas continuou nos períodos que levaram à eclosão da Primeira Guerra Mundial, no que se aludia à participação da Itália nas disputas colonialistas, e ganhou ainda mais destaque durante a implantação do regime fascista, com a proposta de disseminação ideológica internacional. Nos anos de 1930, a invasão da Itália à Abissínia gerou manifestações de apoio à Mussolini e contribuiu para a expansão da propaganda fascista em São Paulo. No IMDA, passaram a ocorrer amostras de apoio ao regime, isso em decorrência da vinda de diretores e professores que traziam as novas tendências políticas e da proximidade com os consulados. Além disso, livros que tratavam do fascismo ou mesmo de autores pró-movimento fascista também passaram a compor as estantes da biblioteca.

4.2. O perigo das ideias em circulação

Ao final da segunda década do século XX, nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, as inquietações políticas e culturais eram expostas pela “presença marcante de imigrantes e da crescente massa de operários” (CARNEIRO, 1997, p. 24). Novos tempos se constituíam e, mais uma vez, a censura²⁰⁰ acontecia:

²⁰⁰ No Brasil, nos tempos de Colônia e Império prevaleceu o controle da produção, circulação e importação de publicações por parte da existência da Imprensa e Censura Régias, organizadas pelo poder político e religioso. Somente em 1821 é que foram permitidas as produções de jornais e livros no Brasil, quando foi proclamada a liberdade de imprensa. Mesmo assim, no século XVIII, muitos escritos da

Tempos de industrialização, tempos de modernidade, tempos de rebeldia. Tempos de movimento anarquista e de infiltração das ideias comunistas. [...] O jovem Estado republicano não abriu mão da vigilância e repressão aos novos subversivos. A censura já se fazia velha, imortal, multifacetada, persistindo como alimentadora de mitos (CARNEIRO, 1997, p. 24).

Nos anos de 1930, os discursos políticos de Getúlio Vargas relativos a uma revolução dita liberal, considerada solução para combater as “velhas” formas de poder político, criticando as antigas oligarquias dirigentes, trazia consigo a falsa ideia de uma possível liberdade no Brasil. O Ministro da Justiça, em dezembro de 1933, relacionava as proibições que deveriam ser levadas a efeito (CARNEIRO, 1997, pp. 24-26):

- as críticas ao governo em termos acriminosos;
- expressões e referências pejorativas aos seus membros;
- notícias que pudessem prejudicar a ordem pública e estimular subversões, agressões pessoais a quem quer que fosse, críticas aos governos estrangeiros e seus representantes,
- informações que pudessem produzir alarmes ou apreensões e, finalmente, boatos de tendenciosidade manifesta (MACIEL, 1933)²⁰¹.

A Constituição de 1934, apesar de afirmar que “a publicação de livros e periódicos, independe da licença do poder público”, não “admitia a propaganda de guerra ou de processos violentos, para subverter a ordem política ou social²⁰²”.

Em 1935, após a chamada “Intentona Comunista”, foi decretado estado de sítio e censura à imprensa. Os “comunistas” tornaram-se inimigos declarados do governo e os aparelhos de repressão e censura os tinham como alvo de perseguição. Em 1937, com a instalação do Estado Novo, a censura foi admitida constitucionalmente, suprimindo a liberdade de informação. Restrições foram impostas ao comércio de livros no Brasil.

literatura francesa iluminista, reconhecida como sediciosa, não deixaram de circular clandestinamente no país. De acordo com Carneiro (1997, p.22), “como sempre, seguindo um antigo provérbio, ‘tudo que é proibido tem mais sabor e atíça a curiosidade’”. Nos anos iniciais de consolidação da República, a ideia de um “consenso nacional” era desmistificada pela existência dos chamados “subversivos da República”, que atuavam para desprestigiar a nova organização política (monarquistas) e também denunciar os desmandos dos presidentes militares (outros grupos republicanos). A forma de atuação se dava pela circulação de ideais, principalmente, através de jornais e outros escritos, e, da mesma forma como continuaram a existir as ideias contrárias à ordem política, econômica e social vigente, persistia também a censura literária (JANOTTI, 1986).

²⁰¹ MACIEL, Francisco Antunes. Publicação do *Diário da Assembleia Nacional*, dez/1933, apud Carneiro (1997, p. 26).

²⁰² De acordo com Hallowell (2012, p. 503), o artigo da constituição baseava-se em um “conceito quase tão universal quanto a sanção da lei militar no *Army Act*, do Reino Unido, contra condutas ‘prejudiciais à boa ordem e à disciplina militar’”.

Para o editor e comerciante de livros José Olympio (Editora Record), o mercado havia “enfraquecido” devido à “apreensão de livros em todo o território nacional, sem que, na maioria das vezes, obedecesse um critério justificável²⁰³”. De acordo com Hallewell (2012, p. 504): “José Olympio logo se viu perseguido por dois lados: a polícia apreendia seus romances, por seu pretense conteúdo comunista, ao mesmo tempo em que confiscava livros políticos integralistas por defenderem um tipo errado de fascismo”.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939, pelo Decreto-Lei nº. 1915, de 27 de dezembro de 1939²⁰⁴, regulamentado pelo Decreto-Lei nº. 5077, de 29 de dezembro do mesmo ano²⁰⁵, sendo responsável por coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, atuando sobre os meios de comunicação, sobre o rádio, cinema, imprensa escrita e atuante na edição²⁰⁶ e censura aos livros. Tanto o DIP quanto o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) “funcionavam como engrenagens reguladoras das relações entre Estado e o povo” (CARNEIRO, 1997, p. 26). O primeiro atuava na regulação da imagem a ser construída do governo de Getúlio Vargas; o segundo reunia as “subversões”, era responsável por definir os crimes políticos e atuava na vigilância e repressão.

Nos prontuários policiais, era anexado como prova tudo o que podia responsabilizar uma pessoa ou grupo de pessoas no sentido de agir em contradição com a ordem idealizada. Panfletos, bandeiras, jornais, boletins, livros e outros escritos podiam servir como elementos comprobatórios de crimes políticos. O controle era acirrado e não era à toa que grupos revolucionários usavam de táticas para conseguir difundir suas ideias:

Nos anos 40, um dos expedientes empregados pelos comunistas em São Paulo para camuflar a distribuição de folhetos era bastante curiosa. O encarregado da distribuição disfarçava-se de vendedor de modinhas populares e saía vende-los pelos bairros onde o controle se fazia mais intenso. De porta em porta, cantarolava trechos de sambas e marchas sem despertar suspeita. Se alguém o chamava para comprar

²⁰³ PEREIRA FILHO, José Olympio de. O que se lê no Brasil, Anuário Brasileiro de Literatura, n. 3, p. 401, 1938, apud Hallewell (2012, p. 503).

²⁰⁴ BRASIL. Decreto nº. 1915, 27 dez. 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 15/05/2015.

²⁰⁵ BRASIL. Decreto nº. 5077, 29 dez. 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 15/05/2015.

²⁰⁶ Sobre os livros editados, organizados e coletados pelo órgão, ver o artigo de Tania Regina de Luca (2011) que se baseia em uma pesquisa realizada na tentativa de mapear os livros da “Biblioteca do DIP” em dois acervos norte-americanos.

sua mercadoria, aproveitava a oportunidade e introduzia dentro do livrinho um folhetim comunista. Surpresos, alguns os jogavam fora, outros os guardavam para ler em momento propício (CARNEIRO, 1997, pp. 32-33).

Até o final dos anos 1940, a censura à circulação de ideias e à distribuição de livros dava-se principalmente no combate ao comunismo. Durante todo o Estado Novo, sedes de associações, clubes, livrarias, creches e escolas eram vistos como espaços que continham livros e, portanto, poderiam conter ideias contrárias à formação da Nação e/ou que atingiriam a ordem política e social. De acordo com Carneiro (1997, pp. 43-47), os livros publicados pelos principais teóricos integralistas circulavam sem qualquer tipo de censura, assim como os livros de cunho fascista e nazista. Isso mudou depois da tentativa de golpe dos “camisas verdes”, em 1938, e no que diz respeito ao Eixo, depois da deflagração da Segunda Guerra Mundial, sobretudo posteriormente à declaração de apoio aos países aliados.

4.3. Os livros confiscados na biblioteca do IMDA

Assim como certo dia, na fictícia Pandúria, criada por Calvino (2010, pp. 67-72), os habitantes foram surpreendidos com a ação do general em revista aos livros “modernos e antigos, pandurianos e estrangeiros” que poderiam conter “opiniões contrárias ao prestígio militar”, a intervenção federal chegou ao IMDA e atingiu a biblioteca. Nos arquivos da polícia política (DEOPS), constam as afirmações do interventor federal de que a biblioteca teve de ser “nacionalizada” e que houve apreensão de livros considerados “fascistas”²⁰⁷.

Na tentativa de nacionalizar o IMDA, a intervenção não podia deixar de considerar a biblioteca. De acordo com o delegado Carlos Furtado de Mendonça, havia

²⁰⁷ A história da censura aos livros e à circulação de ideias é secular e não se resume ao Brasil. Muitos historiadores já se dedicaram ao tema, tratando de diversos períodos da História. Carlo Ginzburg (2006), ao escrever sobre Domenico Scandella (Menocchio) e, por conseguinte, tratar da Inquisição no século XVI na península itálica, destaca o fato de o moleiro saber ler e escrever e que isso fez com que o tribunal inquisidor não deixasse de se ocupar em apreender os livros e outros escritos que ele possuía em sua casa. Robert Darnton (2011), escrevendo sobre o trabalho de um policial na França do século XVIII, responsável por averiguar o comércio de livros, indica que as instâncias de poder admitiam o poder da palavra escrita na propagação das ideias. Na investigação do inspetor Joseph d'Hémery, cada detalhe, analisado por critérios não objetivos, servia para comprovar a “periculosidade” das ideias contidas nas obras, pela força de cooptação que elas exerciam ao serem propagadas na sociedade, principalmente em um tempo de grandes movimentações sociais.

na biblioteca “cerca de três mil volumes, dos quais apenas 1% das obras em português, sendo que, mesmo entre estas, avultavam as relacionadas com o ‘fascismo’; e também na ‘livraria’ do colégio, onde os alunos podiam adquirir livros, estes eram em grande maioria italianos²⁰⁸”.

Entre as atividades levadas a efeito, listadas pelo interventor federal Adolfo Packer, constam as seguintes: “Apreensão de livros fascistas” e “nacionalização da biblioteca com aquisição de cerca de 500 volumes, entre eles a *Brasiliana* completa, as obras completas de José de Alencar, Machado de Assis, Taunay, Revista do Arquivo Nacional etc.²⁰⁹”. Essas obras foram realmente incluídas na biblioteca do então Colégio Visconde de São Leopoldo, o que pode ser confirmado tanto no Livro de Tombo N.1 (1960) quanto no atual banco de informações da biblioteca do Colégio Dante Alighieri.

No acervo do Colégio Dante Alighieri, constam quatro documentos que indicam o número de livros existentes e os títulos doados à Biblioteca Pública Municipal de São Paulo (Biblioteca Mário de Andrade) por serem “considerados suspeitos ou em desacordo com as leis de ensino e que se achavam sob custódia neste estabelecimento de ensino²¹⁰”. Os dois primeiros documentos foram assinados em abril²¹¹ e dois outros em junho²¹² de 1944, por Noemia Nascimento Gama, que havia ficado no Colégio Visconde de São Leopoldo por nomeação de Adolfo Packer para administrar as medidas interventoras tomadas por ele, e o último, em junho²¹³ de 1944, pelo bibliotecário-chefe da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, Ox Pascoal.

²⁰⁸ APESP, Acervo DEOPS. “Relatório de Carlos Furtado de Mendonça (3/2/1943)”. Prontuário N° 14494: Antonio Cuoco [documento anexado nos prontuários dos outros professores do IMDA].

²⁰⁹ APESP, Acervo DEOPS. “Relatório de Adolfo Packer (31/3/1943)”. In: Prontuário N° 43727: Sociedade Italiana Dante Alighieri.

²¹⁰ AHCDA, 468, VII. Ano letivo de 1944. Ofício enviado por Noemia Nascimento Gama ao diretor da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo (21/6/1944), p. 11.

²¹¹ AHCDA, 468, VII. Ano letivo de 1944. Documento assinado por Noemia Nascimento Gama sobre o número de livros e relação das obras doadas à Biblioteca Pública Municipal de São Paulo (13/4/1944), pp. 3-9.

²¹² AHCDA, 468, VII. Ano letivo de 1944. Ofício enviado por Noemia Nascimento Gama ao diretor da Agência Especial de Defesa Econômica indicando a relação de livros doados (21/6/1944), p. 10 / Ofício enviado por Noemia Nascimento Gama ao diretor da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo (21/6/1944), p. 11.

²¹³ AHCDA, 468, VII. Ano letivo de 1944. Ofício enviado por Ox Pascoal, bibliotecário-chefe da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, confirmando o recebimento dos livros doados pelo Colégio Visconde de São Leopoldo, p. 12.

Tabela 4 - Informações sobre os livros da biblioteca do Colégio Visconde de São Leopoldo em abril de 1944

DESCRIÇÃO	NÚMEROS
Livros em língua portuguesa	959
Livros em língua italiana	1857
Livros em língua latina	224
Livros em outras línguas	214
TOTAL DE LIVROS	3.254

Tabela 5 - Relação dos livros doados à Biblioteca Pública de São Paulo pelo Colégio Visconde de São Leopoldo

AUTOR	TÍTULO DA OBRA	EDITORIA	LUG.PUB L.	DATA PUBL.
Benito Mussolini	Il mio diario di guerra	Unione editoriale Italiana	Roma	
Benito Mussolini	La rivoluzione fascista	(encadernado) Hoepli	Milano	1934
Benito Mussolini	Dall'Intervento al fascismo	(encadernado) Hoepli	Milano	1934
Benito Mussolini	L'inizio della nuova politica	(duplo: 1 encadernado) Hoepli	Milano	1934
Benito Mussolini	Il 1924	(encadernado) Hoepli	Milano	1934
Benito Mussolini	Scritti e discorsi 1925/26	(encadernado) Hoepli	Milano	1934
Benito Mussolini	Scritti e discorsi 1927/28	(duplo: 1 encadernado) Hoepli	Milano	1934
Benito Mussolini	Scritti e discorsi 1929/31	(duplo: 1 encadernado) Hoepli	Milano	1934
Benito Mussolini	Scritti e discorsi 1932/33	(duplo: 1 encadernado) Hoepli	Milano	1934
Benito Mussolini	Scritti e discorsi 1933/35	(duplo: 1 encadernado) Hoepli	Milano	1935
Arnaldo e Benito Mussolini	Vita di Sandro e di Arnaldo	(3 cópias) Hoepli	Milano	1934
Arnaldo Mussolini	I discorsi (1928/1931)	(2 cópias: 1 encadernado) Hoepli	Milano	1935
Arnaldo Mussolini	La conciliazione	(2 cópias: 1 encadernado) Hoepli	Milano	1935
Benito Mussolini	Vita di Arnaldo		Milano	1932
Abner Mourão	Uma reportagem na Itália	(7 cópias) A Noite	Rio de Janeiro	
-	A Itália de Hoje	(4 cópias)		
Stanis Ruínas	Viaggio per la città di Mussolini	(2 cópias) Bompiani	Milano	
Lando Ferretti	Il Libro dello Sport	Libreria del Littorio	Roma	
Mario Giampaoli	1919	Libreria del Littorio	Roma	
Gioacchino Volpe	Geschichte Der Faschistischen Bewegung		Roma	
Elemer	Italia e Ungheria		Roma	1936

Miklos				
Elemer Miklos	Cours de culture pour étrangers et nationaux en Italie			1935
Alberto Businelli	Rivoluzione fascista	Bemporad	Firenze	1933
Luigi Alfio Cecchini	Giustizia		São Paulo	1936
Franco Ciarlantini	Africa Romana	Alpes	Milano	1928
Giorgio Maria Sangiorgi	L'impero italiano	Cappelli	Bologna	1936
Carlo Baragiola	Sulle orme di Roma	Arte e Storia	Milano	1934
-	Italia e Abissinia		Roma	
Francesco Brombim	Dalmazia	Conegliano		1934
	Legislazione e Ordinamento Sindicale Corporativo	Istituto Nazionale Fascista di Cultura		
Adelmo Sampaio	Ave Roma!		São Paulo	1934
Italo Balbo	Diario 1922	Mandadori	Milano	
Fernando Gori	Legionario d'Africa	Nuova Europa	Roma	1932
	Scuola e Cultura	Revista		Giugno/1936
Eduardo Savino	La nazione operante		Milano	
Gigi Maino	Roma			
-	La dottrina fascista di diritto Internazionale		Roma	
Ottavio Dinale	La Rivoluzione che vince	Campitanelli	Roma	
-	La Italia in Etiopia	Novissima	Roma	
Cornelio di Marzio	Incontri i sorrisi	Cappelli	Bologna	
Anibaldi Orani	Le legislazione fascista sulle scuole italiane all'estero	Paravia	Torino	1928
Achille Starace	L'opera nazionale dopolavoro	Mondadori	Milano	
Giuseppe Bottai	L'ordinamento corporativo	Mondadori	Milano	
Alfredo di Marsico	La riforma della legislazione	Mondadori	Milano	
Costanzio Ciano	Le comunicazione	Mondadori	Milano	
Arnaldo do Crollalanza	Le opere pubbliche	Mondadori	Milano	
Bruno Biagi	La cooperazione	Mondadori	Milano	
Roberto Farinacci	Da Vittorio Veneto a Piazza S. Sepolcro	Mondadori	Milano	
Alberto Giaccardi	10 anni di fascismo nelle colonie italiane	Mondadori	Milano	
Arturo Marpicati	L'Accademia d'Italia	Mondadori	Milano	
Pilade Mazzei	Os fundamentos pedagógicos da reforma italiana da educação – Conferência	(29 cópias)	Rio de Janeiro	1934

Sergio Brombin	Ardenze		Padova	1933
A Pompeo de Camargo	Fascismo-Catolicismo-Justiça	Rev. Tribunaes	São Paulo	1941
Decio de Minicis	Vittorio Emanuele III	Maglione	Roma	1938
Renato Manzolo	Organizazzioni giovanili in Italia	Novissima	Roma	1939
Francisco Brombin	Roma		Coneglia no	1933
	Estradas romanas na África Oriental	Novissima	Roma	
Augusto Turiati	Una rivoluzione e un capo	Libreria di Littorio	Roma-Milano	
	Sole d'Italia	Letture	Roma	
Alessandro Melchiori	Il camino della rivoluzione	Luzzatti	Roma	1933
A Pompeo	A defesa do Brasil: profissão de fé integralista	Tribunaes	São Paulo	1945
Arturo Marpicati	Il partito fascista	Mondadori	Milano	1935
G. Gentile	Che cosa è il fascismo	(2 cópias) Vallecchi	Firenze	
L. Valli	Il diritto dei popoli alla terra	Augustea	Roma	1932
Luigi Meneghetti	Legiões romanas na África Oriental			
Francesco Barone	Tappe d'ottobre	Luzzatti	Roma	
	Ministero Lavori Pubblici Opere Pubbliche	Do Agostini	Novara	

De acordo com as informações retiradas dos documentos, pode-se afirmar que houve uma seleção dos assuntos e autores que não se restringiu ao cultivo da língua italiana. A preocupação com os livros não estava ligada somente à necessidade de se excluírem as obras em italiano. Referia-se também à intenção de incluir títulos nacionais condizentes com as propostas educativas em vigência no período e de impedir que naquele espaço escolar houvesse livros que fizessem referência ao fascismo.

Sobre a ação a respeito desses livros, deve-se destacar que estes não foram descartados, destruídos ou queimados²¹⁴ e que todo trâmite para a doação dos livros à Biblioteca Pública Municipal de São Paulo teve que ser informado à Agência Especial de Defesa Econômica (Fiscalização Bancária – Agência Especial do Governo Federal²¹⁵). Em virtude da intervenção, o Colégio encontrava-se sob administração

²¹⁴ Ao contrário do que ocorria com os livros apreendidos na casa de um sujeito ou de uma instituição fichados pela polícia política como comunistas ou anarquistas.

²¹⁵ De acordo com Bigazzi (2006, p. 118), em detrimento da situação de guerra, os imigrantes italianos, instituições das comunidades italianas e do Estado Italiano “tiveram parte dos seus bens confiscados e de seus valores (títulos e depósitos) bloqueados no Banco do Brasil, para fazer face a eventuais prejuízos a nação”.

federal e os livros eram considerados parte do patrimônio da instituição, sendo necessário documentar o destino dado para todas as obras.

Doze dos sessenta e sete títulos listados eram de autoria de Benito Mussolini e os outros, na maioria, de intelectuais e políticos ativos no movimento fascista e integralista. Os livros italianos que constam na lista de doação à Biblioteca Municipal de São Paulo (Biblioteca Mário de Andrade) são das editoras *Unione Editoriale Italiana*, *Hoeppli*, *Bompiani*, *Libreria Del Littorio*, *Bemporad*, *Mondadori*, *Nuova Europa*, *Cappelli*, *Novissima*, *Paravia* e *Vallecchi*²¹⁶. Entre os livros que constam na lista de doação, havia também publicações de edições em português: “Uma reportagem na Itália”, de Abner Mourão; “Ave Roma!”, de Adelmo Sampaio, “Legiões Romanas na África Oriental” de Luigi Meneghetti, “A defesa do Brasil: profissão de fé integralista” e “Fascismo-Catolicismo-Justiça” de Antonio Pompeo, “Os fundamentos pedagógicos da reforma italiana da educação”, de Pilade Mazzei, e “A Itália hoje”²¹⁷.

4.4. Censura na escola: por uma educação nacional e pelo combate às ideologias

As discussões acerca da importância das bibliotecas para educação escolar no Brasil, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, ganharam destaque a partir do final da década de 1920. A relevância dada ao assunto pode ser demonstrada pelos esforços para formalização dos cursos de formação e departamentos públicos relativos à implantação e gestão de bibliotecas: como a implantação do Curso de Biblioteconomia no Instituto Mackenzie (1929), a reabertura do Curso da Biblioteca Nacional (1931), a criação da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Escola de Biblioteconomia (1936). As duas capitais foram “palco de intensos debates sobre o conteúdo e a forma da produção didática e literária ligada à infância e sobre a leitura adequada a ser desenvolvida na escola” (VIDAL, 2004, p. 209).

²¹⁶ Dentre elas, apenas as editoras *Bemporad*, *Paravia* e *Vallecchi* são citadas pelos títulos presentes na catalogação de 1960 (Livro de Tombo N.1) no acervo do Colégio Dante Alighieri; além disso, não é encontrado nenhum dos livros da lista de títulos apreendidos.

²¹⁷ De todos os títulos listados (66 títulos ao todo) por Noemia Nascimento Gama, atualmente, constam no acervo da Biblioteca Mário de Andrade 34 deles. É possível que os outros títulos tenham sido distribuídos para outras bibliotecas municipais de São Paulo.

Durante o Estado Novo, esteve vigente, entre as políticas de exaltação dos conteúdos nacionais e do controle da informação em prol da unidade nacional, uma política de publicação e circulação de livros. Getúlio Vargas valeu-se das propostas dos intelectuais, principalmente das ideias de Lourenço Filho, que “se empenhou na definição de estratégias para sua promoção, criando bibliotecas e estimulando a produção de livros a partir de suas potencialidades pedagógicas e artísticas”, para colocar em prática uma política de formação da população pela literatura e livros sobre a história do Brasil. Aos intelectuais caberia, portanto, a última palavra sobre o que se devia editar e dar a ler, sempre sob o crivo e controle das instituições públicas. (DUTRA, 2013, pp. 250-251).

Diana Vidal (2001), em seu doutorado sobre as práticas escolares no interior do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, destaca a importância da biblioteca e da circulação dos livros para perspectivas de educação defendidas pelos escolanovistas no início dos anos 1930. Ao mesmo tempo, destaca as ações para proibir a circulação de outros livros (principalmente das publicações consideradas “subversivas”) com a proximidade do Estado Novo²¹⁸. De acordo com a autora:

O clima de perseguição e de controle das ideias políticas, prenunciando o Estado Novo, apertava a malha de vigilância sobre as atividades do Instituto [Instituto de Educação do Distrito Federal]. Em 1936, a propósito de apurar denúncia sobre uma remessa de livros impróprios à biblioteca, instaurou-se, na Escola, um inquérito sobre comunismo (VIDAL, 2001, p. 20).

Se o comunismo era a principal ideologia política a ser alvo das ações de vigilância e repressão nos anos iniciais de 1930, a partir dos anos finais e iniciais dos anos 1940, outras ideologias também deveriam ser combatidas, como o integralismo, o nazismo e o fascismo.

Além da seleção dos títulos para serem retirados do acervo da biblioteca do IMDA, é significativa a inserção da Coleção Brasileira e outros títulos no decorrer da

²¹⁸ No inquérito realizado no Instituto de Educação do Distrito Federal, foram encontrados alguns livros que sequer haviam sido incluídos no acervo da biblioteca da escola de professores. Estavam guardados em outra sala devido ao “conteúdo impróprio” que tinham (os títulos eram os seguintes: “*A inspiradora de Luiz Prestes*”, “*Abecedário da nova Rússia*”, “*A educação na Rússia Soviética*”, “*Em Guarda*” do Maximo Gorki e a “*Cultura intelectual na URSS*”). A autora destaca que “da mesma maneira como os governos italiano e alemão, durante a Segunda Guerra, o governo russo parece ter tido uma política de doação de livros a instituições brasileiras”. O objetivo do inquérito era controlar os livros em circulação no Instituto e impedir que os títulos que possuíssem temática relacionada ao comunismo fossem mantidos no acervo (VIDAL, pp. 173-174).

intervenção no IMDA. Nas décadas de 1930 e 1940, a Companhia Editora Nacional era responsável por publicar os roteiros de leituras dos principais educadores, que tinham seus nomes ligados à Associação Brasileira de Educação (ABE); entre eles estava Fernando de Azevedo, que concebeu a Biblioteca Pedagógica Brasileira, na qual estava inserida a Coleção Brasileira. Outra editora de nome destacado naqueles anos era a norte-americana *W. M. Jackson Company*, que entrou no mercado brasileiro, conseguindo os direitos de publicação das obras de Machado de Assis.

Nesse período, havia também uma iniciativa do governo e dos intelectuais de internacionalização da cultura nacional. Do mesmo modo que livros vieram da Itália desde o final do século XIX, na promoção da cultura italiana pelo mundo, e continuaram durante os anos do fascismo, no Brasil, durante os anos de 1940, o governo brasileiro resolveu divulgar a literatura e outras publicações nacionais que “podiam dar aos leitores um sólido conhecimento do Brasil, de seu passado e presente, anunciando o futuro prometido pelo Estado Novo nos anos 1940” (DUTRA, 2013, p. 253). Passaram a ser doados livros às embaixadas e institutos culturais dentro e fora do Brasil, distribuídos com a coordenação do Instituto Nacional do Livro e com ajuda da Biblioteca Nacional, do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas brasileiras.

No âmbito educacional, foram instituídas, por meio de decretos-lei publicados pelo Ministério da Educação e Saúde, diversas comissões no sentido de organizar e controlar a produção literária dedicada a crianças e jovens brasileiros e de títulos para serem utilizados nas escolas:

[...] a Comissão Nacional do Livro Infantil, em 1936, que promovia a divulgação e premiação de obras infantis consideradas indispensáveis para formação moral e intelectual dos jovens brasileiros; a Comissão Nacional do Ensino Primário, criada em 1938, e que estabeleceu normas e procedimentos para a nacionalização do ensino, inspecionando a ação de diretores e escolas, com especial atenção aos núcleos estrangeiros; e a Comissão Nacional do Livro Didático, também criada em 1938 e que controlaria a disposição, tanto ideológica, quanto metodológica, do que era veiculado nesse material (FERREIRA, 2008, pp. 33-34).

De acordo com Ferreira (2008), a burocracia e os debates intensos sobre a funcionalidade dessa última comissão não implicaram a efetivação dos objetivos propostos, “causando mais polêmicas do que resultados”. Os critérios de avaliação não eram definidos e muitos livros acabavam circulando sem passar por exame. No que

dizia respeito à importação de livros didáticos, tanto o Conselho de Imigração e Colonização, quanto o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), dirigido por Lourenço Filho, e os departamentos de educação estaduais colocavam-se à disposição das políticas de segurança nacional para impedirem a circulação de livros impressos em língua estrangeira, principalmente no ensino primário, e requeriam que fosse regulamentado pela Comissão Nacional do Livro Didático um controle mais efetivo sobre esse tipo de material.

No caso da intervenção realizada no IMDA, houve os dois movimentos no que diz respeito ao acervo bibliográfico: a inserção de livros apropriados à política de educação nacional e a apreensão das obras consideradas impróprias, principalmente aquelas cujo título fazia menção ao fascismo.

Nesta pesquisa, os livros não foram considerados na dimensão dos modos de leitura e da apropriação pelos leitores no ambiente escolar. No entanto, vale dizer que a atribuição de sentido dada ao livro ocorre desde a compra, motivada tanto por uma propaganda em torno do tipo de leitura ou mesmo na relação que aquela obra tem com o que se defende no incentivo à leitura. Quando se pensa em um acervo de uma biblioteca escolar, deve-se considerar a necessidade de suas aquisições. As escolhas de livros para compor a biblioteca do IMDA se deram por muitos motivos, como o mercado editorial na Itália, o preço dos livros, as doações, as ideias pedagógicas da instituição e os procedimentos para exportação das obras. Em torno da identidade que se arquitetava para o IMDA, a biblioteca desde o início ocupou a função de armazenar os livros que teriam os conteúdos necessários para uma formação que colaborasse com o ensino de um grupo de elite e que permitisse aos alunos ter maior acesso à cultura e à língua do país de origem dos seus pais.

O IMDA era visto como um modelo de educação étnica de qualidade. A fundação da biblioteca estava relacionada a um ideal educacional condizente com o projeto escolar que se pautava pela circulação de ideias por meio de livros para alunos e professores; e foi exatamente por isso que, no momento da ação interventora para a nacionalização, esse espaço não ficou de fora do alvo da censura e da atenção da polícia política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Suponha-se que um dia, após uma guerra nuclear, um historiador intergaláctico pouse em um planeta então morto para inquirir sobre as causas da pequena e remota catástrofe registrada pelos sensores de sua galáxia. Ele, ou ela – poupo-me de especular sobre o problema da reprodução fisiológica extraterrestre -, consulta a biblioteca e arquivos que foram preservados porque a tecnologia desenvolvida no armamento nuclear foi dirigida mais para destruir pessoas do que a propriedade. Após alguns estudos, nosso observador conclui que os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo “nação” e do vocabulário que dele deriva.

(HOBSBAWM, 1990, p. 11)

Nos prontuários policiais produzidos entre agosto de 1942 e maio de 1943, o Instituto Médio Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri” (IMDA), passando a ser denominado como Colégio Visconde de São Leopoldo, é descrito como uma instituição escolar que tinha que ser nacionalizada. Os símbolos e rituais cultivados pela comunidade escolar foram os elementos que constituíram o diagnóstico da desnacionalização e da coibição das práticas e repressão aos sujeitos, os critérios desenvolvidos para a intervenção.

Foi a partir das acusações e das descrições das ações tomadas encontradas nos prontuários policiais que decidi estudar a história dessa instituição. Para isso, busquei compreender quais fatores levaram à sua fundação, as estruturas administrativas e curriculares adotadas do início de funcionamento ao período da intervenção, os ritos e símbolos presentes no cotidiano escolar e documentados pelo cinejornal e pelos jornais; revelar quem foram os sujeitos fichados nos prontuários e, por último, analisar a importância dada aos livros da biblioteca pela comunidade escolar e pela política de repressão desenvolvida por diferentes aparelhos do Estado Novo.

Na pesquisa, assumi como diretriz perseguir os mesmos caminhos tomados na elaboração dos prontuários policiais, não no sentido de afiançar as acusações, mas de escrutinar as perspectivas de análise que levaram à construção desta narrativa sobre a instituição escolar em questão.

O IMDA foi fundado com o propósito de atender aos filhos dos imigrantes italianos radicados na cidade de São Paulo, com a promessa de cultivar a língua e cultura italianas e adotando um programa de ensino baseado nos regimentos das escolas da Itália para que fosse possível aos alunos continuarem os estudos em universidades italianas. O projeto educativo foi formulado a partir da difusão da italianização que foi

se ampliando e se expandindo para fora do território italiano, com o intuito de criar uma rede de relações políticas e econômicas no exterior.

Ao longo dos anos, chegando à década de 1930, a urbanização e a industrialização acelerada de São Paulo, o crescimento da população, a ampliação das possibilidades de trabalho e investimentos na cidade e a expansão dos cursos de ensino superior (criação da Universidade de São Paulo) determinaram alterações na estrutura dos cursos oferecidos no IMDA. Cada vez mais havia alunos que não pretendiam ou não podiam continuar seus estudos no exterior e necessitavam de uma formação que fosse condizente com os programas de ensino brasileiros, que permitisse o acesso ao mercado de trabalho e a possibilidade de continuação dos estudos em faculdades e universidades brasileiras. Além disso, se até esse período a política educacional esteve mais voltada ao ensino primário, nos anos de 1930, novas disposições (Reforma Francisco Campos) incidiram sobre a organização do ensino secundário no Brasil. A solução encontrada na tentativa de alinhar o IMDA às novas demandas políticas, sociais e econômicas foi combinar nesse nível de ensino a existência de cursos italianos e brasileiros.

Com a instalação do Estado Novo, em 1937, os dispositivos para a consolidação de uma unidade em torno de um projeto de nacionalidade aumentaram e ganharam maior destaque no jogo político. Para o estabelecimento de uma suposta ordem política e social, pautada no autoritarismo e na centralização política, o governo brasileiro ocupou-se e utilizou-se tanto de recursos de propaganda (DIP) quanto de repressão (DEOPS). O intuito era inculcar nos cidadãos a crença de que aquele governo era capaz de conduzir a criação efetiva de uma nação forte e unida com vias a alcançar, enfim, o progresso econômico e social e autorizá-lo a definir o que ameaçava a unidade e agir para reprimir os desvios da ordem. Nesse momento, as representações simbólicas e os rituais ocuparam um papel central para a exaltação da nacionalidade brasileira e, por isso, as manifestações associadas a outras nacionalidades e/ou ligadas a ideologias consideradas exóticas ao Brasil foram os principais alvos das ações de repressoras. No âmbito da educação, pode-se constatar que isso não ocorreu de forma diferente – principalmente se se considerar o papel atribuído às escolas como espaços de formação da consciência patriótica.

No caso do IMDA, a intervenção federal e a atenção da polícia política ocorreram fundamentalmente devido à permanência de ritos e símbolos associados à identidade italiana assumida pela instituição. As alterações na estrutura dos cursos

oferecidos não foram suficientes para a nacionalização. Era preciso intervir nos aspectos simbólicos (festas, cerimônias, emblemas, bandeiras e livros) presentes no cotidiano da escola.

A italianidade, enquanto um projeto de homogeneização cultural, começou a atingir os imigrantes italianos e descendentes no Brasil desde o final do século XIX, continuou durante os anos da Primeira Guerra Mundial e ganhou ainda mais destaque durante a implantação do regime fascista, principalmente a partir da década de 1930, devido à campanha de propagação da ideologia como uma estratégia imperialista no exterior. Diretores, professores e cônsules vindos da Itália objetivavam alinhar o IMDA ao fascismo, considerado um dos mais importantes lugares constituídos para a manutenção da italianidade entre imigrantes e descendentes às novas tendências políticas.

De certo modo, duas identidades nacionais estavam postas no interior IMDA: a brasileira e a italiana. E elas só se tornaram opostas na medida em que o governo brasileiro passou a questionar os elementos culturais e políticos associados à Itália de Mussolini presentes no cotidiano. Com o decorrer da Segunda Guerra Mundial e com a declaração de apoio do governo de Getúlio Vargas aos Aliados, a polícia política, a partir de 1942, passou a se ocupar da vigilância dos sujeitos e instituições (denominados “Súditos do Eixo”) que se associavam, de algum modo, às ideologias oriundas dos países do Eixo. Mesmo sendo o comunismo a principal ideologia a ser combatida, nada podia concorrer com os discursos e intenções políticas do Estado Novo. O integralismo, nazismo e fascismo também foram alvo de perseguição.

Sujeitos foram responsabilizados por estimular a permanência e ampliação do uso de símbolos e pela organização de cerimônias baseadas em culturas e ideologias políticas referentes a outras nacionalidades. Como a escola era o espaço apropriado à formação dos sentimentos patrióticos a partir do cultivo dos símbolos nacionais brasileiros, sobre esses lugares incidiu um olhar vigilante e repressor. Desse modo, a intervenção federal no IMDA, que objetivou romper com a italianização e “fascistização”, não pôde deixar de contar com a supervisão da polícia política. Além disso, naquele momento político, o ministro Capanema reforçou a importância do investimento na modernização das elites como as propulsoras do desenvolvimento econômico e da consciência patriótica e, por isso, as ações atingiram o ensino secundário.

Esta pesquisa insere-se no conjunto de estudos sobre a nacionalização da educação no Brasil levando em conta as questões relativas às políticas educacionais, às culturas políticas promovidas nas escolas, os níveis de ensino e as diferenças das ações nas localidades e nas diversas classes sociais. Sobre o IMDA, é necessário destacar que, diferentemente do que ocorreu nas escolas das áreas coloniais e dos bairros operários, a nacionalização, apesar de representar um período a ser esquecido para a instituição, mesmo representando um curto período de tempo, não gerou o seu fechamento.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Acervo digital do Jornal *O Estado de S. Paulo* (<http://acervo.estadao.com.br/>)

Archivio Storico dell'Istituto Luce (<http://www.archivioluce.com/archivio/>)

Archivio Storico della Società Dante Alighieri (ASDA)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) - Acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – Acervo Polícias Políticas

Biblioteca Nazionale Centrale di Roma (BNCRM)

Biblioteca do Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro (ICIB)

Biblioteca Mário de Andrade (BMA) - Acervo de Obras Raras e Especiais

Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH) – FFLCH/USP

Centro de Memória e Biblioteca do Arquivo Histórico do Colégio Dante Alighieri (AHCDA)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) (<http://cpdoc.fgv.br/>)

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>)

ANEXOS

ANEXO 1 - AHCD, Centro de Memória, VI. N. 417. Carta de Adolfo Packer informando sua nomeação para dirigir o IMDA, rebatizado Colégio Visconde de São Leopoldo (21/8/1942).

São Paulo, 21 de agosto de 1942

Exmo. Sr. Diretor

- 1- Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que por determinação do Exmo. Sr. Dr. Laudelino de Abreu, DD. Superintendente das Organizações Estrangeiras, assumi, nesta data, a direção geral deste educandário.
- 2- Informo, outrossim, V. Excia., que, da conformidade com a indicação da referida Superintendência, aprovada por V. Excia., o Instituto Médio Dante Alighieri, a partir de hoje, passou a denominar-se COLÉGIO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO.
- 3- Reitero a V. Excia. os protestos de minha elevada e mais distinta consideração.

Professor Adolfo Packer
Diretor do Colégio
Visconde de São Leopoldo

Ao Exmo.
Dr. Abgar Renault
DD. Diretor Departamento Nacional de Educação
RIO DE JANEIRO²¹⁹.

²¹⁹ AHCD, Centro de Memória, VI. N. 417. Carta de Adolfo Packer informando sua nomeação para dirigir o IMDA, rebatizado Colégio Visconde de São Leopoldo (21/8/1942).

ANEXO 2 - AHCD, Centro de Memória, VII. N. 455 [Atas Datilografadas. p. 3].
Carta de Noemia Nascimento Gama ao maestro Heitor Villa Lobos do Conservatório Nacional do Canto Orfeônico (3/5/1943).

Of. S. – Nº 115

Senhor Diretor:

Tenho em mãos os programas de ensino de música e canto orfeônico: Pré-Primário, Primário e Ginásial, de adoção obrigatória em todos os cursos oficializados.

Procurei, para dar cumprimento à Portaria nº 241 de 22-2-943, reunir o material necessário e útil à boa execução dos programas. Infelizmente, não encontro facilidades de aquisição do aludido material por ser o mesmo raro.

Recorro a V. Excia., pedindo-lhe o obséquio de informar quais os livros adotados e onde buscar os motivos e músicas capazes de garantir uma segura orientação musical entre os pequeninos do Brasil.

Devo ainda a V. Excia. o esclarecimento de que o meu maior interesse é difundir a nossa música entre o grande número de alunos do Colégio Visconde de São Leopoldo, na maioria filhos de pais estrangeiros, que necessitam acompanhar o trabalho de nacionalização através de todos os elementos de fácil assimilação.

Em se tratando da música que além de educar recreia, penso ser mais fácil alcançar o objetivo nacionalista.

Agradecendo antecipadamente, subscrevo-os com elevado apreço e consideração.

Noemia Nascimento Gama
Administrador

São Paulo, 3 de maio de 1943.

Ao Exmo. Sr.
Maestro H. Villa-Lobos
Conservatório Nacional do Canto Orfeônico
Departamento Nacional de Educação – Ministério da Educação e Saúde
RIO DE JANEIRO – DF.

ANEXO 3 - AHCDA, Centro de Memória, VII. N. 455 [Atas Datilografadas. p. 11].
Carta de Noemia Nascimento Gama ao secretário-geral da Direção da Juventude Brasileira (5/5/1943).

Of. S. Nº 120

Senhor Secretário Geral:

Acusamos o recebimento de seu estimado ofício de 15 de abril p.p., informando-nos a instalação da Direção Nacional da Juventude Brasileira no edifício nº 132 da Praia do Flamengo, solicitando nossa colaboração nos serviços pertinentes ao Departamento sob sua Direção.

Estamos sinceramente empenhados na nacionalização deste educandário e providenciando todas as medidas convenientes, de forma a ser rápida e seguramente alcançados nossos objetivos. É, por esta razão, com grande interesse tomamos nota da comunicação que se dignou fazer-nos, e, com acendrado patriotismo, que assegura-nos a V. Excia. que esta Administração envidará seus melhores esforços para corresponder à confiança com que V. Excia. a honra.

Apresentamos a V. Excia. os protestos do nosso elevado apreço e consideração.

Noemia Nascimento Gama
Administrador

São Paulo, 5 de maio de 1943

Ao Exmo. Sr.
Major Jair Dantas Ribeiro
Secretário Geral da Direção Nacional da Juventude Brasileira
Praia do Flamengo nº 132 – RIO DE JANEIRO, D. F.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDARIO, Ana Carolina. Um maestro em tempo integral. In: **Dante Cultural**. São Paulo, Ano V, N. 13, Novembro, 2009. pp. 38-41. Disponível em: <http://www.colegiodante.com.br/wp-content/uploads/2013/04/DanteCultural-13.pdf> Acessado em: 15/1/2015.
- ALIGHIERI, Dante. **La divina comedia commentata da Ettore Zolesi**. Vol. 2: Purgatorio. Roma: Armando, 2003.
- ALVES, Eliane Bisan. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS (1930-1945)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- ANDRADE, Oswald de. **Telefonema**. 2ª ed. aum. São Paulo: Globo, 2007.
- AQUINO, Maria Aparecida de. A América vai à guerra. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995 (Série eventos).
- ARENDT, Hannah. **As origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do Eixo: Camisas verdes e o jornal integralista "Acção" (1936-1938)**. Dissertação de Mestrado. Sociologia. UNESP, São Paulo, 2007.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Desfiles patrióticos: Memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903- 1971). In: VIDAL, D. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006, pp. 299-321.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNADET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERTONHA, João Fábio. **Imigração e futebol: o caso Palestra Itália (recensione dell'opera di José Renato de Campos Araújo)**. *Altreitalie* (Torino), Torino, n.20/21, pp. 128-130, 2000.
- _____. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

- _____. **Os italianos**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e lutas de classe: os operários italianos em São Paulo entre duas guerras mundiais. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs). **História do Trabalho e Histórias da Imigração: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX)**. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2010.
- _____. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. In: **Revista Brasileira de História**, 33, 66: 269-286, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882013000200013 Acesso em: 24.out.2014.
- _____. **A política cultural da Itália fascista no Brasil: O soft power de uma potência média em terras brasileiras (1922-1940)**. Seminário Modernidade Latina: Os italianos e os centros do modernismo. MAC/USP, 2014. Disponível em: http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/academico/publicacoes/anais/modernidade/pdfs/FABIO_PORT.pdf. Acessado em: 22/4/2015.
- BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. História com muitos poréns: a nacionalização das escolas criadas por imigrantes alemães em São Paulo. In: QUADROS, Claudemir (org). **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. pp. 319-349.
- BIANCHINI, Paolo. **Paravia: storia**. [Testo per storiaindustria.it], 2008. Disponível em: http://www.storiaindustria.it/repository/fonti_documenti/biblioteca/testi/Testo_Paravia_Storia.pdf Acessado em: 15 de maio de 2015.
- BIGAZZI, Anna Rosa Campagno. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria R; SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista (história de uma esperança e muitos desenganos)**. Editora Brasiliense, 1979.
- BOTO, Carlota. **Nacionalidade, escola e voto: a Liga Nacionalista de São Paulo**. Perspectivas, São Paulo, 1994/95.
- BRUM, Rosemary Fritschy. **Caderno de Pesquisa: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre (1911-1937)**. São Luís/MA: EDUFMA, 2009.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: Biblioteca Folha de S. Paulo, 2003.
- _____. **Um general na biblioteca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfaômega, 1980.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas**: fantasmas de uma geração (1930-1945). 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Livros proibidos, Ideias Malditas**: O DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

_____. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In: DA SILVA, Érica Sarmiento; GONÇALVES, Leandro Pereira; VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**: “Andiamo in’Merica”. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

CERVO, Amado Luís. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália** – O papel da diplomacia. São Paulo/Brasília: Instituto Italiano de Cultura/Editora da UnB, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. 9ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

DALLADRIDA, Norberto. **Escolas Dante Alighieri**: resistência e italianidade. In: Radin, J. C. (org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil – algumas abordagens**. Joaçaba: UNOESC, 2005. pp. 109-120.

_____. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In: **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, pp. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520/4015> Acessado em: 10.jan.2015.

DALMOLIN, Cátia. **Mordça verde e amarela**: o Estado Novo e os ítalo-brasileiros na região central do Rio Grande do Sul. *História: Debates e Tendências* 5, 1(2004).

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. São Paulo: Graal, 2011.

DELL’AIRA, Alessandro. **Longo estudo, grande amor**: história do Instituto Italo-Brasiliense Dante Alighieri de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. Uma parte da alma: Vida de Crespi e do Instituto Medio. In: **Dante Cultural**. São Paulo, Ano VIII, N. 20, Março, 2012. Disponível em: <http://www.povo.it/pdf/1203dantecultural.pdf> Acessado em: 15/1/2015.

DIAS, Ana Ceina Cartaxo. Educação e cuidados no Ninho Condessa Marina Regoli Crespi em São Paulo (1936-1965). In: **Revista Pandora Brasil**. Edição especial nº 4 – “cultura e materialidade escolar”, 2011. Disponível em:

http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/ana_celina.pdf Acessado em: 18/3/2015.

- DIETRICH, Ana Maria. **Inventário DEOPS**: Alemanha. Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.
- DIJIN, Rose de. **O navio de destino**: Rio de Janeiro, Lisboa, Nova York, 1942. Trad. Kristina Michahelles e Marina Michahelles. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- DUTRA, Eliana de Freitas. Cultura. In: GOMES, Angela de Castro (coord). **Olhando para dentro**: 1930-1964. Vol 4. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção: Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva. Madrid: Fundación Mapfre. 2013.
- FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Ed. UNIVALI e Ed. UFSC, 2004.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado). Assis: UNESP, 2008.
- FERRO, Marc. Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J.; NORA, P. (orgs.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- FRANCHINI, Fernanda & VIDAL, Diana Gonçalves. Escolas estrangeiras em São Paulo e a ação da polícia política. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; VIANNA, Marly; SARMIENTO, Érica. **Presos políticos e estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Maud; FAPERJ, 2014.
- FRANZINA, Emilio. **Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina (1876-1902)**. Verona: Cierre Edizioni, 1994.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Bethânia Amoroso. Trad. dos poemas de José Paulo Paes. Revisão técnica de Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia B. de Mello L. Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- GOMES, Angela de Castro. Imigrantes italianos: entre italianità e a brasilidade. In: IBGE. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.
- GORDINHO, Maria Cintra (org). **Colégio Dante Alighieri**: 85 anos. São Paulo: Marca D'Água, 1996.
- HALL, Michael M. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs). **História do Trabalho e Histórias da Imigração**: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX). São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2010.

- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 3ª ed. [Tradução de Maria Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2012.
- HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. (Trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- _____. A educação na Itália Fascista (1922-1945). In: **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 19, pp. 47-89, jan./abr. 2009.
- IANNI, Constantino. **Homens sem Paz**: os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. In: **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10>. Acessado em: 1º/5/2015.
- _____. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane M.T e outros (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- _____. A Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In: **Fronteiras**: Revista Catarinense de História. Santa Catarina: UFSC / ANPUH-SC, n. 13, 2005.
- _____. Escolas étnicas de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. In: KREUTZ, Lúcio & LUCHESE, Terciane Ângela. **Imigração e Educação no Brasil**: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria: Ed. UFSM, 2011.
- KREUTZ, Lúcio & LUCHESE, Terciane Ângela. **Imigração e Educação no Brasil**: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria: Ed. UFSM, 2011.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAURA, Ernesto G. **Le stagioni dell'aquila**: Storia dell'Istituto LUCE. Roma: LUCE, 2004.
- LEMONS JÚNIOR, Wilson. O ensino do canto orfeônico na escola secundária brasileira (décadas de 1930 e 1940). In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, pp. 279-295, jun 2011.
- LUCA, Tânia Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. In: **Revista Brasileira de História**. São

Paulo, v. 31, nº 61, p. 271-296 – 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n61/a14v31n61.pdf> Acessado em: 20/3/2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930: Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita.** Tese de Doutorado apresentada na Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo: 2007.

_____. **Escolas étnico-comunitárias italianas mantidas por Associações de Socorro Mútuo: circulação e produção cultural da “italianità”.** Trabalho publicado nos Anais do V CINFE: Congresso Internacional de Filosofia e Educação. Caxias do Sul: 2010. Disponível em: www.uces.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico3/Escolas_étnico_comunitarias_italianas_mantidas.pdf . Acessado em: 3.dez.2014.

_____. **Abrasilizar os coloninhos: histórias e memórias escolares na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1937-1945).** In: QUADROS, Claudemir (org). **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014.

_____. **O processo escolar entre imigrantes italianos e seus descendentes no Brasil: história de sua organização.** In: LUCHESE, Terciane Ângela (org). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014.

MERQUIOR, José Guilherme. Miguel Reale. In: **Revista USP**, v.9, São Paulo, 1991, pp. 145-150.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades: Tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930).** Florianópolis: Insular, 2006.

PINHO, Rodrigo M. Rebello. **Miguel Reale: Política e História 1931-1969.** Dissertação de Mestrado, PUC-SP. São Paulo, 2008.

PISA, Beatrice. **Nazione e politica nella Società “Dante Alighieri”.** Roma: Bonacci Editore Roma, 1995.

PISÓN, Ignacio Martínez de. **Dentes de leite.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

PRADO, Eliane Mimesse. **A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar.** São Caetano do Sul, SP: Fundação Pró-Memória, 2001.

_____. **Vislumbres acerca da nacionalização do ensino: o enigma das escolas que italianizaram a cidade de São Paulo.** In: QUADROS, Claudemir (org). **Uma gota**

amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Política e Poder Público na cidade de São Paulo (1889-1954). In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo**: a cidade na Primeira metade do século XX. Ed. Paz e Terra, 2004.

REALE, Ebe (org). **Colégio Dante Alighieri**: um século de história, cultura e educação. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2010.

REALE, Miguel. **Memórias**. Vol 1 (Destinos Cruzados). São Paulo: Saraiva, 1986.

RIOS, Angélica de Medeiros. **Ser ou não ser italiano**: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo. Dissertação de Mestrado. PUC/RS, 2001.

ROSA, Cristina Souza da. **Para além das fronteiras nacionais**: Um estudo comparado entre os Institutos de Cinema Educativo do Estado Novo e do Fascismo (1925-1945). Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SALVETTI, Patrizia. **Immagine nazionale ed emigrazione nella Società “Dante Alighieri”**. Roma: Bonacci Editore Roma, 1995.

_____. Governo italiano, diplomacia e escolas italianas no exterior. In: LUCHESE, Terciane Ângela (org). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS; EDUCS, 2014.

SALUN, Alfredo Oscar. **Palestra Itália e Corinthians**: Quinta coluna ou Tudo Buona Gente? Tese de Doutorado. História Social. Apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2007.

SANTOS, Viviane Terezinha dos. **Os seguidores do Duce**: os italianos fascistas no estado de São Paulo. Arquivo do estado & Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.

_____. **Italianos sob a mira da polícia política**: vigilância e repressão no Estado de São Paulo. São Paulo: Humanitas, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Os Imigrantes e a Política de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 26 de maio de 2015.

SGANZERLA, Claudia Maria. **A Lei do Silêncio**: Repressão e Nacionalização do Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2001.

SILVA, Luciana; SIQUEIRA, Rogério Monteiro de. **A Missão Italiana da FFCL na cidade de São Paulo**: um estudo prosopográfico (1934-1942). Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT, 2014.

Disponível em: www.14snhct.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1794. Acesso em 20 de abril de 2015.

SILVA, Vandr  Aparecido Teot nio da. **“Notícias do Rio”**: a interven o no jornal O Estado de S. Paulo e autolegitima o do Estado Novo (1939-1945). Disserta o de Mestrado. História Social, FFLCH/USP, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria**: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976). Tese de Livre-Docência em Educa o. Faculdade de Educa o, UNESP, Araraquara, 2006.

TARQUINI, Alessandra. **Storia della cultura fascista**. Società Editrice il Mulino. Bologna, 2011.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigra o italiana no Brasil. São Paulo: Nobel; Instituto Cultural  talo-Brasileiro, 1989.

_____. **Imprensa Italiana no Brasil**: séculos XIX e XX. São Carlos: EDUFSCAR, 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. Bibliotecas Escolares: experiências escolanovistas nos anos de 1920-1930. In: MENEZES, Maria Cristina de (org.). **Educa o, Memória, História**: Possibilidades, Leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2004. pp. 187-211.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O Exercício Disciplinado do Olhar**: Livros, Leituras e Práticas de Forma o Docente (Instituto de Educa o, 1932-1937). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparencia. 3^a.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

WATAGHIN, Lucia. Funda o da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: a contribui o dos professores italianos. In: **Revista Inst. Est. Bras.**, SP, 34:151-174, 1992.

WIAZOVSKI, Taciana. **O mito do compl  judaico-comunista no Brasil**: g nese, difusão e desdobramentos (1907-1954). São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2008.